



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
Autoridade Tributária de Moçambique

RELATÓRIO DE BALANÇO

**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA AT EM 2014 E
PERSPECTIVAS DE ACÇÕES PARA 2015**



Março/2015

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO.....	9
I. INTRODUÇÃO	12
II. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA COBRANÇA DA RECEITA.....	15
2.1. RECEITA GLOBAL.....	16
2.2. CONTRIBUIÇÃO DOS GRANDES CONTRIBUINTES.....	17
2.2.1 <i>Contribuição Fiscal dos Megaprojectos</i>	<i>18</i>
2.2.2 <i>Contribuição Fiscal das Instituições Financeiras em 2014</i>	<i>20</i>
III. FORTALECIMENTO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS.....	21
3.1. AUDITORIAS E FISCALIZAÇÕES DOS IMPOSTOS INTERNOS E DAS ALFÂNDEGAS	22
3.1.1 <i>Auditorias e Fiscalizações Tributárias</i>	<i>22</i>
3.1.2 <i>Fiscalizações e Auditorias Pós-desembaraço Aduaneiro.....</i>	<i>24</i>
3.2. INSPECÇÃO NÃO INTRUSIVA.....	25
3.3. PROCESSOS DE CONTENCIOSO FISCAL E PROCESSOS EXECUTIVOS.....	26
3.3.1 <i>Processos de Contencioso Fiscal</i>	<i>26</i>
3.3.2 <i>Processos Executivos.....</i>	<i>28</i>
3.4. ACÇÕES NO ÂMBITO DA RECUPERAÇÃO DA DÍVIDA TRIBUTÁRIA.....	29
3.5. REEMBOLSOS	30
3.4.1 <i>Situação Geral dos Reembolsos dos Impostos sobre o Rendimento</i>	<i>30</i>
3.4.2 <i>Reembolsos de IRPS</i>	<i>31</i>
3.4.3 <i>Reembolsos de IRPC.....</i>	<i>32</i>
3.4.4 <i>Situação Geral dos Reembolsos do IVA.....</i>	<i>33</i>
3.6. BENEFÍCIOS FISCAIS	35
IV. ACÇÕES NO ÂMBITO DO ALARGAMENTO DA BASE TRIBUTÁRIA	36
4.1. EDUCAÇÃO FISCAL E ADUANEIRA E POPULARIZAÇÃO DO IMPOSTO.....	37
4.1.1 <i>Campanhas com Recurso aos Órgãos de Comunicação Social</i>	<i>38</i>
4.1.2 <i>Assistência aos Contribuintes.....</i>	<i>38</i>
4.2. CADASTRAÇÃO FISCAL.....	39
4.2.1 <i>Cadastro Fiscal no Âmbito do ISPC.....</i>	<i>40</i>
4.2.2 <i>Impressão de Cartões de NUIT.....</i>	<i>40</i>
4.3. ABERTURA DE NOVOS POSTOS FISCAIS E DE COBRANÇA.....	41
4.4. PONTO DE SITUAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DO USO DE MÁQUINAS FISCAIS.....	41
V. GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS.....	42
5.1. SITUAÇÃO GERAL DOS RECURSOS HUMANOS.....	43
5.1.1 <i>Distribuição dos Funcionários por Nível Académico e Por Regiões.....</i>	<i>44</i>
5.1.2 <i>Enquadramento dos Novos Ingressos</i>	<i>44</i>
5.1.3 <i>Actualização do Salário Base dos Auxiliares Tributários de 3ª Classe</i>	<i>44</i>
5.1.4 <i>Enquadramento dos Funcionários sem Nomeação.....</i>	<i>45</i>
5.1.5 <i>Aposentação de Funcionários</i>	<i>45</i>
5.2. ASSUNTOS SOCIAIS	46
5.3. IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO DE FORMAÇÃO	47
5.3.1 <i>Pedidos de Continuação de Estudos e Estágios Académicos</i>	<i>47</i>
5.3.2 <i>Criação do Instituto Superior de Finanças Públicas e Estudos Tributários</i>	<i>47</i>
VI. ACÇÕES NO ÂMBITO DA MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA.....	48
6.1. PROJECTO DE MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO CONTRIBUINTE – FASE 1.....	49
6.2. PROJECTO E-TRIBUTAÇÃO.....	50
6.2.1 <i>Módulo do Registo do NUIT.....</i>	<i>50</i>
6.2.2 <i>Módulo do IVA/ISPC e Processos Comuns.....</i>	<i>50</i>

6.2.3.	<i>Módulo do IRPS e IRPC</i>	51
6.2.4.	<i>Pagamento Via Banco</i>	51
6.2.5.	<i>Criação de Centros de Digitação</i>	51
6.2.6.	<i>Grau de Realização do Fundo Comum, por Actividade e por Centro de Custo: AT e CEDSIF</i>	51
6.3.	JANELA ÚNICA ELECTRÓNICA	53
6.3.1.	<i>Expansão</i>	53
6.3.2.	<i>Formação</i>	53
6.3.3.	<i>Declarações e Requerimentos Processados Vs Receita Colectada por Regime</i>	53
6.3.4.	<i>Requerimentos Submetidos</i>	54
6.3.5.	<i>Níveis De Execução Dos Novos Módulos</i>	54
6.3.6.	<i>Melhorias ao Sistema</i>	55
6.4.	FUNCIONAMENTO E DISPONIBILIDADE DOS SISTEMAS INFORMÁTICOS	56
6.4.1.	<i>Sistema de Controlo e Cobrança da Receita</i>	56
6.4.2.	<i>Outros Sistemas</i>	56
6.4.3.	<i>Reengenharia da Rede</i>	58
6.4.4.	<i>Aquisição e Gestão do Equipamento</i>	59
VII.	GESTÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA	60
7.1	EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	61
7.1.1	<i>Despesas com Pessoal</i>	62
7.1.2	<i>Bens e Serviços</i>	62
7.1.3	<i>Despesas de Investimento</i>	62
7.1.4	<i>Receitas Próprias e Consignadas</i>	62
7.1.5	<i>Recursos Externos – Orçamento e Execução</i>	62
7.1.6	<i>Projecto de Fronteira de Paragem Única (PFPU) – Execução do Orçamento e Actividades Realizadas</i>	63
7.1.7	<i>Análise do Crescimento da Despesa em Função da Receita</i>	64
7.2	PATRIMÓNIO DA AT	64
7.2.1	<i>Concursos e Contratos</i>	64
7.2.2	<i>Imóveis, Reabilitações e Construções</i>	65
VIII.	REFORMA DA LEGISLAÇÃO FISCAL E ADUANEIRA	67
IX.	DOCUMENTAÇÃO E TRATAMENTO DE INFORMAÇÃO	71
9.1	<i>ÁREA DOS ARQUIVOS</i>	72
9.2	<i>ÁREA DOS MUSEUS</i>	72
9.3	<i>ÁREA DAS BIBLIOTECAS</i>	73
X.	COOPERAÇÃO BILATERAL E MULTILATERAL	74
XI.	FINANCIAMENTOS AOS PROJECTOS DE REFORMA DA AT	77
11.1.	<i>FUNDO COMUM DA AT</i>	78
11.2.	<i>OUTROS FINANCIAMENTOS</i>	79
XII.	INTEGRAÇÃO REGIONAL	80
12.1.	<i>IMPORTAÇÕES</i>	81
12.1.1.	<i>Importações Provenientes da SADC</i>	81
12.2.	<i>EXPORTAÇÕES</i>	83
12.2.1.	<i>Exportações de Âmbito Geral</i>	83
12.3.	<i>IMPACTO FISCAL VERSUS DESPESA FISCAL</i>	84
XIII.	CONTROLO INTERNO	85
13.1.	<i>INSPECÇÕES ADMINISTRATIVAS</i>	86
13.2.	<i>INSPECÇÕES TÉCNICAS E AUDITORIAS INTERNAS</i>	86
13.3.	<i>PROMOÇÃO DA ÉTICA E INTEGRIDADE</i>	88
13.4.	<i>ANÁLISE DE RISCO</i>	88
13.5.	<i>DAS IRREGULARIDADES DO PESSOAL E CONTROLO DE PROCESSOS DISCIPLINARES</i>	89

13.6.	MONITORIA DOS PROCEDIMENTOS DE RECOLHA, CONTABILIZAÇÃO, CONTROLO E TRANSFERÊNCIA DA RECEITA DAS ESTÂNCIAS ADUANEIRAS PARA A CUT NO ÂMBITO DA JUE.....	90
13.7.	MONITORIA DA CONCEPÇÃO, APROVAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS NO ÂMBITO DA JUE E DO E-TRIBUTAÇÃO.....	90
XIV.	ÓRGÃOS COLEGIAIS	91
14.1.	SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE A EXECUÇÃO DA POLÍTICA FISCAL E ADUANEIRA	92
14.2.	CONSELHO DA FISCALIDADE	92
14.3.	CONSELHO SUPERIOR TRIBUTÁRIO E CONSELHO DIRECTIVO	93
14.4.	OUTROS	93
XV.	PERSPECTIVAS DE ACÇÕES PARA 2015	94
15.1.	NO ÂMBITO DA COBRANÇA DE RECEITAS	95
15.2.	NO ÂMBITO DA MODERNIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	95
15.3.	NO ÂMBITO DE DESENVOLVIMENTO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO	95
XVI.	ANEXOS	96
	ANEXO I – DESEMPENHO ANUAL DA AT, POR ÁREA OPERATIVA EM 2014	97
	ANEXO II – REGISTO DE NUIT’S DURANTE O ANO DE 2014 E ACUMULADO	98
	ANEXO III – PONTOS COM A JUE INSTALADA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2014	99
	ANEXO IV – PARQUE DE VIATURAS EM 31/12/2014	100
	ANEXO V – PARQUE INFORMÁTICO OPERACIONAL EM 2014	100
	ANEXO VI - MAPA DE EXECUÇÃO DO FUNDO COMUM DA AT DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014	101

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Evolução da Realização da Receita em 2013/2014.....	16
Tabela 2. Execução Global da Receita do Estado em 2013/2014.....	16
Tabela 3. Contribuição dos Grandes Contribuintes 2013/2014	18
Tabela 4. Contribuição Fiscal dos Megaprojectos em 2014	19
Tabela 5. Contribuição Fiscal das Instituições Financeiras em 2014	20
Tabela 6. Matéria Colectável e Imposto Apurado em 2014.....	22
Tabela 7. Valor Apurado por Imposto – 2014	23
Tabela 8. Valor Apurado pela DAFT, DAF e UGC – 2013/2014	23
Tabela 9. Cobranças Resultantes das Auditorias em 2014	23
Tabela 10. Processos Analisados e Impostos Apurados em 2014	24
Tabela 11. Análise Comparativa da Receita 2013/2014	24
Tabela 12. Resultados comparativos nos Sites Portuários de INI – 2013/2014.....	25
Tabela 13. Resumo dos Processos de Contencioso tramitados em 2014.....	27
Tabela 14. Resumo dos Processos de Contencioso – 2014.....	27
Tabela 15. Resumo de Processos Executivos – 2013/2014	28
Tabela 16. Idade dos Processos Executivos – 2014.....	29
Tabela 17. Pedidos de Reembolso de IR Recebidos em 2014 e Acumulado desde 2005.....	30
Tabela 18. Análise Comparativa 2013/2014.....	31
Tabela 19. Reembolso do IRPS – 2013/2014	32
Tabela 20. Pedido de Reembolso de IRPC em 2014 e Acumulado desde 2005.....	33
Tabela 21. Pedidos de Reembolso de IVA em 2014.....	33
Tabela 22. Reembolso do Regime Normal – 2014	34
Tabela 23. Reembolso do Regime de Diplomatas – 2014.....	34
Tabela 24. Processos Recebidos em 2014.....	35
Tabela 25. NUIT Atribuídos por Região em 2014.....	39
Tabela 26. Registo Fiscal em sede do ISPC em 2014.....	40
Tabela 27. Distribuição dos Funcionários por Faixa Etária.....	43
Tabela 28. Distribuição dos Funcionários Por Carreiras	43
Tabela 29. Distribuição dos Funcionários Por Regiões e Órgãos Centrais em 2014.....	44
Tabela 30. Número de Actualizações na Nova Base de Dados do NUIT em 2014.....	50
Tabela 31. Declarações Processadas por Regime em 2014	54
Tabela 32. Balancete de Execução do Orçamento em 2014	61
Tabela 33. Rácio Despesa/Receita de 2010-2014.....	64
Tabela 34. Situação dos Livros nas Bibliotecas da AT em 2014.....	73
Tabela 35. Empréstimos de Livros em 2014.....	73
Tabela 36. Compromissos dos Parceiros e respectivo Desembolso em 2014.....	78
Tabela 37. Total das Importações Realizadas em 2014	82
Tabela 38. Importações Provenientes da SADC, Janeiro a Dezembro de 2014	82
Tabela 39. Total das Exportações de Moçambique, de Janeiro a Dezembro de 2014.....	83
Tabela 40. Despesa Fiscal no período de Janeiro a Dezembro de 2014	84
Tabela 41. Processos Disciplinares e de Inquérito Transitados, Registados e Concluídos em 2014.....	89

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Evolução da Receita Total Cobrada em 2013/2014, em Milhões de MT	16
Gráfico 2. Estrutura da Receita Total Cobrada em 2013/2014	17
Gráfico 3. Contribuição dos Megaprojectos Por Imposto em Milhões de MT – 2014	19
Gráfico 4. Contribuição das Instituições Financeiras, Por Imposto em Milhões de MT – 2014	20
Gráfico 5. Matéria Colectável e Imposto Apurado – 2013/2014, em Milhões de MT	22
Gráfico 6. Processos de Execuções Fiscais em Milhões de MT – 2014	28
Gráfico 7. Grau de Realização de Reembolsos de IR face aos Processos Recebidos em 2014	30
Gráfico 8. Grau de Realização de Reembolsos de IRPS – 2013/2014.....	32
Gráfico 9. Grau de Realização dos Reembolsos de IRPC – 2014	33
Gráfico 10. NUIT Singulares e Colectivos Atribuídos em 2014	39
Gráfico 11. Execução do Orçamento em 2014, Valores em Milhões de MT	61

ABREVIATURAS

AT – Autoridade Tributária de Moçambique
BAC – Balcão de Assistência ao Contribuinte
BAU – Balcão Atendimento Único
CCMF – Conselho Consultivo do Ministro das Finanças
CD – *Compact Disc*
CEDSIF – Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças
CFM – Caminhos de Ferro de Moçambique
CIRPS – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
CLD – Colectivo de Direcção
CPI – Centro de Promoção de Investimentos
CPLP – Comunidade dos Países da Língua Portuguesa
CST – Conselho Superior Tributário
CTA – Confederação das Associações Económicas de Moçambique
DAF – Direcção de Área Fiscal
DAFT – Direcção de Auditoria e Fiscalização Tributária
DAG – Direcção de Asseguramento Geral
DAII – Direcção de Auditoria, Investigação e Inteligência
DASP – Direcção de Apoio ao Sector Privado
DGI – Direcção Geral de Impostos
DIDOTI – Divisão de Documentação e Tratamento de Informação
DIFOR – Direcção de Formação
DLI – Direcção de Logística e Infraestruturas
DNCP – Direcção Nacional de Contabilidade Pública
DPAT – Delegação Provincial da AT
DRC – Direcção Regional Centro
DRN – Direcção Regional Norte
DRS – Direcção Regional Sul
DTIC – Direcção de Tecnologias de Informação e Comunicação
DU – Documento Único
DUA – Documento Único Abreviado
e-CAF – Cadastro de Funcionários e Agentes do Estado (Aplicativo Informático)
ENH – Empresa Nacional de Hidrocarbonetos
ETPM – *Enterprise Taxation Police Management*
GCIm – Gabinete de Comunicação e Imagem
GPECI – Gabinete de Planeamento, Estudos e Cooperação Internacional
ICF – *Investment Climate Facility*
IFPFT – Instituto de Finanças Públicas e Formação Tributária
IMOPETRO – Importadora Moçambicana de Petróleos
INATTER – Instituto Nacional dos Transportes Terrestres
INI – Inspeção Não Intrusiva
INSS – Instituto Nacional de Segurança Social
IPEX – Instituto para a Promoção de Exportações
IPM – Imposto sobre Produção Mineira
IR – Impostos sobre o Rendimento
IRPC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas
IRPS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
ISPC – Imposto Simplificado para os Pequenos Contribuintes

ITPAM – Instituto Técnico Profissional e Aduaneiro de Moçambique
IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado
MdE – Memorando de Entendimento
MFP – Ministério da Função Pública
MIC – Ministério da Indústria e Comércio
NUIT – Número Único de Identificação Tributária
NUIT WEB – Sistema NUIT para efeitos de pesquisa
OMA – Organização Mundial das Alfândegas
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONP – Organização Nacional de Professores
PHC – África Sistemas e Tecnologias de Informação, Lda (Produtora de Software)
RENA – Rede Electrónica Nacional da AT
RM – Rádio Moçambique
RTICs – Repartições Regionais de Tecnologias de Informação e Comunicação
SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SARS – *South African Revenue Services*
SICR – Sistema Interino de Cobrança de Receitas
SPA – Serviços Provinciais das Alfândegas
SPAG – Serviços Provinciais das Alfândegas de Gaza
STV – Soico Televisão
TA – Tribunal Administrativo
TIM – Televisão Independente de Moçambique
TIMS – *Trading Information Mangement System*
UFSA – Unidade Funcional Supervisora das Aquisições
UGC – Unidade de Grandes Contribuintes
UGEA – Unidade Gestora Executora das Aquisições
USAID – *United States Agency for International Development*

SUMÁRIO EXECUTIVO

O nível de arrecadação da receita do Estado no ano de 2014 situou-se em 156.243,60 milhões de MT, correspondente a um nível de execução de 102,07% em relação a meta orçamental fixada em 153.075,10 milhões de MT e a um crescimento de 23,63% em relação ao desempenho de 2013. Esta execução é explicada em 69,65% pelos impostos internos, pela tributação das transacções a nível doméstico e 30,35% pelos impostos sobre o comércio externo.

Do montante executado, 153.358,73 milhões de MT são derivados das receitas correntes e 2.884,87 milhões de MT de receitas de capital, representando uma contribuição de 98,15% e 1,85%, respectivamente.

As acções de inspecção, fiscalização e auditorias, resultaram na recuperação receitas adicionais, no valor global de 730,65 milhões de MT, representando um crescimento nominal de 27,69% relativamente ao ano de 2013 como resultado da realização de 1.424 visitas, das quais, 323 na área dos impostos sobre o comércio externo e 1.101 na componente dos impostos internos.

Foram recebidos no período em análise, i) 16.142 pedidos de reembolso de IR no valor de 922,10 milhões de MT e pagos 18.772 pedidos (incluídos 4.452 de anos anteriores) no valor de 308,27 milhões de MT e ii) 1.038 pedidos de reembolso de IVA no montante de 8.574,87 milhões de MT e pagos 924 pedidos (incluídos 234 de anos anteriores) no valor de 2.267,89 milhões de MT.

Como resultado da implementação de medidas para o alargamento da base tributária, foram atribuídos 625.529 NUITs, dos quais 614.311 a pessoas singulares e 11.218 a pessoas colectivas. A totalidade dos NUIT's atribuídos corresponde a uma realização de 104,30% face ao programa anual fixado em 600.000 NUITs. Em sede do ISPC, foram registados 20.196 novos contribuintes, tendo a Região Sul contribuído com 7.080, a Região Centro com 6.728 e a Região Norte com 6.388 registos, que representam uma realização de 22,40% face à meta anual fixada em 90.000.

No que tange a expansão de serviços com vista a aproximação ao contribuinte, foram abertos 1 postos de cobrança, correspondente a uma realização de 33,33%, face à meta anual de abertura de 3 novos postos, tendo sido apenas aberto o Posto de Boane adstrito a DAF da Matola. Paralelamente a esta acção foi também aberto o Posto de Cobrança de Moiane no Distrito de Gilé, Província da Zambézia, que não constava do plano.

Na vertente da modernização tecnológica, o sistema e-Tributação, com referência ao Módulo do Registo do NUIT, foi instalado em 98 locais, abrangendo todas as DAF e UGC, 43 postos de cobrança, de um total de 70, e em alguns sectores dos serviços centrais, para além de 14 BAU e 1 BAC. Neste período, e na sequência dos trabalhos de actualização dos NUIT na nova base de dados, foram actualizados na nova base de dados do NUIT do e-Tributação, 834.369 NUITs, dos quais: (i) 33.850 com actividade nas DAF e (ii) 704 grandes contribuintes. Foram igualmente desenvolvidas e finalizadas as funcionalidades (processos) correspondentes ao “Incremento de IVA/ISPC e Processos Comuns – Fase 1”, cujo piloto iniciou em Maio de 2014 na DAF da Manhica e no Posto de Cobrança do Jardim.

No âmbito da implementação da Janela Única Electrónica (JUE), em Janeiro deu-se início do piloto com vista ao lançamento da obrigatoriedade de submissão de declarações nos regimes de importação temporária, exportação temporária (PIET), reexportação, reimportação, importação de produtos petrolíferos, leilão e Instituições de controlo (MISAU), sendo que, até ao final do período, a JUE encontra-se instalada em 45 Estâncias Aduaneiras.

No âmbito da capacitação dos recursos humanos, foram executadas 29 acções formativas, em diversas áreas técnicas de conhecimento, abrangendo um total de 3.820 beneficiários, entre funcionários da AT e das autarquias locais.

Na componente da reforma legislativa foram elaboradas diversas propostas e submetidas à aprovação pelas entidades superiormente competentes, tendo sido aprovados 11 instrumentos legais, nomeadamente: 2 Leis, 1 Decreto. Sucedeu Ainda no período o processo de harmonização de propostas de revisão legislativa com os diversos sectores relevantes da AT, prevendo-se a sua aprovação em 2015

No que se refere às actividades dos órgãos Colegiais, foram realizadas 04 sessões ordinárias e 36 sessões extraordinárias do Conselho Superior Tributário, tendo apreciado, várias matérias como as relativas à Estratégia de Recursos Humanos, Matriz de actividades a submeter ao Conselho de Ministros para 2014, Priorização da Fronteira Mwanza/Zobué como Posto Fronteiriço de Paragem Única, Brochura sobre perguntas e respostas mais frequentes relativas ao Imposto de Rendimento sobre pessoas Singulares (CIRPS), entre outras.

I. INTRODUÇÃO

O relatório anual da AT, constitui um veículo informativo e visa de forma sumaria e objectiva, fazer o balanço do nível de execução das diversas acções que a AT assumiu como desafio para ano de 2014. É um informe descritivo e analítico sobre a execução da política fiscal e aduaneira nos seus principais indicadores alinhados com Plano Anual de Actividades e o respectivo Plano Estratégico.

Para o ano 2014, foi planificada através da lei orçamental, Lei nº 1/2014, de 24 de Janeiro, uma receita de 147.371,59 milhões de MT. Contudo, devido a situações adversas como as calamidades naturais que se abateram sobre o sul do País e a necessidade de revisão da lei eleitoral, entre outros, ditaram a revisão do orçamento do Estado, tendo as receitas sido fixadas em 153.075,09 milhões de MT.

Os desafios da AT no ano de 2014, ocorreram num contexto macroeconómico diferenciado, com aceleração de crescimento nos Estados Unidos da América e moderação na Zona do Euro, no Reino Unido e na generalidade dos países de economias de mercados emergentes, tendo as últimas se ressentido dos constrangimentos de financiamento ao sector privado e da queda dos preços das principais mercadorias nos mercados internacionais. Nas economias da SADC destaca-se a aceleração da expansão anual do PIB no Botswana, em Moçambique e na África do Sul. Na conjuntura doméstica, o Produto Interno Bruto registou uma expansão anual em torno de sete por cento, no terceiro trimestres de 2014, continuando a ser favorecido pelo crescimento da produção da indústria transformadora, pelo incremento da actividade do comércio, assim como pela evolução do ramo da extracção mineira que, apesar da queda dos preços no mercado internacional, continua a mostrar-se um dos sectores mais dinâmicos da economia¹.

Dada a emergência de reforçar-se algumas actividades importantes, cujas dotações se mostraram insuficientes, como é o caso das despesas adicionais impostas pelo novo pacote eleitoral, o financiamento dos projetos do Millennium Challenge Account (MCA), os sectores prioritários e ainda o registo de recursos extraordinários, resultantes da tributação de mais-valias das empresas que operam nos sectores de exploração de recursos naturais, no montante de 5.703,5 milhões de MT, verificou-se a necessidade de rever o Orçamento do Estado para 2014, passando a meta de receita, dos 147.371,59 milhões de MT para 153.075,09 milhões de MT, equivalentes a 28,61% do PIB e, a execução da despesa, dos iniciais 240.891,4 milhões de MT para 249.093,81 milhões de MT.

Perante este novo cenário, a AT intensificou esforços no sentido de garantir o cumprimento da meta ora fixada, tendo, como resultado, arrecadado para os cofres do Estado, 156.243,60 milhões de MT, que representam um crescimento nominal de 23,69%, relativamente à receita arrecadada no ano anterior e um rácio fiscal de 29,20% face ao valor do PIB a preços correntes de 534.998,00 milhões de MT. Concorreram para esta realização, os 4.292 funcionários dos quais 2.276 da área aduaneira, 1.918 da área tributária e os restantes 98, na situação de pré-reforma e, um orçamento de 5.597,72 milhões de MT, representando 3,58% da receita arrecadada, para cobrir as despesas de funcionamento, investimento, bem como em actividades de apoio à reforma tributária.

O presente relatório é composto por dezassete partes, contemplando i) uma introdução; ii) as actividades desenvolvidas no âmbito da cobrança da receita; iii) as acções de fortalecimento do cumprimento das obrigações fiscais; iv) as acções desenvolvidas no âmbito do alargamento da base tributária; v) a gestão e desenvolvimento de recursos humanos; vi) as acções realizadas no

¹ Banco de Moçambique - Conjuntura Económica e Perspectivas de Inflação, Janeiro de 2015

âmbito da modernização tecnológica; *vii*) a gestão do orçamento da despesa; *viii*) as relativas ao planeamento e estudos; *ix*) a concernente a reforma da legislação fiscal e aduaneira; *x*) as acções relativas à documentação e tratamento da informação; *xi*) acções relativas à cooperação bilateral e multilateral; *xii*) actividades relacionadas com a cooperação internacional; *xiii*) os desenvolvimentos no âmbito da integração regional; *xiv*) as acções das realizações do Controlo Interno; *xv*) acções desenvolvidas pelos órgãos colegiais; *xvi*) as perspectivas de acções para 2014; e *xvii*) os anexos que ilustram o desempenho das unidades operativas da AT em 2013; o registo de contribuintes, incluindo do ISPC; o parque informático, de viaturas e imobiliário da AT; e o grau de realização do Fundo Comum, por linhas de acção.

II. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA COBRANÇA DA RECEITA

2.1. Receita Global

No período de Janeiro a Dezembro de 2014, foi colectado para os cofres do Estado o valor de 156.243,6 milhões de MT, correspondendo a um nível de cumprimento de 102,07% face a meta orçamental programada para o ano, fixada em 153.075,1 milhões de MT, a 29,20% do PIB a preços correntes e a um crescimento nominal de 23,63% quando comparada com a realização atingida em igual período de 2013. Esta realização representa um incremento do rácio fiscal em 2,2 p.p. do PIB, superando a meta estabelecida de 0.5 p.p. em 1,7 p.p.

Tabela 1. Evolução da Realização da Receita em 2013/2014

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	2013			2014			Cresc. Nominal
	Programa	Cobrança	Grau de Realização	Programa	Cobrança	Grau de Realização	
Impostos Internos	80.039,55	88.015,73	109,97%	106.433,71	108.308,71	101,76%	23,06%
Impostos sobre o Comércio Externo	40.452,76	38.302,99	94,69%	46.641,38	47.863,54	102,62%	24,96%
Total	120.492,31	126.318,72	104,84%	153.075,09	156.172,25	102,02%	23,63%

Fonte: GPECI - DPAR

PIB a preços correntes de 534.998,00 milhões de MT

Em termos de peso, os quatro grandes grupos dos impostos distribuem-se conforme a tabela 2, onde se destacam as receitas fiscais que representam 86,41% da receita total e as receitas não fiscais apenas 3,34%.

Tabela 2. Execução Global da Receita do Estado em 2013/2014

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	2013		2014			% do PIB	Cresc. Nominal	Estrutura
	Programa	Cobrança	Programa	Cobrança	Grau de Realização			
Receitas Correntes	117.675,15	122.694,47	149.887,68	153.358,73	102,32%	28,67%	24,99%	98,15%
Receitas Fiscais	100.829,93	107.542,73	132.261,46	135.005,51	102,07%	25,23%	25,54%	86,41%
Receitas Não Fiscais (a)	13.033,68	11.164,66	14.329,27	13.139,81	91,70%	2,46%	17,69%	8,41%
Receitas Próprias	3.811,54	3.987,08	3.296,95	5.213,41	158,13%	0,97%	30,76%	3,34%
Receitas de Capital	2.817,16	3.624,24	3.187,40	2.884,87	90,51%	0,54%	-20,40%	1,85%
Total de Receitas	120.492,31	126.318,71	153.075,08	156.243,60	102,07%	29,20%	23,69%	100,00%

^aInclui Receitas Consignadas

Fonte: GPECI - DPAR

PIB a preços correntes de 534.998,00 milhões de MT

Gráfico 1. Evolução da Receita Total Cobrada em 2013/2014, em Milhões de MT

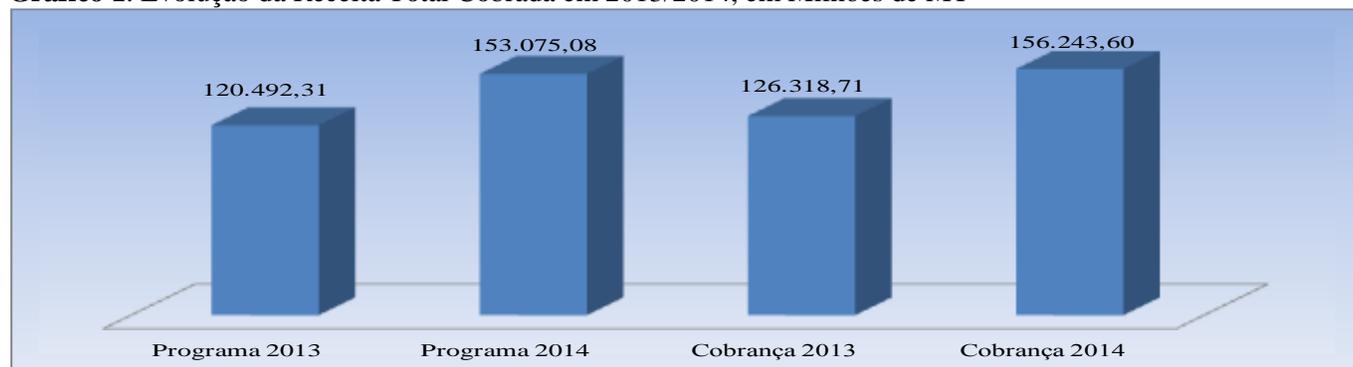
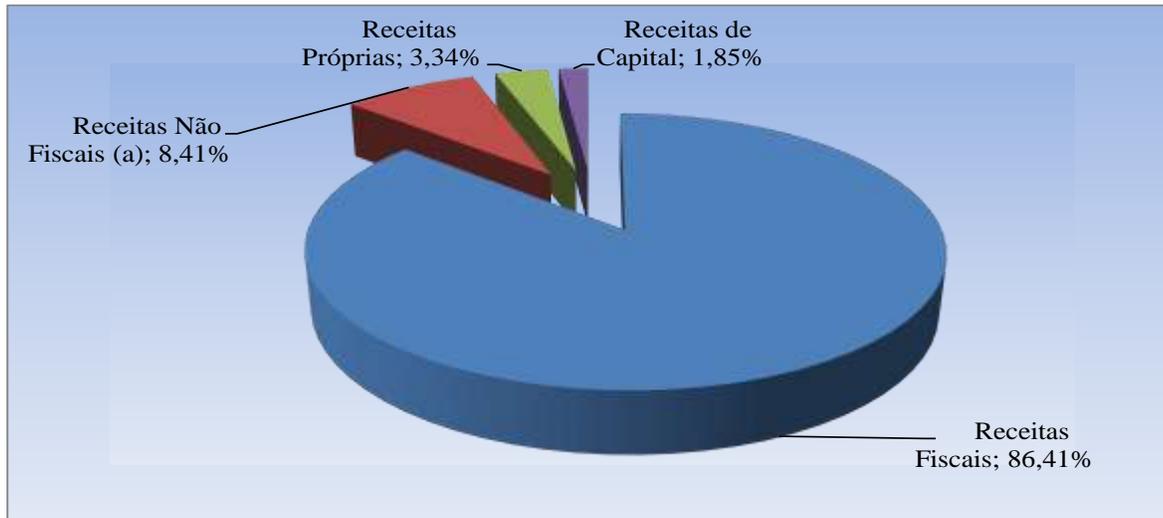


Gráfico 2. Estrutura da Receita Total Cobrada em 2013/2014



Contribuíram para este bom desempenho, entre outros, a prestação dos Impostos sobre o Rendimento que são constituídos pelas rubricas do IRPS, IRPC e Imposto Especial sobre o Jogo, com uma cobrança de 63.202,16 milhões de MT, contra os 59.336,30 milhões de MT programados para o ano, justificado de entre outros factores, pelo controlo empreendido pelas equipas da AT nas operações de venda de activos detidos por empresas estrangeiras a operar no sector petrolífero, que resultaram na arrecadação de mais-valias no valor de 18.054,17 milhões de MT correspondentes ao contravalor de 590.000 mil dólares americanos, representando 40,32% do total do IRPC.

Destacam-se ainda as cobranças verificadas nos seguintes grupos: i) Impostos sobre Bens e Serviços que atingiram um nível de desempenho de 100,15% da meta anual rectificativa ao cobrar 67.660,85 milhões de MT; ii) IVA na Importação, ao cobrar 27.661,30 milhões de MT dos 26.355,69 milhões de MT programados como meta anual, influenciado pelo aumento de importação de produtos sujeitos a este imposto; iii) ICE de Produtos Importados, com a cobrança de 3.500,48 milhões de MT contra 3.094,69 milhões de MT programados, tendo atingido o nível de desempenho de 113,11% correspondente a um crescimento nominal de 29,05% quando comparado com igual período de 2013, impulsionado pela aplicação da Lei nº 2/2013, de 7 de Janeiro, que altera em alta as taxas do ICE bem como as acções de controlo nas importações via Janela Única Electrónica (JUE); e iv) Impostos sobre o Comércio Externo, nomeadamente, os Direitos Aduaneiros e a Sobretaxa, ao alcançarem 102,82% de realização face aos 11.135,13 milhões de MT programados para o ano de 2014.

2.2. Contribuição dos Grandes Contribuintes

No âmbito da implementação dos novos Critérios de Classificação dos Grandes Contribuintes, procedeu-se a mobilidade dos Grandes Contribuintes das DAF para as UGC e vice-versa, tendo o número de 1.205 no verificado em 2013, passado para 1.661 em 2014, o que corresponde a um aumento de 32,53% (456 grandes contribuintes), dos quais: i) 1.010 estão distribuídos pelas UGC (540 em Maputo, 150 na Matola, 167 na Beira e 153 em Nampula; e ii) 651 encontram-se distribuídos pelas restantes DAF2.

² DAF Maputo-1 (185); PC Josina Machel (39); DAF Maputo-2 (76); PC do Jardim (15); PC do Xipamanine (5); DAF Maxixe (5); DAF Xai-Xai (07); DAF Chokwe (05); DAF Inhambane (05); DAF Vilanculos (8) DAF Beira-1 (14); DAF Manga (21); DAF Chimoio (43); DAF Quelimane (22); DAF Nacala (35); DAF Lichinga (9); DAF Pemba (35); DAF Tete (122); e DAF Matola (150).

A contribuição dos Grandes Contribuintes situou-se em 95.505,79 milhões de MT, correspondente ao peso de 61,04% do total da receita arrecada pela AT e corresponde a 32,50% de crescimento quando comparado com o ano de 2013, distribuído em 69.711,12 milhões de MT dos impostos internos e 25.794,67 milhões de MT dos impostos sobre o comércio externo. Dos impostos internos destaca-se a UGC de Maputo que arrecadou 33,95% da receita total da AT, contra o equivalente a 1,07% e 0,60% cobrados pelas UGCs da Beira e de Nampula, respectivamente, conforme a tabela 3.

Relativamente ao peso da receita proveniente dos grandes Contribuintes na receita total regista-se uma evolução em 4,24p.p., tendo em conta a receita cobrada em 2014 contra a colectada em 2013, segundo ilustra a tabela 3.

Tabela 3. Contribuição dos Grandes Contribuintes 2013/2014

Descrição	2013		2014		Cresc. Nominal
	Cobrança	Peso	Cobrança	Peso	
Grandes Contribuintes (GC) nas UGC:	36.791,38	28,99%	55.743,36	35,63%	51,51%
Maputo	34.459,70	27,15%	53.127,42	33,95%	54,17%
Beira	1.717,74	1,35%	1.670,49	1,07%	-2,75%
Nampula	613,94	0,48%	945,46	0,60%	54,00%
Grandes Contribuintes nas DAF	5.451,09	4,30%	13.967,76	8,93%	156,24%
Total GC dos Impostos Internos	42.242,47	33,29%	69.711,12	44,55%	65,03%
Total GC dos Impostos sobre o Comércio Externo	29.837,65	23,51%	25.794,67	16,49%	-13,55%
Total Geral de Cobrança dos Grandes Contribuintes	72.080,12	56,80%	95.505,79	61,04%	32,50%
Pequenos Contribuintes dos Impostos Internos	45.758,22	36,06%	38.668,81	24,71%	-15,49%
Pequenos Contribuintes dos Impostos sobre o Comércio Externo	9.069,37	7,15%	22.296,22	14,25%	145,84%
Total de Cobrança da AT	126.907,71	100,00%	156.470,82	100,00%	23,29%

Fonte: DGI: DCAT-DUGCAT

2.2.1 Contribuição Fiscal dos Megaprojectos

Em 2014 estiveram em acção 9 Megaprojectos, os quais contribuíram para os cofres do Estado com o montante de 10.469,66 milhões de MT contra 7.790,43 milhões de MT cobrados no período homólogo anterior, o que corresponde a um crescimento em termos nominais de 34,39% e uma contribuição de 6,71% sobre a receita total. Contribuíram mais para este crescimento os sectores de Produção de Energia e de Exploração de Petróleo, cujos crescimentos são de 56,30% e 54,80%, respectivamente, conforme a tabela 4 e gráfico 3, destacando-se também, positivamente o crescimento das rubricas IRPC e IRPS que cresceram 67,34% e 17,77%, respectivamente, verificando-se o contrário nos impostos provenientes da Taxa de concessão e do Imposto sobre a Produção, que registaram incrementos negativos.

No Sector de Produção de Energia, o crescimento verificado no IRPC é considerado extraordinário, uma vez que este sempre dependerá da execução de serviços prestados por entidades estrangeiras em território Nacional. Neste sector verifica-se também o crescimento verificado no IRPS, que se considera normal derivado da evolução salarial.

No Sector de Exploração de Petróleos, o crescimento nominal foi influenciado pela cobrança de IRPS e IRPC em 101,69% e 57,41%, respectivamente, quando comparados com os valores cobrados em 2013, sendo que em relação ao IRPC o crescimento deveu-se essencialmente a receitação dos valores das mais valias pagas durante o ano de 2014, no que tange ao IRPS, de referir que o crescimento nominal verificado deveu-se essencialmente ao aumento do número de trabalhadores directos e contratados nas empresas do sector.

No Sector de Recursos Minerais, todas as rubricas tiveram um crescimento normal, exceptuando a de Imposto Sobre a Prodyção que teve uma realização baixa, na ordem dos 37,66% devido essencialmente a redução da produção por parte das empresas mineiras devido a baixa acentuada do preço dos minérios no mercado internacional, cenário este que se prevê que continue nos próximos tempos. Outro cenário que caracteriza a baixa de impostos neste sector foi o facto de, a Kenmare, em 2012 ter usado taxas relativamente baixas para o pagamento de impostos, facto este que ditou que em 2013, depois de se verificar que a taxa usada em 2012, foi baixa, e em 2013 foram feitas regularizações devidas e no ano seguinte (2014), voltou-se a normalizar-se os pagamentos, criando um cenário de baixa de contribuição em sede deste imposto.

No Sector de Outros Megaprojectos registou-se um crescimento normal influenciado pelo aumento das retenções na fonte, no que tange ao IRPS, e verifica-se também um aumento do IRPC devido ao aumento das retenções na fonte de prestação de serviço de estrangeiros (taxa liberatória).

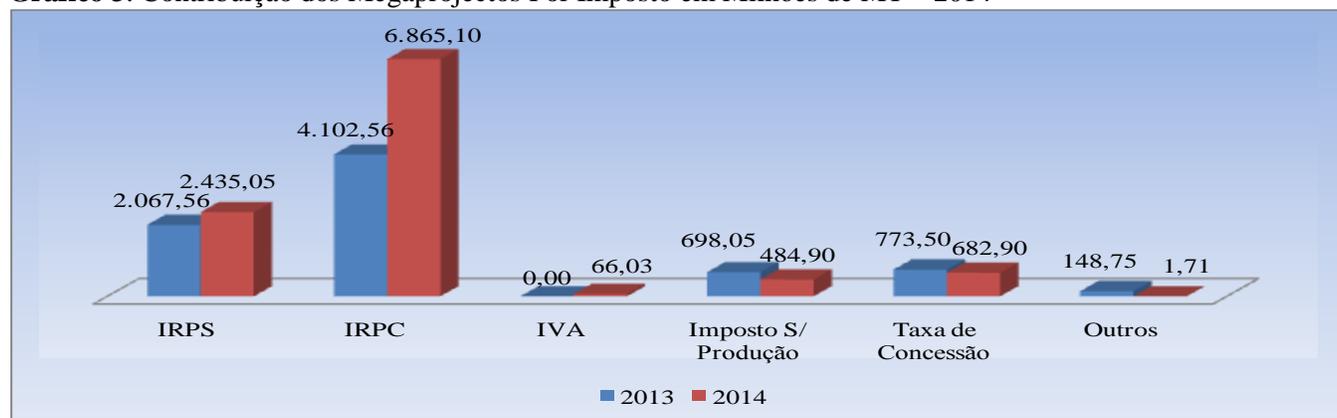
Tabela 4. Contribuição Fiscal dos Megaprojectos em 2014

Unidade: 10⁶MT

Descrição	IRPS			IRPC			IVA			Imposto S/ Produção			Taxa de Concessão			Outros			Total		
	2013	2014	Cresc Nom.	2013	2014	Cresc Nom.	2013	2014	Cresc Nom.	2013	2014	Cresc Nom.	2013	2014	Cresc Nom.	2013	2014	Cresc Nom.	2013	2014	Cresc Nom.
Produção de Energia	161,30	233,73	44,90%	237,40	1.148,00	383,57%	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00%	773,50	682,90	-11,71%	148,75	0,00		1.320,95	2.064,63	56,30%
Produção de Petróleo	234,89	473,76	101,69%	3.051,60	4.803,58	57,41%	0,00	65,23		259,27	211,38	-18,47%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00		3.545,76	5.488,72	54,80%
Exploração de Rec. Minerais	1.475,00	1.481,85	0,46%	503,72	513,08	1,86%	0,00	0,80		438,78	273,52	-37,66%	0,00	0,00	0,00%	0,00	1,71	0,00	2.417,50	2.270,16	-6,09%
Outros Megaprojectos	196,37	245,71	25,13%	309,84	400,44	29,24%	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00		506,21	646,15	27,64%
Total	2.067,56	2.435,05	17,77%	4.102,56	6.865,10	67,34%	0,00	66,03		698,05	484,90	-30,54%	773,50	682,90	-11,71%	148,75	1,71	0,00	7.790,42	10.469,66	34,39%

Fonte: DGI

Gráfico 3. Contribuição dos Megaprojectos Por Imposto em Milhões de MT – 2014



2.2.2 Contribuição Fiscal das Instituições Financeiras em 2014

As Instituições Financeiras contribuíram com um total de 6.448,38 milhões de MT, que representa um crescimento de 21,44%, quando comparado com igual período de 2013, que foi de 5.309,81 milhões de MT.

Nesta área o destaque vai para o sector das Instituições de Crédito que registou um crescimento nominal de 41,11% e o das Sociedades de Locação Financeira que decresceu em 29,19%, quando comparados com igual período de 2013. Estas realizações foram influenciadas pelas rubricas de IRPC e IRPS ao registarem maior cobrança na ordem de 3.101,03 milhões de MT e 2.081,33 milhões de MT, respectivamente, conforme os dados da tabela 5 e gráfico 4 abaixo.

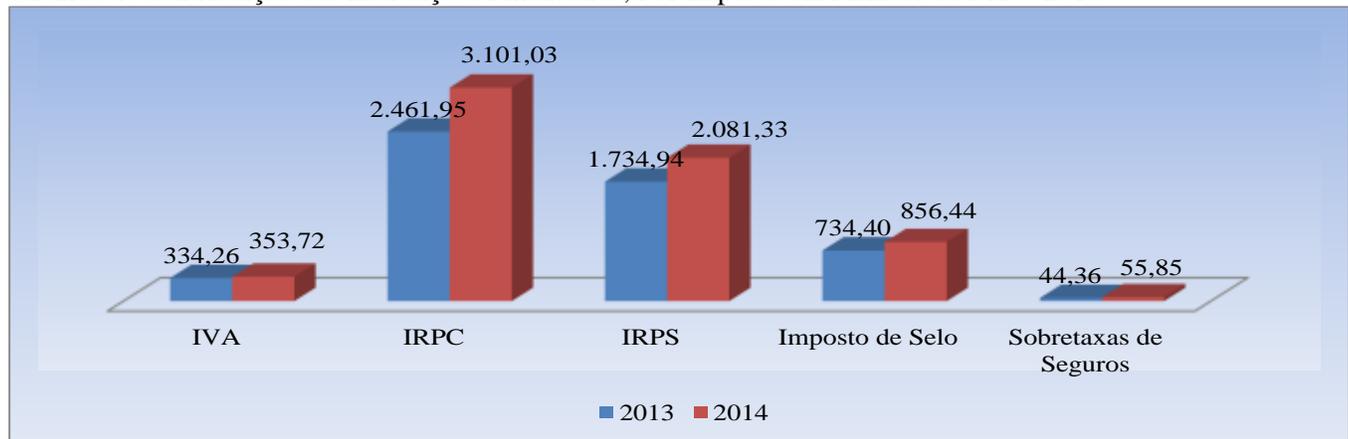
Tabela 5. Contribuição Fiscal das Instituições Financeiras em 2014

Unidade: 10⁶MT

Descrição	IVA			IRPC			IRPS			Imposto de Selo			Sobretaxas de Seguros			Total		
	2013	2014	Cresc. Nominal	2013	2014	Cresc. Nominal	2013	2014	Cresc. Nominal	2013		Cresc. Nominal	2013	2014	Cresc. Nominal	2013	2014	Cresc. Nominal
Instituições de Crédito	265,67	303,95	14,41%	2.064,53	2.972,79	43,99%	1.310,98	1.996,59	52,30%	625,89	747,73	19,47%	-	-	-	4.267,07	6.021,07	41,11%
Seguradoras	14,47	15,99	10,49%	66,57	121,42	82,38%	50,18	63,61	26,75%	108,46	108,71	0,23%	44,36	55,85	25,91%	283,94	365,57	28,75%
Soc. De Locação Financeira	53,83	33,78	-37,24%	15,23	6,82	-55,21%	18,13	21,14	16,57%	0,01	0,00	-100,00%	-	-	-	87,19	61,74	-29,19%
Outras Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	-	-	-	671,61	0,00	0,00%
Total	333,96	353,72	5,92%	2.146,33	3.101,03	44,48%	1.379,29	2.081,33	50,90%	734,36	856,44	16,62%	44,36	55,85	25,91%	5.309,81	6.448,38	21,44%

Fonte: DGI

Gráfico 4. Contribuição das Instituições Financeiras, Por Imposto em Milhões de MT – 2014



III. FORTALECIMENTO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS

3.1. Auditorias e Fiscalizações dos Impostos Internos e das Alfândegas

Com vista a fortalecer o cumprimento das obrigações fiscais e alcançar o incremento anual mínimo de receita adicional colectada em 2,00% relativamente ao período homólogo anterior, foram realizadas pela AT um total de 1.424 auditorias, das quais 1.101 realizadas pela área dos impostos internos e 323 auditorias pós desembarço aduaneiro, tendo sido colectado o montante global de 1.162,02 milhões de MT, sendo 1.045,56 milhões de MT e 117,52 milhões de MT, por cada uma das áreas, respectivamente. Esta cobrança corresponde a 103,08%, quando comparada ao período transacto que se situou em 572,21 milhões de MT.

3.1.1 Auditorias e Fiscalizações Tributárias

De um programa de 1.050 auditorias (230 pela DAFT e 820 pelas DAFs e UGC) e 2.500 processos de conta por analisar em 2014, foram realizados 1.101 trabalhos de auditoria e fiscalização a empresas sedeadas na cidade de Maputo, arredores e província, abrangendo vários sectores de actividade, de acordo com o nível de risco previamente identificado, (sendo 235 pela DAFT e 866 pelas DAF e UGC), que resultaram no apuramento de 23.750,22 milhões de MT de Matéria Colectável e de 5.761,02 milhões de MT de Imposto Devido, que representam um incremento de 126,53% e 176,66%, respectivamente, quando comprados com igual período de 2013, com destaque para os trabalhos realizados em grandes empresas do sector petrolífero, cujos resultados são encorajadores, conforme os dados apresentados na tabela 6 e gráfico 5.

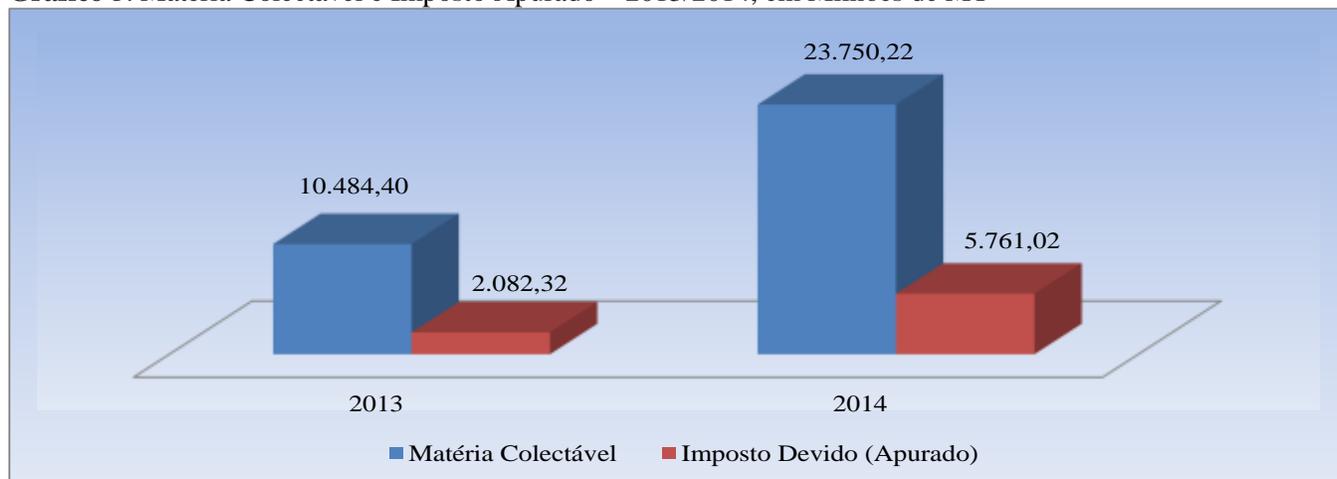
Tabela 6. Matéria Colectável e Imposto Apurado em 2014

Unidade: 10⁶MT

Descrição	Matéria Colectável			Imposto Devido (Apurado)		
	2013	2014	Cresc. Nominal	2013	2014	Cresc. Nominal
IVA-Vendas Sonegadas	4.537,17	13.061,41	187,88%	533,26	2.099,66	293,74%
Dedução Indevida do IVA	0,00	0,00	0,00%	200,59	80,67	-59,78%
IVA das Mercadorias sem Factura	0,00	0,00	0,00%	0,04	16,95	42275,00%
IRPS (Trabalho Dependente)	112,58	1,07	-99,05%	14,48	0,47	-96,77%
IRPS (Outros)	11,10	277,30	2398,20%	7,83	131,98	1585,78%
IRPC (Tributação Auditorias)	627,71	245,90	-60,83%	80,75	90,80	12,45%
IRPC (Pagos a Não Residentes)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
IRPC (Matéria Colectável Adicional)	5.186,28	9.635,77	85,79%	1.243,80	3.293,47	164,79%
Outros	9,57	528,78	5427,65%	1,58	47,02	2869,99%
Total	10.484,40	23.750,22	126,53%	2.082,32	5.761,02	176,66%

Fonte: DGI-DAFT

Gráfico 5. Matéria Colectável e Imposto Apurado – 2013/2014, em Milhões de MT



Trabalhos Externos Realizados pelas DAF e UGC

As DAF e UGC realizaram 866 auditorias e fiscalizações tributárias, contra 597 realizadas em igual período do ano passado, o que representa um grau de crescimento de 145,05 %, e uma realização de 105,61% em relação à meta do período situada em 820 auditorias, segundo ilustra a tabela 6. Em termos de valores, importa referir que foi apurado o montante de 1.530,59 milhões de MT, que representa um crescimento de 213,45% quando comparado com igual período de 2013, conforme a tabela 7.

Tabela 7. Valor Apurado por Imposto – 2014*Unidade: 10⁶MT*

Ordem	Descrição	Apuramento em 2013	Apuramento em 2014	Variação
1	IVA	218,58	227,66	4,15%
2	IRPC	123,02	1.165,69	847,58%
3	IRPS	67,03	19,06	-71,57%
4	Outros	79,67	118,19	48,34%
Total		488,30	1.530,59	213,45%

Fonte: DGI-DAFT

Em termos globais, os trabalhos de auditoria realizados pela DAFT, DAF e UGC, a nível nacional, resultaram no apuramento de 7.295,57 milhões de MT, contra os 2.570,62 milhões de MT registados em igual período de 201, representando um crescimento de 183,81%, como ilustra a tabela 8.

Tabela 8. Valor Apurado pela DAFT, DAF e UGC – 2013/2014*Unidade: 10⁶MT*

Descrição	Nº Empresas Visitadas		Crescimento Nominal	Imposto Apurado		Crescimento Nominal
	2013	2014		2013	2014	
DAFT-Nível Local	114	185	62,28%	1.387,80	5.761,02	315,12%
DAFT-Nas Províncias	91	50	-45,05%	694,52	3,96	-99,43%
DAFs/UGCs	597	866	45,06%	488,30	1.530,59	213,45%
Total	802	1.101	37,28%	2.570,62	7.295,57	183,81%

Fonte: DGI-DAFT

Conforme a tabela 9, as cobranças de receitas adicionais resultantes das acções de auditoria e fiscalizações registaram um incremento de 118,18%, em razão da arrecadação do montante de 1.045,56 milhões de MT contra o valor de 479,21 milhões de MT cobrados em igual período de 2013.

Tabela 9. Cobranças Resultantes das Auditorias em 2014*Unidade: 10⁶MT*

Descrição	IVA	IRPC	IRPS	ISPC	Taxa Liberatória	Imposto de Selo	Multas	Total
Região Sul	36,87	686,14	1,99	0,00	0,00	8,57	10,30	743,87
Região Centro	108,49	88,93	5,22	0,07	11,07	0,19	5,21	219,18
Região Norte	4,51	4,62	0,06	0,00	0,00	0,00	73,33	82,52
Total cobrado em 2014	149,87	779,69	7,27	0,07	11,07	8,76	88,84	1.045,56
Total cobrado em 2013	218,58	123,02	67,03	0,00	42,27	1,82	26,49	479,21
Crescimento Nominal	-31,43%	533,80%	-89,16%	1675,00%	-73,80%	381,89%	235,38%	118,18%

Fonte: DGI-DAFT

3.1.1.1. Análise de Processos de Contas

E, 2014 foram analisadas 2.530 declarações, de um programa de 2.500 declarações de informação contabilística e de rendimentos de sujeitos passivos singulares e colectivos, o que representa uma realização de 111,55% e um crescimento nominal na ordem de 11,55%, em relação ao ano de 2013, cuja realização situou-se em 2.268 declarações analisadas. O mesmo trabalho resultou no apuramento de 339,79 milhões de MT contra os 158,33 milhões de MT de 2013, correspondente a um crescimento na ordem de 114,61%, conforme se ilustra na tabela 10.

Tabela 10. Processos Analisados e Impostos Apurados em 2014

Unidade: 10⁶MT

Anos	Proc. Analisados		Cresc. Nominal	Mat. Colectável Adicional		Cresc. Nominal	Impostos Apurados		Cresc. Nominal
	2013	2014		2013	2014		2013	2014	
2008	1.623		-100,00%	586,65		-100,00%	111,02		-100,00%
2009	219	1.838	739,27%	161,28	2428,478	1405,72%	20,16	259,26	1186,31%
2010	291	427	46,74%	132,19	260,412	96,99%	23,96	61,10	155,02%
2011	135	205	51,85%	105,10	42,101	-59,94%	3,20	7,27	127,38%
2012		8			41,824			12,16	
Prop. De Exame		52							
Total	2.268	2.530	11,55%	985,22	2.773	181,44%	158,33	339,79	114,61%

Fonte: DGI-DAFT

3.1.2 Fiscalizações e Auditorias Pós-desembaraço Aduaneiro

Com o objectivo de conter e desencorajar a entrada de mercadorias diversas através das fronteiras nacionais (aéreas e terrestres), foram realizadas 636 apreensões de diversos produtos (produtos de mercearia, viaturas, electrodomésticos, drogas, cigarros, vestuário, calçado e bebidas alcoólicas), sem o pagamento das devidas imposições aduaneiras e 323 auditorias pós-desembaraço aduaneiro às empresas.

Estas acções resultaram na recuperação de receita adicional no valor de 439,98 milhões de MT, dos quais 76,68 milhões de MT de apreensões, 117,52 milhões de MT de auditorias pós desembaraço, sendo que, os remanescentes 245,78 milhões de MT foram de actuação de Perfis de Risco e Selecção de Contentores e acréscimos efectuados pela BRT, conforme os dados da tabela 11, onde se verifica que as acções de auditorias e resultantes das informações tiveram crescimentos positivos de 26,37% e 0,72%, respectivamente, tendo as áreas de Investigação e BRT registado incrementos negativos de 22,47% e 45,63%, respectivamente.

Tabela 11. Análise Comparativa da Receita 2013/2014

Unidade: 10⁶MT

Período	Investigação	BRT	Auditorias Pós-Desembaraço	Informações	Total
2013	98,90	3,55	93,00	242,08	437,53
2014	76,68	1,93	117,52	243,82	439,95
Crescimento Nominal	-22,47%	-45,63%	26,37%	0,72%	0,55%

Fonte: DGA-DAII

Na área da Investigação foram iniciados 636 casos, o que representam um crescimento em 13,97% quando comparado com o período homólogo anterior (558) e foram enviados ao Tribunal Aduaneiro 243

processos contra 254 enviados em 2013, contrariamente aos valores de direitos e multas cobrados que registaram um decréscimo de 22,47%. As Brigada de Reacção Tática (BRT), iniciaram 165 casos de apreensão de mercadorias diversa e viaturas e destes 130 foram transferidos para investigação para mais averiguações, resultando na recuperação de receitas adicionais no montante de 1,93 milhões de MT para os cofres do Estado contra 3,55 milhões de MT de 2013, o que significa um decréscimo na ordem de 45,63%.

Embora não se tenha cumprido com a meta de nº de auditorias por realizar em 2014, num total de 560, as 323 auditorias pós desembarço realizadas permitiram a recuperação de 117,52 milhões de MT que representam um crescimento nominal de 26,37%. No mesmo período, à nível da área da Inteligência, foram actuados 1.940 perfis centrais/JUE e 822 locais e referenciados 49 casos o que ditou a recuperação 243,85 milhões de MT.

3.2. Inspeção Não Intrusiva

Em 2014, de entre outras actividades, por forma a dotar os funcionários de ferramentas para operar este sistema, foram formados 215 funcionários em Curso de Operadores de INI, incluindo a interpretação e análise de imagens de raio-X, nomeadamente: Maputo (11), Ressano Garcia (98); Inhambane (27), Chimoio (23), Nampula (10) e Nacala (46); foi aberto o Site de Inspeção não Intrusiva de Ressano Garcia Km 4 e realizado um estudo para a requalificação do Porto de Nacala e a consequente instalação de scanner Rodoviário e Ferroviário, nesse porto.

Com esta abertura e instalação, a AT passa a contar com 16 SITE's de Inspeção não Intrusiva, distribuídos pelos seguintes pontos: (i) 3 Marítimos nos TIMAR Maputo, Beira e Nacala; (ii) 9 Aeroportuários TIAR Maputo nas terminais de Passageiros e de Carga, Inhambane, Vilanculos, Beira, Chimoio, Tete, Nampula, Nacala e Pemba respectivamente; 1 Rodoviário na TIRO de Ressano Garcia (Km4); e 3 Ferroviários nas TIROFER de Maputo Beira e Nacala.

I. Sites Portuários

Conforme a tabela 12, embora se tenha verificado uma subida no número de camiões que deram entrada aos TIMAR de Maputo, Beira e Nacala, estes pontos mostraram-se aquém do desejado, pois tiveram um grau de realização de 17,85%, 37,18% e 56,77%, respectivamente, quando o objectivo é aproximar-se aos 90%.

Tabela 12. Resultados comparativos nos Sites Portuários de INI – 2013/2014

SITES	2013			2014		
	Entradas Totais	Scanados	%	Entradas Totais	Scanados	%
Maputo	109.065	24.858	22.79%	259.384	46.305	17,85%
Beira	90.440	37.120	41.04%	102.734	38.199	37,18%
Nacala	30.149	17.517	58.10%	39.423	22.382	56,77%
Totais	229.654	79.495	35.70%	401.541	106.886	26,62%

Fonte: DGA-Divisão de Inspeção Não Intrusiva

II. Sites Aeroportuários

O TIAR de Passageiros de Maputo, está equipado com 13 máquinas de scanner, sendo que: (i) 08 máquinas estão na PARTIDA/Check in 01; (ii) 02 máquinas nas CHEGADA/Check out; (iii) 01

máquina Body scanner; (iv) 01 máquina no Trânsito; e (v) 01 máquina na sala VIP. Não obstante os ganhos conseguidos em termos dos equipamentos citados, verificam-se os seguintes constrangimentos:

- Má posição dos scanners do Terminal de carga do TIAR de Maputo, pelo facto de os exames físicos serem feitos antes das mercadorias serem scanadas, quando deveria ser no acto da entrada de mercadorias para o armazém. Com o objectivo delinear acções no sentido de alterar este cenário, foram realizados encontros entre Aeroportos de Moçambique, a Empresa Kudumba e AT, onde foi identificado o local (lado pista) rente ao armazém para o efeito;
- Inexistência de uma sala apropriada para se efectuar a revista de bagagens suspeitas, situação que cria constrangimentos aos passageiros que as suas bagagens estejam a ser revistas em local de acesso ao público;
- Relutância de alguns Sites Aeroportuários (Vilanculos, Beira, Nampula, Chimoio, Tete e Pemba), em apresentar o relatório de dados estatísticos, bem como informação sobre avaria dos equipamentos;
- Falta de meio de transporte impossibilita que se efectuem visitas constantes aos Sites conforme o planificado; e
- Falta de espaço para a verificação física de bagagens nos Sites Aeroportuários.

III. Sites Rodoviários

Com a entrada em funcionamento do novo terminal – o TIRO de Ressano Garcia (Km4), para responder a demanda, adquiriu-se um scanner fixo (fast scanner) com maior capacidade e eficiência, para além do móvel já existente, para dar maior celeridade ao processo e reduzir o tempo de desembarço.

IV. Sites Ferroviários

A principal função destes SITES é a de efectuar o controlo de radioactividade e inspecção de mercadoria através de raio-X, porém nos Sites Ferroviários da Beira e Nacala, funciona somente o sistema de controlo de radioactividade, enquanto em Maputo, no Site da FRIGO estão instalados os dois sistemas e nas proximidades da antiga Sonefe funciona apenas um.

3.3. Processos de Contencioso Fiscal e Processos Executivos

3.3.1. Processos de Contencioso Fiscal

Ao saldo de 8.741 processos em 01 de Janeiro de 2014, correspondentes a 1.569,25 milhões de MT, durante o período em análise, foram instaurados e acrescidos 2.239 processos no valor de 1.061,58 milhões de MT, correspondentes a um decréscimo de 17,29%, em termos numéricos, mas, em termos de valor, registou-se um incremento de 59,50%, se comparado com o período homólogo do ano anterior.

A significativa subida do valor instaurado em 2014 deveu-se, em parte, à fiscalização efectuada às empresas gasoleiras, todas pertencentes à UGC de Maputo, tendo culminado com a instauração de processos no valor global de 567,72 milhões de MT, sendo 544,34 milhões de MT de impostos e 23,38 milhões de MT de multas, entretanto, recorridos ao Tribunal Fiscal, aguardando-se, ainda, pela decisão daquele órgão.

Deste saldo, foram cobrados 1.543 processos no valor de 106,07 milhões de MT, contra 1.909 processos no valor de 106,41 milhões de MT do ano anterior, representando um decréscimo de 19,17% e 0,32%,

em termos de quantidade e valor, respectivamente, tendo sido ainda, relaxados para os diversos Juízos de Execuções Fiscais, 253 processos no valor de 13,16 milhões de MT, contra 332 processos, no valor de 82,17 milhões de MT relaxados em igual período de 2013, o que representa uma redução de 23,80% e 83,98% em termos de quantidade e valor, respectivamente, conforme a tabela 13 abaixo.

Tabela 13. Resumo dos Processos de Contencioso tramitados em 2014

Unidade: 10⁶MT

Ord.	Descrição	Ano de 2013		Ano de 2014		Cresc. Nominal	
		Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
1	Saldo em 1 de Janeiro	7.586	996,28	8.741	1.569,25	15,23%	57,51%
2	Instaurados	3.441	823,45	2.858	1.185,01	-16,94%	43,91%
3	Cobrados	1.909	106,41	1.543	106,07	-19,17%	-0,32%
4	Anulados	45	61,92	24	10,12	-46,67%	-83,65%
5	Virtualizados	332	82,15	253	13,16	-23,80%	-83,98%
6	Contestados	224	151,31	244	123,56	8,93%	-18,34%
7	Rec. TA	0	0,00	0	0,00	0,00%	0,00%
8=1+2+-3-4-5	Saldo em 31 de Dezembro 2014	8.741	1.569,25	9.779	2.624,90	11,88%	67,27%

Fonte: DCT

Processos de Contencioso nos Tribunais Fiscais

Transitaram de 2013 para 2014, nos Tribunais Fiscais, 555 processos no valor de 1.527,68 milhões de MT, adicionados aos 317 processos no valor de 690,84 milhões de MT, impugnados no exercício em análise, objecto de contestações apresentadas por contribuintes pertencentes às diversas Unidades de Cobrança, tendo sido tramitados 235 processos no valor de 287,86 milhões de MT e cobrados 208 processos no valor de 263,65 milhões de MT, ficando de saldo para o exercício subsequente 637 processos no valor de 1.930,66 milhões de MT.

Tabela 14. Resumo dos Processos de Contencioso – 2014

Unidade: 10⁶MT

Ord.	Descrição	Processos	
		Qtd	Valor
1	Saldo em 1 de Janeiro de 2014	555	1.527,68
2	Recorridos durante o período	317	690,85
Total	Soma (1+2)	872	2.218,52
3	Tramitados durante o período	235	287,86
4	Cobrados	208	263,65
6=1+2-3-4	Saldo em 31 de Dezembro de 2014	637	1.930,66

Fonte: DGI-DCT

Processos de Contencioso no Tribunal Administrativo

Em 31 de Dezembro de 2014 existiam no Tribunal Administrativo, 143 processos de Contencioso Fiscal correspondentes a 230,89 milhões de MT, pertencentes a diversas Unidades de Cobrança, nomeadamente: As UGC's de Maputo, Beira, Nampula e as DAF's de Pemba, Nampula, Nacala, Quelimane, Chimoio, 1º e 2º Bairro de Maputo, Inhambane, Quisico, Vilanculos, Chókwe, Xai-Xai, 1º e 2º Bairro da Beira e Matola, como resultado da falta da entrega de imposto bem como de incumprimento de obrigações acessórias.

3.3.2. Processos Executivos

No que diz respeito aos processos Executivos, o saldo em 31 de Dezembro de 2013, era de 121.636, correspondente a 2.544,97 milhões de MT, tendo sido, durante o período em análise, instaurados e adicionados ao saldo anterior, 1.452 processos no valor de 286,36 milhões de MT, contra 2.115 processos no valor de 437,83 milhões de MT do ano anterior, o que representa um decréscimo em cerca de 31,35% e 34,59%, em termos de quantidade e valor, respectivamente, conforme a tabela 15.

Relativamente a cobrança, foram cobrados 780 processos, no valor de 160,39 milhões de MT, que afiguram um decréscimo de 21,37% em termos de quantidades de processos, contrariamente ao valor que apresenta um incremento em 29,43%, se comparado com a cobrança do ano anterior, situada em 992 processos no valor de 123,92 milhões de MT, como resultado da acção ter incidido em processos de valor elevados, segundo ilustra a tabela 15 e gráfico 6.

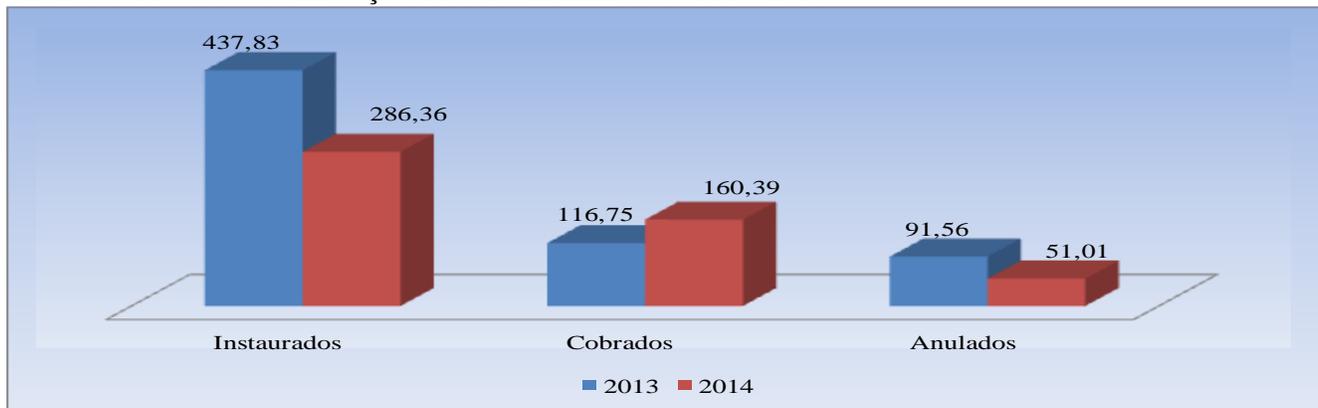
Tabela 15. Resumo de Processos Executivos – 2013/2014

Unidade: 10⁶MT

Ord.	Descrição	2013		2014		Cresc. Nominal	
		Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
1	Saldo em 1 de Janeiro	127.641	2.315,45	121.636	2.544,97	-4,70%	9,91%
2	Instaurados	2.115	437,83	1.452	286,36	-31,35%	-34,59%
Total 1	Soma 1 + 2	129.756	2.753,28	123.088	2.831,33	-5,14%	2,83%
3	Cobrados	992	116,75	780	160,39	-21,37%	37,38%
4	Anulados	7.128	91,56	4.192	51,01	-41,19%	-44,28%
Total 2	Soma 3 + 4	8.120	208,31	4.972	211,40	-38,77%	1,48%
5=1+2-3-	Saldo em 31 de Dezembro	121.636	2.544,97	118.116	2.631,52	-2,89%	3,40%

Fonte: DGI-DCT

Gráfico 6. Processos de Execuções Fiscais em Milhões de MT – 2014



Nestes termos, a cobrança global de Janeiro a Dezembro de 2014 foi de 266,36 milhões de MT, dos quais 106,07 milhões de MT referentes aos processos de Contencioso Fiscal e 160,39 milhões de MT de processos Executivos, correspondentes a 21,44% de incremento em relação ao período homólogo de 2013 que se situara em 219,34 milhões de MT.

Processos Executivos no Tribunal Administrativo

Relativamente aos processos Executivos que se encontram no Tribunal Administrativo autuados pelos Juízos Privativos das Execuções Fiscais de Maputo e Beira, no período em análise, foram cobrados 03 processos decididos por aquele órgão, no valor de 12,28 milhões de MT e interpostos recursos de 02 processos no valor de 0,31 milhões de MT, sendo por via disso, ficado de saldo a 31 de Dezembro de 2014, 43 processos no valor de 200,13 milhões de MT.

Idade dos Processos Executivos

Conforme a tabela 16, os processos Executivos, encontram-se estratificados por antiguidade em três grupos, sendo a faixa etária de mais de 3 anos com 95.742 processos correspondentes a 1.026,79 milhões de MT a mais representativa, correspondendo a 81,06% e 39,02% do total do *stock* da dívida, em termos de quantidade e valor, respectivamente, merecendo por isso, maior atenção, devido ao risco de prescrição que apresentam. No entanto, a maior dificuldade com que se depara, para o tratamento daquele grupo de processos, tem a ver com a difícil localização dos respectivos devedores para efeitos de citação, causada pela alteração sistemática dos contribuintes sem prévia comunicação à Administração Fiscal.

Tabela 16. Idade dos Processos Executivos – 2014

Unidades: 10⁶ MT

Idade	Nº de Processos e Valor		Peso	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor
Menos de 1 ano	4.691	455,22	3,97%	17,08%
Entre 1 a 3 anos	17.683	1.182,51	14,97%	44,38%
Mais de 3 anos	95.742	1.026,79	81,06%	38,54%
Total	118.116	2.664,52	100,00%	100,00%

Fonte: DGI – DCT

3.4. Acções no Âmbito da Recuperação da Dívida Tributária

Com vista a elevar cada vez mais os níveis de recuperação de receitas, a AT, tem vindo a empreender esforços no sentido de elevar cada vez mais os índices de recuperação da dívida tributária, com destaque para a colaboração sistematicamente com a Procuradoria-Geral da República com vista a proceder-se a reclamação de eventuais créditos tributários em que o respectivo devedor seja, simultaneamente, parte de um processo civil, em curso nos Tribunais Judiciais, no qual é demandado para o pagamento de garantia certa e tenha sido arrolado o seu património para a liquidação da mesma. De realçar que esta colaboração institucional tem-se mostrado frutífera, garantindo, por um lado a tutela dos interesses do Estado em juízo e, por outro, a recuperação efectiva da dívida tributária antes que o património pelo qual se fazia pagar seja dissipado.

3.5. Reembolsos

3.4.1. Situação Geral dos Reembolsos dos Impostos sobre o Rendimento

Relativamente ao IR (IRPS e IRPC), durante o ano de 2014 foram recebidos 16.142 pedidos de reembolso no valor de 922,10 milhões de MT, tendo sido tratados 22.395 processos no valor de 472,87 milhões de MT, dos quais 14.844 pedidos no valor de 315,61 milhões de MT dizem respeito ao exercício de 2014, e 7.551 pedidos, no valor de 157,26 milhões de MT, respeitam períodos anteriores (2005 à 2013).

Dos processos tratados relativos aos períodos anteriores (2005 à 2013): (i) 4.452 foram pagos no valor de 97,72 Milhões de MT; (ii) 2.956 foram anulados no valor de 57,08 milhões de MT; e (iii) 143 foram indeferidos no valor de 2,46 milhões de MT. No que se refere aos processos respeitantes ao exercício de 2014 foram: (i) pagos 14.320 no valor de 210,55 milhões de MT; (ii) indeferidos 186 pedidos no valor de 1,69 milhões de MT; (iii) transitam para o ano de 2015 na situação de análise técnica 2.247 pedidos de reembolso no valor de 976,04 milhões de MT; e (iv) autorizados por pagar 751 processos no montante de 105,71 milhões de MT, conforme a tabela 17.

Relativamente a prestação alcançada no ano de 2014, importa referir que foram tratados processos correspondentes a 91,96% e 34,23% do total em termos de quantidades e valores, sendo que em relação a pagamentos a cifra situou-se em 88,71% nas quantidades e 22,83% nos valores, segundo ilustra o gráfico 7.

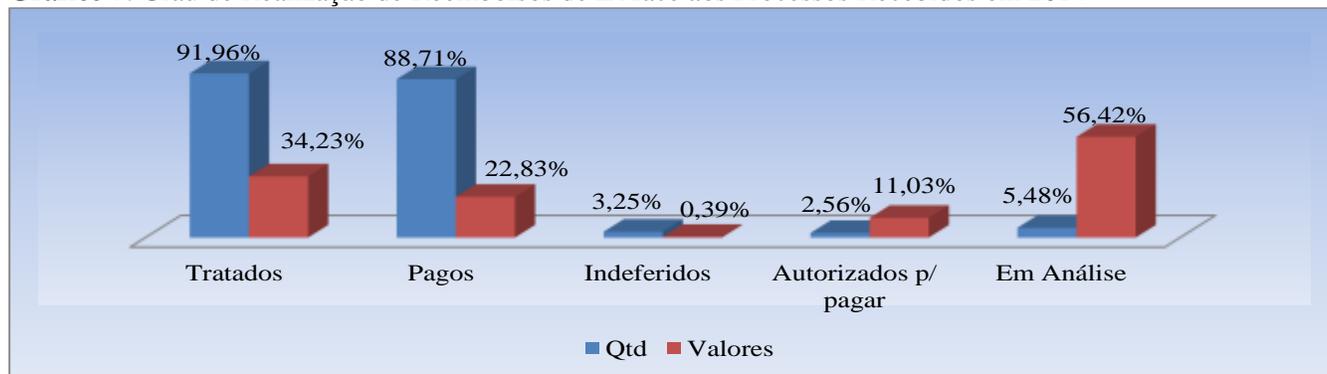
Tabela 17. Pedidos de Reembolso de IR Recebidos em 2014 e Acumulado desde 2005

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Pedidos Recebidos em 2014		Prestação dos Pedidos de 2014		Pedidos de Exercícios anteriores (2005 a 2013)		Total da Prestação de 2014		Prestação Acumulada De 2005 a 31 de Dez de 2014			
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
Saldo Transitado para 2014					2.399	466,83	2.399	466,83				
Solicitado	16.142	922,10					16.142	922,10	103.309	2.828,10		
Total	16.142	922,10	100,00%	100,00%	2.399	466,83	18.541	1.388,93	103.309	2.828,10	100,00%	100,00%
Tratados	14.844	315,61	91,96%	34,23%	7.551	157,26	22.395	472,87	101.004	1.681,08	97,77%	59,44%
Pagos	14.320	210,55	88,71%	22,83%	4.452	97,72	18.759	308,27	88.224	1.390,27	85,40%	49,16%
Indeferidos	524	3,58	3,25%	0,39%	143	2,46	667	6,04	6.729	81,42	6,51%	2,88%
Anulados	0	0,00	0,00%	0,00%	2.956	57,08	2.956	57,08	6.038	209,39	5,84%	7,40%
Autorizados por Pagar	413	101,72	2,56%	11,03%	338	3,98	751	105,71	751	105,71	0,73%	3,74%
Em Análise	885	520,28	5,48%	56,42%	1.362	455,76	2.247	976,04	2.247	976,04	2,18%	34,51%
Dívida Potencial	1.298	622,00	8,04%	67,46%	1.700	459,74	2.998	1.081,74	2.998	1.081,74	2,90%	38,25%

Fonte: DGI-DRIR

Gráfico 7. Grau de Realização de Reembolsos de IR face aos Processos Recebidos em 2014



Análise Comparativa de Janeiro a Dezembro 2013/2014

Comparativamente a igual período de 2013, foram pagos 18.772 pedidos no valor de 308,27 milhões de MT, de períodos anteriores, que representam um decréscimo em 12,10% em termos de quantidades e um incremento de 0,10% em valores, verificando-se ainda um decréscimo de recepção de processos de IR em 27,47% em relação as quantidades e um incremento de 51,92% em termos de valor, o que revela haver alguns processos de valores elevados. Relativamente aos pagamentos, o cenário mantém-se, não obstante a níveis menos elevados, registando um decréscimo de 7,37% e aceleração em 33,92%, em termos de quantidades e valores, respectivamente, conforme a tabela 18.

Tabela 18. Análise Comparativa 2013/2014

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Recebido de Janeiro a Dezembro						Pagos de Janeiro a Dezembro					
	2013		2014		Crescimento %		2013		2014		Crescimento %	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
1.1 IRPS	22.223	279,49	16.092	240,69	-27,59%	-13,88%	15.459	157,22	14.313	163,92	-7,41%	4,27%
1.2 IRPC	34	327,49	50	681,41	47,06%	108,07%	0		7	46,63		
Sub-total 1	22.257	606,98	16.142	922,10	-27,47%	51,92%	15.459	157,22	14.320	210,55	-7,37%	33,92%
Pedidos Anteriores												
1.1 IRPS							5.877	79,47	4.447	52,14	-24,33%	-34,39%
1.2 IRPC							19	71,26	5	45,58	-73,68%	-36,03%
2 Sub-total							5.896	150,73	4.452	97,72	-24,49%	-35,17%
Total	22.257	606,98	16.142	922,10			21.355	307,95	18.772	308,27	-12,10%	0,10%

Fonte: DGI-DRIR

3.4.2. Reembolsos de IRPS

Em sede do IRPS, foram recebidos 16.092 pedidos de reembolso no valor de 240,69 milhões de MT, tendo sido tratados 22.282 no montante de 279,11 milhões de MT, dos quais 7.545 no valor de 111,61 milhões de MT são referentes à períodos anteriores (2005 à 2013) e 14.837 processos dizem respeito ao exercício de 2014, no valor de 165,62 milhões de MT, conforme a tabela 19 e gráfico 8. Até 31 de Dezembro de 2014, estavam em análise 2.099 pedidos de reembolso no montante de 50,20 milhões de MT e autorizados por pagar 749 pedidos no montante de 4,22 milhões de MT; (iii) autorizados por pagar 411 pedidos no montante de 0,24 milhões de MT, conforme a mesma tabela.

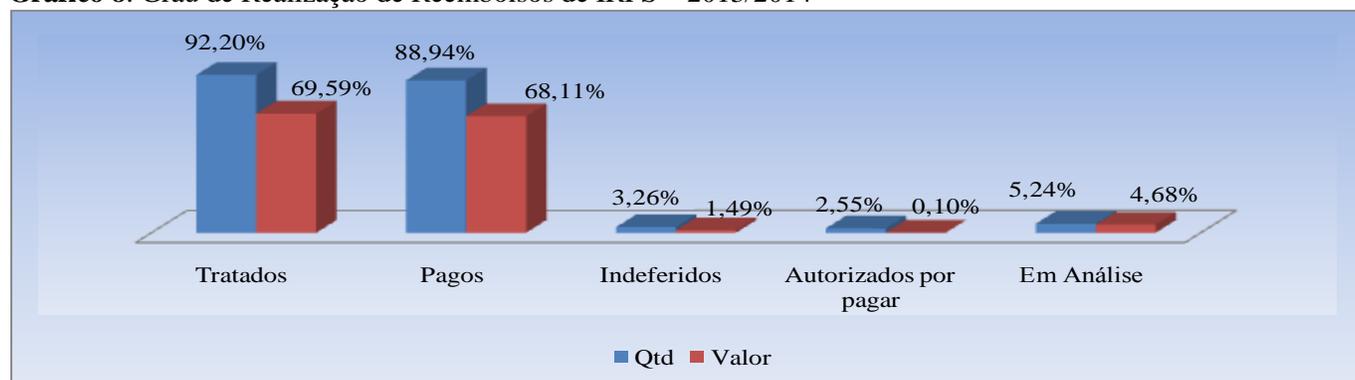
Dos processos relativos à períodos anteriores (2005 à 2013): (i) foram pagos 4.447 pedidos no valor de 52,14 milhões de MT; (ii) foram indeferidos 143 pedidos no valor de 2,46 milhões de MT; (iii) foram anulados 2.955 pedidos no valor de 57,01 milhões de MT; e (iv) foram autorizados por pagar 338 3,98 milhões de MT. Relativamente aos processos tratados e referentes ao exercício em apreço: (i) foram pagos 14.313 pedidos no valor de 163,92 milhões de MT; (ii) foram indeferidos 524 pedidos no valor de 3,58 milhões de MT.

Conforme ainda os dados da tabela 19, de 2005 a 31 de Dezembro de 2014 foram recebidos 102.968 pedidos no valor de 1.246,12 milhões de MT, tendo sido tratados 100.800 pedidos correspondentes a 1.139,15 milhões de MT e pagos 88.076 processos no valor de 949,46 milhões de MT. Em termos relativos foram tratados e pagos processos correspondentes a 97,89% e 85,54%, respectivamente.

Tabela 19. Reembolso do IRPS – 2013/2014Unidade: 10⁶MT

Descrição	Prestação dos reembolsos obtida no exercício de 2014								Prestação acumulada			
	Pedidos Recebidos em 2014		Prestação Relativa de Pedidos de 2014		Pedidos de Exercícios anteriores (2005 a 2013)		Total da Prestação de 2014		Acumulada de 2005 a 31 de Dez de 2014		Prestação Acumulada (2005 a 31 de Dez de 2014)	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
Saldo transitado para 2014					2.286	47,04	2.286	47,04				
Solicitado	16.092	240,69					16.092	240,69	102.968	1.246,12		
Total	16.092	240,69	100,00%	100,00%	2.286	47,04	18.378	287,73	102.968	1.246,12	100,00%	100,00%
Tratados	14.837	167,50	92,20%	69,59%	7.545	111,61	22.382	279,11	100.800	1.139,15	97,89%	91,42%
Pagos	14.313	163,92	88,94%	68,11%	4.447	52,14	18.747	216,06	88.076	949,46	85,54%	76,19%
Indeferidos	524	3,58	3,26%	1,49%	143	2,46	667	6,04	6.716	62,80	6,52%	5,04%
Anulados	0	0,00	0,00%	0,00%	2.955	57,01	2.955	57,01	5.995	126,90	5,82%	10,18%
Autorizados por pagar	411	0,24	2,55%	0,10%	338	3,98	749	4,22	749	4,22	0,73%	0,34%
Em Análise	844	11,26	5,24%	4,68%	1.255	38,94	2.099	50,20	2.099	50,20	2,04%	4,03%
Divida potencial	1.255	11,50	7,80%	4,78%	1.593	42,92	2.848	54,42	2.848	54,42	2,77%	4,37%

Fonte: DGI-DRIR

Gráfico 8. Grau de Realização de Reembolsos de IRPS – 2013/2014

3.4.3. Reembolsos de IRPC

No tocante ao IRPC, foram recebidos 50 pedidos de reembolso no montante de 681,41 milhões de MT, tendo sido tratados 7 pedidos no valor de 148,11 milhões de MT, que representam 14,00% e 21,74%, em termos de quantidades e valores, respectivamente. Transitam para o período seguinte: (i) 2 processos autorizados por pagar no valor de 101,48 milhões de MT; e (ii) em 41 pedidos no montante de 509,02 milhões de MT análise técnica. No mesmo período foram tratados 6 processos no valor de 45,65 milhões de MT de exercícios anteriores, dos quais 5 foram pagos e 1 anulados por não ter cumprido com os trâmites legais.

De 2005 a esta parte foram recebidos 341 processos correspondentes a 1.581,98 milhões de MT dos quais 204 no valor de 541,93 milhões de MT foram tratados, pagos 148 pedidos nos 440,81 milhões de MT, indeferidos 13 pedidos no valor de 18,62 milhões de MT e anulados 43 processos correspondentes a 82,50 milhões de MT, conforme a tabela 20.

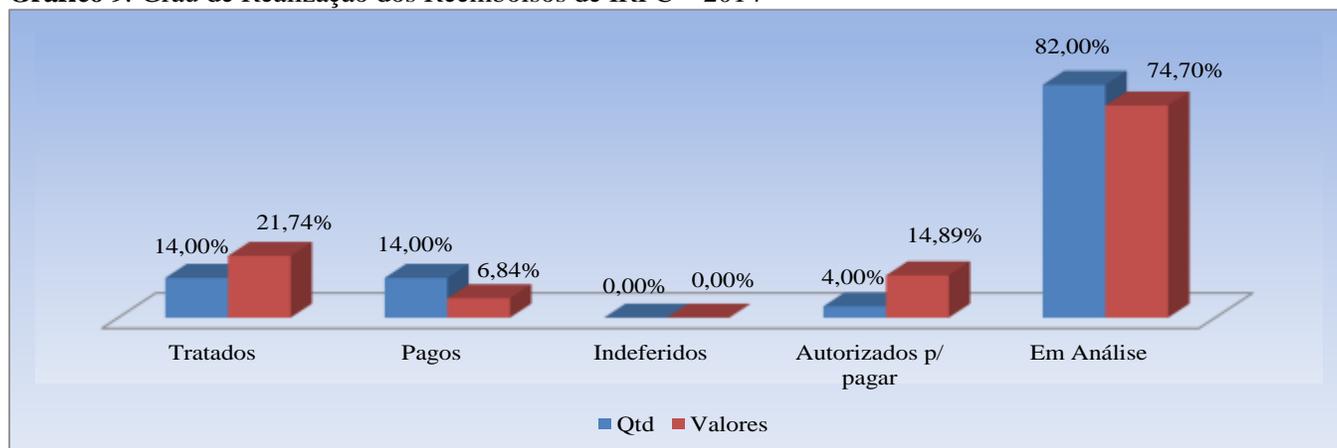
Tabela 20. Pedido de Reembolso de IRPC em 2014 e Acumulado desde 2005

Unidade: 10⁶MT

Descrição	Pedidos Recebidos em 2014		Prestação Relativa aos Pedidos de 2014		Pedidos de Exercícios anteriores (2005 a 2013)		Total da Prestação de 2014		Acumulado de 2005 a 31 de Dez de 2014		Prestação Acumulada (2005 a 31 de Dez de 2014)	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
Saldo Transitado para 2014					113	419,79	113	419,79				
Solicitado	50	681,41					50	681,41	341	1.581,98		
Total	50	681,41	100,00%	100,00%	113	419,79	163	1101,20	341	1.581,98	100,00%	100,00%
Tratados	7	148,11	14,00%	21,74%	6	45,65	13	193,76	204	541,93	59,82%	34,26%
Pagos	7	46,63	14,00%	6,84%	5	45,58	12	92,21	148	440,81	43,40%	27,86%
Indeferidos	0	0,00	0,00%	0,00%	0	0,00	0	0,00	13	18,62	3,81%	1,18%
Anulados	0	0,00	0,00%	0,00%	1	0,07	1	0,07	43	82,50	12,61%	5,21%
Autorizados por Pagar	2	101,48	4,00%	14,89%	0	0,00	2	101,48	2	101,48	0,59%	6,41%
Em Análise	41	509,02	82,00%	74,70%	107	416,82	148	925,84	148	925,84	43,40%	58,52%
Dívida Potencial	43	610,50	86,00%	89,59%	107	416,82	150	1.027,32	150	1.027,32	43,99%	64,94%

Fonte: DGI-DRIR

Gráfico 9. Grau de Realização dos Reembolsos de IRPC – 2014



3.4.4. Situação Geral dos Reembolsos do IVA

No decurso do período em análise foram recebidos 1.038 pedidos de reembolso no valor de 8.574,88 milhões de MT, dos quais 491 do regime normal no valor de 8.490,20 milhões de MT e 547 referentes a Diplomatas no valor de 84,67 milhões de MT. Como prestação, foram pagos globalmente 924 processos no valor de 2.267,94 milhões de MT, dos quais 690 processos no valor de 306,05 05 milhões de MT são referentes ao exercício em análise e 234 processos no montante de 1.961,89 milhões de MT referentes a exercícios anteriores, como se pode ver na tabela 21.

Tabela 21 Pedidos de Reembolso de IVA em 2014

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Ano de 2014			
	Recebidos		Pagos de Janeiro a Dezembro	
	Número	Valor	Número	Valor
1.1 Regime Normal	491	8.490,20	254	246,37
1.2 Diplomatas	547	84,67	436	59,68
Sub - Total 1	1.038	8.574,87	690	306,05
Recebidos em anos anteriores a 2014				
1.1 Regime Normal			198	1.955,56
1.2 Diplomatas			36	6,33
Sub - Total 2			234	1.961,89
Total	1.038	8.574,87	924	2.267,94

Fonte: DGI-DRIVA

Regime Normal

Relativamente a este regime, no período em análise, em termos de prestação, dos 491 pedidos de reembolso recebidos, foram tratados 319 processos e pagos 254, representando 64,97% e 51,73%, em relação ao total de pedidos submetidos, respectivamente, sendo que destes (i) 62 pedidos foram suspensos, (ii) 22 pedidos foram autorizados por pagar; e (iii) 150 processos estiveram em análise técnica. Foram igualmente neste período tratados 442 pedidos no valor de 6.494,56 milhões de MT, pagos 198 pedidos no valor de 1.955,56 milhões de MT e autorizados por pagar 54 pedidos correspondentes a 2.859,12 milhões de MT, referentes a períodos anteriores, conforme a tabela 22.

De 1999 a 31 de Dezembro de 2014 foram recebidos 6.135 pedidos correspondentes a 38.045,10 milhões de MT, sendo que, destes foram tratados 5.904 no montante de 30.694,15 milhões de MT e pagos 4.755 processos no valor de 20.738,21 milhões de MT, conforme a tabela 22.

Tabela 22. Reembolso do Regime Normal – 2014

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Pedidos Efectuados em 2014			Prestação		Dívida Transitada e Tratada em 2014		Situação Acumulada até ao período corrente (1999 à 2014)	
	Qtd	Valores		Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
		MT	USd[1]						
Solicitado	491	8.490,20	267.914,32	100,00%	100,00%			6.135	38.045,10
Total Tratado[2]	319	4.177,71	131.830,47	64,97%	49,21%	442	6.494,56	5.904	30.694,15
- Indeferidos	1	0,03	0,82	0,20%	0,00%	218	3.663,58	1.004	4.869,09
- Irregularidades		537,28	16.954,37	0,00%	6,33%		473,58		3.382,54
- Suspensos	62	1.176,18	37.115,06	12,63%	13,85%	24	387,19	86	1.563,37
- Anulados	2	0,55	17,25	0,41%	0,01%	2	14,64	59	140,94
- Pagos	254	2.463,68	77.742,98	51,73%	29,02%	198	1.955,56	4.755	20.738,21
Em análise	150	3.427,68	108.162,68	30,55%	40,37%	5	179,33	155	3.607,00
Autorizados por Pagar	22	884,82	27.921,17	4,48%	10,42%	54	2.859,12	76	3.743,94
Dívida Potencial	234	5.488,67	173.198,91	47,66%	64,65%	83	3.425,64	317	8.914,32

[1] Câmbio médio de 31,69 Mt/USD;

[2] Σ Indeferidos, suspensos, anulados e pagos;

Fonte: DGI-DRIVA

Diplomatas

Relativamente ao reembolso do IVA (Diplomatas), dos 547 pedidos correspondentes a 84,67 milhões de MT, foram tratados 446 pedidos equivalentes a 70,60 milhões de MT, que representam 81,54% e 83,38%, em termos de quantidades e valores, respectivamente, tendo sido pagos 436 no valor de 59,68 milhões de MT correspondentes a 79,71% em relação a quantidades. Foram também autorizados por pagar 23 no montante de 1,52 milhões de MT e, estão em análise técnica 78 processos, segundo ilustra a tabela 23.

Tabela 23. Reembolso do Regime de Diplomatas – 2014

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Pedidos efectuados em 2014			Prestação	
	Qtd	Valores		Qtd	Valor
		MT	USd[1]		
Ø Solicitado	547	84,67	2.754,54	100,00%	100,00%
o Total Tratado[2]	446	70,60	2.296,71	81,54%	83,38%
- Indeferidos	10	0,24	7,95	1,83%	0,29%
- Irregularidades		10,68	347,39	0,00%	12,61%
- Suspensos	0	0,00	0,00	0,00%	0,00%
- Anulados	0	0,00	0,00	0,00%	0,00%
- Pagos	436	59,68	1.941,37	79,71%	70,48%
o Em análise	78	12,56	408,52	14,26%	14,83%
o Autorizados por pagar	23	1,52	49,31	4,20%	1,79%
Dívida potencial	101	1,52	49,52	18,46%	1,79%

[1] Câmbio médio de 31,69 Mt/USD;

[2] Σ Indeferidos, suspensos, anulados e pagos;

Fonte: DGI-DRIVA

3.6. Benefícios Fiscais

Deram entrada em 2014, 511 projectos de investimento aprovados, dos quais, 390 na Região norte, 55 para região Centro e 66 para região Norte, conforme a tabela 24. Este registo corresponde a um decréscimo de 11,00% quando comparado com igual período de 2013, uma vez que naquele período foram aprovados 571. No mesmo período, deram entradas 255 adendas contra 201 referentes ao ano de 2013, que alteram a situação inicial (anterior) da autorização, sendo o universo actual de projectos de investimentos de 3.636.

Em termos de distribuição sectorial, 105 projectos são do sector de Transportes e Comunicações, 99 de Prestação de Serviços, 97 de Indústria, 53 de Turismo, 44 de Outras Actividades, 39 de Construção Civil, 21 de Pecuária, 13 de Agricultura, 12 de Comércio, 08 Agro-Indústria, 06 de Pesca, 05 de Agropecuária, 04 de Ecoturismo, 02 de Avicultura e de Seguradora e 01 de Bancos.

Tabela 24. Processos Recebidos em 2014

Ord.	Região	Total	Estrutura
1	Região Norte	390	76,32%
2	Região Centro	55	10,76%
3	Região Sul	66	12,92%
Total		511	100,00%

Fonte: DGI

Ainda neste período foi concluído o apuramento da Despesa Fiscal referente ao exercício de 2012 que será reportada na Conta Geral do Estado do exercício de 2013, cujo valor final foi de 5.243,90 milhões de MT, dos quais 5.242,78 milhões de MT são do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas e 1,12 milhões de MT do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.

Ainda no tocante aos Benefícios Fiscais, durante o ano de 2014 foram realizadas diversas actividades atinentes a:

- i) Cadastramento de Novos Projectos aprovados pelo CPI e pelo GAZEDA;
- ii) Fornecimento de informação solicitada pelo Gabinete do Controlo Interno sobre os projectos de Investimentos aprovados de 2013;
- iii) Análise dos termos de autorizações recebidos feita a correcção dos incentivos fiscais atribuídos, com base na legislação em vigor (Lei 4/2009, de 12 de Janeiro);
- iv) Enquadramento fiscal dos novos projectos, emissão das cópias e seu envio às respectivas áreas fiscais;
- v) Harmonização com o GAZEDA dos projectos de investimentos aprovados em 2013 por esta Instituição; e
- vi) Fornecimento da informação sobre a Despesa Fiscal das ZFI's e ZEE dos exercícios fiscais de 2009 à 2012 ao Secretariado Técnico da Task Force.

IV. ACÇÕES NO ÂMBITO DO ALARGAMENTO DA BASE TRIBUTÁRIA

4.1. Educação Fiscal e Aduaneira e Popularização do Imposto

De Janeiro a Dezembro de 2014 foram realizadas acções com vista à promoção da cidadania fiscal para o cumprimento voluntário e atempado das obrigações fiscais, com destaque para as seguintes:

- Realização de 77 eventos culturais de música, teatro e dança, a nível nacional, dos quais 48 roadshows em todas as províncias do país. Estes eventos tiveram lugar nos Conselhos Directivos da AT, nas palestras proferidas na instituição, nas cerimónias de encerramento dos cursos realizados no IFPFT, festivais culturais, seminários, Conselhos de Fiscalidade e nas campanhas de popularizações do imposto nos mercados, bairros, vilas e escolas.
- Participação no Carnaval da Província de Maputo, tendo sido atribuídos 6.688 NUITs, no local das activações, dos quais: 1.500 no dia da palestra e 5.188 feitos a posterior com base nos impressos para o registo deixados ficar no local. Foram ainda cadastrados, actualizados e emitidos 5.181 (cinco mil cento e oitenta e um) cartões aos estudantes das escolas que estiveram envolvidos no acto.
- Participação nos projectos “Miss entre Escolas Promovendo a Cidadania Fiscal”, “Miss e Mister Eco Model” e no Festival de Gospel-Mozgospel. Nestes programas foram atribuídos e actualizados mais de 6.000 NUITs.
- Formação de 21.306 disseminadores de matérias fiscais e aduaneiras, a nível nacional (7.188 da DRS, da 8.442 da DRC e 5.676 da DRN), correspondente a uma realização de 118% em relação a meta de 18.000 estipulada para o ano. Foram também criados Núcleos de Activistas de Disseminação de Matérias Fiscais e Atribuição de NUITs das Comunidades, em alguns pontos como: Massaca, no Distrito de Boane, Ressano Garcia, no distrito de Moamba, Associação KuTlanga do CNJ, OJM de Tsalala e Zona verde, Associação Bassane de Namaacha, AJVF de Malhazine, IFP de Manica, entre outros.
- Participação em vários torneios e campeonatos desportivos no âmbito da popularização do imposto, elevando o nome da instituição: (i) futebol em todas as províncias; (ii) voleibol na Província de Nampula, Cabo Delgado e Maputo e, (iii) basquetebol na Cidade de Maputo, Zambézia e Tete, sendo que a equipa de voleibol tem feito demonstrações de jogos de voleibol nas escolas da Província de Nampula, no âmbito da campanha de educação fiscal, aduaneira e popularização do imposto, tendo para além disso participado na fase final de clubes campeões de África e da taça de clubes campeões da zona 6 (África) onde se consagrou, pela 3ª vez campeã africana de voleibol.
- Realização de 185 palestras, a nível nacional, para membros do Governo, líderes comunitários, chefes das localidades, antigos combatentes, estudantes, participantes de diferentes concursos de beleza, modelos, professores, comerciantes, jovens empreendedores e aglomerados populacionais, das quais, 35 na Cidade de Maputo, 26 na Província de Maputo, 9 na Província de Gaza, 8 na Província de Inhambane, 16 na Província de Sofala, 11 na Província de Manica, 16 na Província da Zambézia, 8 na Província de Tete, 35 na Província de Nampula, 14 na Província de Cabo Delgado e 7 na Província de Niassa, no âmbito da sensibilização das populações para aderirem ao registo de NUIT para posterior pagamento do imposto.

- Produção de 49.450 materiais de popularização de impostos, com destaque para manuais, brochuras e panfleto, distribuídos pelos órgãos centrais, no Seminário Nacional e na cerimónia da inauguração do 1º Bairro Fiscal. Para além destes, foram produzidos 70 *rolups*, 30 bandeirolas e 22 dísticos para maior e melhor identificação da AT nos locais onde esta se faz presente (áreas fiscais, palestras, feiras e acções de popularização do imposto) e 60 cartazes.
- Produção e publicação de 9 Boletins Tributários, de Janeiro á Dezembro, onde foram feitas 250 Impressões das edições de Janeiro a Setembro; Edição de 2 Boletins semestral do Norte Informativo e do Mussoco; 2 edições da revista Mais Valia, que foram publicadas e enviadas para a RENA; e produção de 2.500 CDs do aplicativo do CIRPS, 250 CDs com documentos diversos para o XIII Seminário Nacional sobre a Execução da Política Fiscal e Aduaneira. Foram publicados dois Boletins da República na Imprensa Nacional nomeadamente: Um sobre a aprovação da extensão das UGCs para as cidades da Matola, Tete e Pemba e outra sobre as novas taxas do imposto de reconstrução nacional (IRN). Importa referir que os Boletins Informativos e a revista Mais Valia foram enviados via correio electrónico para a RENA e, em formato físico, para todos os Ministérios e parceiros da AT, para além das Direcções Gerais, Regionais, Delegações Provinciais, UGC's e algumas DAF's.

4.1.1. Campanhas com Recurso aos Órgãos de Comunicação Social

No âmbito das campanhas com recurso aos órgãos de comunicação social, foram veiculadas reportagens televisivas, efectuadas coberturas de eventos, dentro e fora da AT, que contribuíram para a divulgação e popularização do imposto, inseridos e veiculados *spots* publicitários sobre diversas matérias da AT e ainda veiculados anúncios, notícias e reportagens com recurso á imprensa escrita, para além de 297 recortes de jornais sobre diversos assuntos da AT, dos quais 7 são notícias desabonatórias.

4.1.2. Assistência aos Contribuintes

Com o objectivo de dar assistência aos agentes económicos e demais contribuintes, incluindo os potenciais, estão em pleno funcionamento 11 BAC's, a operar junto das DAF's das capitais provinciais, a excepção do BAC das Províncias de Maputo Cidade e Sofala, que funcionam no centro das Cidades de Maputo e Beira, respectivamente. No mesmo âmbito a AT encontra-se também representada em 17 BAU's nomeadamente: Cidade e Província de Maputo, Xai-Xai, Inhambane, Beira, Chimoio, Tete, Mutarara, Angónia, Changara, Lumbo, Quelimane, Nampula, Nacala, Ilha de Moçambique, Pemba e Lichinga. Importa referir que em todos os BAU pode se atribuição do NUIT.

Nos 11 BAC foram atendidos 87.428 contribuintes que queriam informações variadas sobre o ISPC, NUIT e alterações ao Código do IRPS, tendo sido ainda atribuídos 23.213 NUITs e impressos os respectivos cartões, dos quais 335 colectivos. Nestes BAC, para além de orientar e esclarecer as dúvidas relacionadas com os serviços prestados pela AT, os funcionários afectos, têm feito, em coordenação com outros sectores, o trabalho da divulgação e popularização do Imposto e sensibilização para uso dos serviços da Central de Atendimento, de modo a que todos os Contribuintes se familiarizem com a linha do contribuinte, produto da 1ª fase desse projecto.

No que tange ao processo de actualização dos NUIT no sistema e-Tributação, efectuado pela MD Consultores, Lda, empresa contratada pela AT, para digitação de dados, foram enviados 19.000 modelos para actualização e atribuição de NUITs.

4.2. Cadastração Fiscal

Para o período em análise, foi fixado como meta o registo de 600.000 NUIT, sendo 90.000 em sede de ISPC, tendo sido efectuado o registo de 625.529 NUIT que representam uma realização de 104,30%, face a meta supracitada e correspondem a um incremento de 8,90%, quando comparado com o igual período de 2013, que se situara em 574.324 novos NUITs, conforme a tabela 23.

Conforme os dados da tabela supra referida, dos 625.529 registos de NUIT registados no período em análise, 614.311 são de pessoas singulares e 11.218 de pessoas colectivas, que representam uma realização de 104,40% e 94,70% face a meta deste grupo. Quanto ao grau de desempenho por regiões, importa destacar a Região Sul com 113,90%, seguida da Região Norte com 112,90% e por último a Região Centro com 83,40%. Deste universo registado, 25.341 NUITs são de contribuintes com actividade económica, sendo 5.145 do Regime Geral de Tributação e 20.196 do ISPC.

Dos 5.145 contribuintes do Regime Geral de Tributação, 2.107 são do Regime Normal do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), 753 do Regime Simplificado do IVA e 2.285 do Regime de Isenção do IVA.

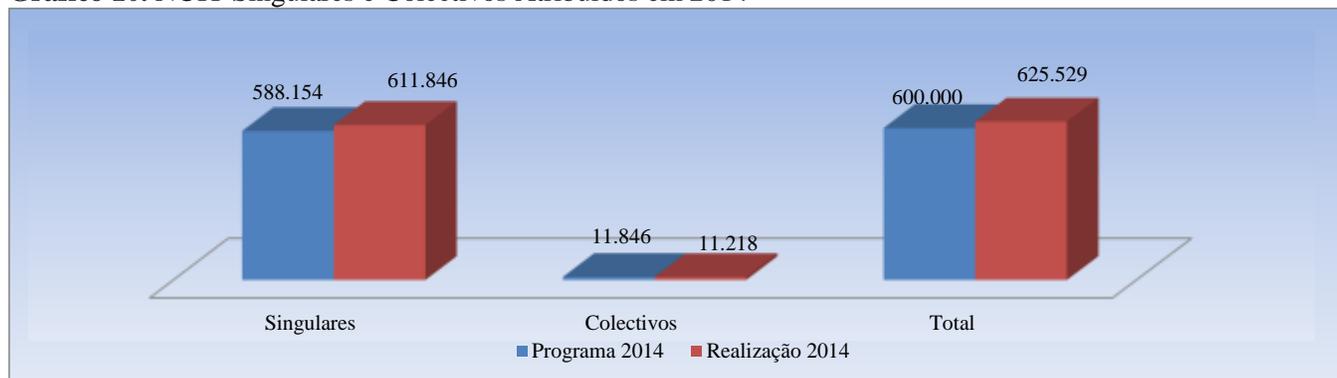
Em termos de acumulado, cujo processo iniciou no ano de 1999, foram registados até 31 de Dezembro de 2014, 3.252.554 NUIT, sendo 3.184.819 de pessoas singulares e 67.735 de pessoas colectivas. Importa também referir que do acumulado de 3.252.554 NUITs, 272.314 têm actividade económica, sendo 110.967 do Regime Geral de Tributação (45.509 são do Regime Normal do IVA, 34.926 do Regime Simplificado do IVA e 30.532 do Regime de Isenção do IVA) e 161.347 do ISPC, conforme a tabela 25 e gráfico 10.

Tabela 25. NUIT Atribuídos por Região em 2014

Regiões	Realização 2013			Programa 2014			Realização 2014			Grau de Realização			Crescimento Nominal		
	Singulares	Colectivos	Total	Singulares	Colectivos	Total	Singulares	Colectivos	Total	Singulares	Colectivos	Total	Singulares	Colectivos	Total
Norte	133.384	939	134.323	129.904	2.598	132.502	147.873	1.705	149.578	113,83%	65,63%	112,89%	10,86%	81,58%	11,36%
Centro	156.431	1.565	157.996	181.810	3.638	185.448	151.909	2.813	154.722	83,55%	77,32%	83,43%	-2,89%	79,74%	-2,07%
Sul	276.518	5.490	282.008	276.440	5.610	282.050	314.529	6.700	321.229	113,78%	119,43%	113,89%	13,75%	22,04%	13,91%
Total	566.333	7.994	574.327	588.154	11.846	600.000	611.846	11.218	625.529	104,03%	94,70%	104,25%	8,04%	40,33%	8,92%

Fonte: DGI

Gráfico 10. NUIT Singulares e Colectivos Atribuídos em 2014



4.2.1. Cadastro Fiscal no Âmbito do ISPC

Da meta estabelecida de 90.000 registos em sede de ISPC, foram registados 20.196 contribuintes, que representam uma realização de 22,40%, dos quais 7.080 registaram-se na Região Sul, 6.728 na Região Centro e 6.388 na Região Norte. Quando comparados com o desempenho do ano 2013, no qual registou-se 21.577 pequenos contribuintes, assinala-se um decréscimo na ordem de 6,40%, conforme a tabela 26.

Concorreram para o incumprimento da meta de registo em sede de ISPC, dentre outras, o facto de sistema actual não permitir a atribuição do NUIT mediante a apresentação da Cédula Pessoal para maiores de 10 anos de idade, tendo em conta que a maioria da população moçambicana não possui BI, as oscilações constantes dos sistemas informáticos e o conflito político militar que retraiu o investimento a escala nacional e a exiguidade de recursos humanos no sector do ISPC.

Tabela 26. Registo Fiscal em sede do ISPC em 2014

Regões	Realização 2013	Programa 2014	Realização 2014	Grau de Realização	Cresc. Nominal	Aculado de 2009 a 31/12/2014
Norte	4.145	28.000	7.080	25,29%	70,81%	65.420
Centro	9.226	31.000	6.728	21,70%	-27,08%	57.667
Sul	8.206	31.000	6.388	20,61%	-22,15%	38.260
Total	21.577	90.000	20.196	22,44%	-6,40%	161.347

Fonte: DGI-Relatório da Coordenação do ISPC

No que tange a cobrança da receita em sede de ISPC, importa referir que de uma meta de cobrança fixada em 124.333,74 mil MT, para o ano, foram cobrados 149,53 milhões de MT, que representam uma realização de 120,2% e um crescimento nominal na ordem de 29,8% quando comparado com o desempenho de 2013, no qual foram cobrados 115,23 milhões de MT, tendo concorrido para o efeito a relativa melhoria do controlo do cumprimento das obrigações declarativas dos sujeitos passivos deste imposto por parte das DAF e a abertura de novos Postos Fixos de Cobrança.

4.2.2. Impressão de Cartões de NUIT

No decurso do período em apreço foi programada a impressão de 768.768 cartões de NUIT, tendo sido impressos 294.100 cartões de NUITs, correspondentes a um grau de realização de 38,2% face a meta, dos quais: 117.192 foram impressos na Região Centro, representando um nível de realização de 53,3% face a meta de 219.648 impressões, 99.473 foram impressos na Região Sul, representando um nível de realização de 30,2% face a meta de 329.472 impressões e 77.435 foram impressos na Região Norte, representando um nível de realização de 35,2% face a meta de 219.648 impressões. O baixo nível de realização deveu-se ao facto de se ter verificado a ruptura de *stock* de cartões de NUIT nos armazéns centrais, o que consequentemente comprometeu o processo de impressão a nível nacional.

Em termos acumulados, cujo processo reiniciou em Setembro de 2010, foram impressos 1.531.332 cartões de NUIT, dos quais 884.561 foram impressos na Região Sul, 343.806 na Região Norte e 302.965 na Região Centro.

Durante o ano de 2014 a AT adoptou uma nova estratégia com o objectivo de alargar ainda mais o processo de impressão de cartões, tendo para o efeito solicitado parcerias com diversas instituições públicas e privadas, associações culturais, desportivas, religiosas, entre outras, nomeadamente: i) com o Banco Comercial e de Investimento (BCI), onde foram atribuídos 38.440 NUITs; ii) com o Ministério da

Justiça, tendo atribuído 11.234 NUITs na 1ª e 2ª Conservatórias da Cidade de Maputo e; iii) com o Ministério da Educação que foram atribuídos 42.135 NUITs aos novos ingressos da Universidade Eduardo Mondlane, aos estudantes das escolas secundárias da Liberdade, Josina Machel, Quisse Mavota, Lhanguene e candidatos aos exames de admissão na UEM.

Em reconhecimento do contributo vital das instituições bancárias na dinamização da economia e para a prossecução do objectivo retro mencionado foram avançadas propostas de parcerias com os mesmos, com destaque para o Banco ProCredit, Moza Banco e First National Bank (FNB) cujas respostas foram positivas, sustentando que a atribuição de NUITs aos seus colaboradores e clientes flexibilizará de certa forma os processos administrativos e comerciais.

4.3. Abertura de Novos Postos Fiscais e de Cobrança

Para o ano em análise foi programada a abertura de 3 Postos de cobrança, a nível das três regiões do País, sendo: Macomia (fixo), adstrito na DAF de Pemba, Região Norte, Moatize (fixo), adstrito a DAF de Tete, na Região Centro e Boane (fixo) adstrito na DAF da Matola, na Região Sul, sendo que, destes postos planificados foi aberto apenas um (Boane) devido a problemas logísticos. Paralelamente a esta acção foi também aberta UGC da Matola, Província de Maputo e o Posto de Cobrança de Moiane no Distrito de Gilé, Província da Zambézia, que não constavam do plano.

Com a abertura destes postos, até 31 de Dezembro de 2014 a AT contava com 101 unidades de cobrança, das quais: 70 postos de cobrança, 25 DAFs, 4 Unidades de Grandes Contribuintes e 2 Juízos Privativos de Execuções Fiscais, situados nas cidades de Maputo e Beira.

4.4. Ponto de Situação da Proposta de Regulamento do Uso de Máquinas Fiscais

Procedeu-se com o lançamento de um concurso público internacional para selecção de consultoria em máquinas fiscais, cobrindo entre outras: (i) Capacitação Institucional e de Recursos Humanos nos sectores-alvo da AT (DAFT, DAF's, UGC's e DTIC); (ii) assistência técnica à equipa do Projecto de Máquinas Fiscais na AT, com vista a criação de processos para implementação do Plano de Projecto a partir de 2015; e (iii) elaboração das especificações técnicas das Máquinas Fiscais a aprovar em Moçambique.

Deu-se, ainda no período, continuidade às acções de divulgação do projecto de máquinas fiscais, através das caravanas de educação fiscal levadas a cabo pelo GCIm, para além da realização de palestras de divulgação aos estudantes de instituições de ensino superior tais como a UEM, ACIPOL, ISCTEM e produziu-se material de divulgação tais como brochuras de perguntas e respostas sobre máquinas fiscais, desdobráveis com informação sobre o projecto.

Em finais de Dezembro de 2014 foi aprovado pelo Conselho de Ministros, o Regulamento das Máquinas Fiscais e revogado o Decreto nº 28/2000 de 10 de Outubro. Este é o instrumento legal mais importante do processo, o qual regula o regime de utilização de máquinas fiscais em Moçambique. A aprovação deste instrumento é o marco importante pois abriu de facto o espaço legal para operacionalização deste projecto.

V. GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

5.1. Situação Geral dos Recursos Humanos

Até ao final de 2014, a AT contou com um efectivo de 4.292 funcionários, número este que aumentou, relativamente aos 4.200 em actividade até 31 de Dezembro de 2013, como resultado da reintegração de 5 funcionários em resultado de conclusão de processos disciplinares e a admissão de, até então, 132 candidatos da lista de espera, para além da saída de 23 funcionários no âmbito do processo de aposentação dos serviços e ainda o registo de 22 óbitos ocorridos no período. Dos 4.292 funcionários, maior parte do é constituído pela faixa etária dos 31 aos 35 anos de idade, representando 23,53% do total de funcionários, seguida pela faixa de 36 a 40 anos de idade, correspondente a 17,73% e por último a faixa etária dos 18 a 20 anos de idade, com 0,44%, conforme ilustra a tabela 27.

Tabela 27. Distribuição dos Funcionários por Faixa Etária

Ord.	Faixa Etária	Carreira Aduaneira			Carreira Tributária			Total Geral	Peso
		Nº de Funcionários			Nº de Funcionários				
		Masc.	Femin.	Total	Masc.	Femin.	Total		
1	De 18 à 20 anos	8	5	13	4	2	6	19	0,44%
2	De 21 à 25 anos	87	13	100	88	33	121	221	5,15%
3	De 26 à 30 anos	228	42	270	241	123	364	634	14,77%
4	De 31 à 35 anos	472	129	601	264	145	409	1.010	23,53%
5	De 36 à 40 anos	387	20	407	246	108	354	761	17,73%
6	De 41 à 45 anos	432	19	451	143	86	229	680	15,84%
7	De 46 à 50 anos	217	29	246	124	79	203	449	10,46%
8	De 51 à 55 anos	103	23	126	88	71	159	285	6,64%
9	De 56 à 60 anos	32	5	37	56	37	93	130	3,03%
10	De 61 à 65 anos	36	4	40	9	9	18	58	1,35%
11	Mais de 65 anos	11	5	16	15	14	29	45	1,05%
Total de Funcionários		2.013	294	2.307	1.278	707	1.985	4.292	100,00%

Fonte: DRH

Do total, 53,03% são da carreira aduaneira, 44,69% são da carreira tributária e apenas 2,28% encontram-se na pré-reforma, cujos processos de aposentação estão em curso, sendo que, relativamente ao género, 3.291 são do sexo masculino e 1.001 do sexo feminino, na proporção de 76,68% e 23,32%, respectivamente, conforme a tabela 28. Importa também referir que 514 (12,00%) deste universo ocupa cargos de direcção, chefia e confiança, sendo 359 homens e 155 mulheres.

Tabela 28. Distribuição dos Funcionários Por Carreiras

Ord.	Carreiras	Masculino	Feminino	Total	Peso
1	Aduaneira	1.988	288	2.276	53,03%
2	Tributária	1.228	690	1.918	44,69%
3	Pré-reforma	75	23	98	2,28%
Total Geral		3.291	1.001	4.292	100,00%
Percentagem		76,68%	23,32%		

Fonte: DGSC-DRH

A distribuição dos funcionários obedece às quatro áreas de actuação da instituição, nomeadamente Direcções dos Serviços Centrais (DSC), Direcção Regional Sul (DRS), Direcção Regional Centro (DRC) e Direcção Regional Norte (DRN), sendo a DRS aquela que concentra maior número de funcionários (1.633), correspondente a 38,05% do total, seguida pelos órgãos centrais (1.092) representando 25,44% do total de funcionários, conforme ilustra a tabela 29.

Tabela 29. Distribuição dos Funcionários Por Regiões e Órgãos Centrais em 2014

Ord.	Orgãos	Masc.	Fem.	Total	Peso
1	DSC	813	279	1.092	25,44%
2	DRN	534	146	680	15,84%
3	DRC	696	191	887	20,67%
4	DRS	1.248	385	1.633	38,05%
Total		3.291	1.001	4.292	100,00%

5.1.1 Distribuição dos Funcionários por Nível Académico e Por Regiões

Dos 4.292 funcionários, 1.459 funcionários correspondente a 33,99% têm formação superior, 2.174 funcionários equivalentes a 50,65% tem ensino médio, 487 funcionários que representam 11,35% do total têm nível básico, enquanto o remanescente, constituído por 172 funcionários e correspondente a 4,01%, têm o nível primário, salientando-se nesta faixa a sua tendência decrescente visto que no exercício anterior constituía 4,11% do universo de funcionários da AT.

5.1.2 Enquadramento dos Novos Ingressos

Relativamente aos novos ingressos, no período em análise, por necessidades de serviços, para efeitos de integração no quadro da instituição, foram repescados 240 concorrentes apurados e que faziam parte da lista de espera, seguindo a ordem decrescente de classificação.

Do processo de integração dos candidatos repescados, discriminadas as diferentes fases do processo de nomeação, importa referir que: (i) dos 134 processos submetidos ao Tribunal Administrativo, 132 processos já foram visados; (ii) 40 processos foram submetidos a Direcção Nacional de Contabilidade Pública (DNCP), entretanto existem 27 candidatos com qualidade de funcionários do Estado cujos processos aguardam pela confirmação no âmbito da mobilidade de quadros; e (iii) 39 processos encontram-se pendentes na DRH por inexistência e/ou falta de documentação.

No entanto, importa realçar que do total de 132 candidatos, cujos processos foram visados pelo TA, 126 já se encontram em pleno exercício de actividades nos locais pelos quais formularam as suas candidaturas, sendo que, para os restantes 06 decorrem as devidas formalidades com vista a sua integração no quadro de pessoal da AT.

5.1.3 Actualização do Salário Base dos Auxiliares Tributários de 3ª Classe

A nível da AT foi constatado que o salário-base dos Auxiliares Tributários de 3ª Classe encontra-se ainda abaixo do salário mínimo da Função Pública Por conta disso, foram encetadas diligências com vista a que se conceda autorização para o pagamento de uma compensação salarial provisória, que se equipare ao salário mínimo praticado a nível da Função Pública.

Na sequência da constação atrás citada, foi remetido um ofício ao Ministério da Administração Estatal e Função Pública, propondo a alteração dos qualificadores profissionais e extinção das categorias de Auxiliar Tributário de 2ª e de 3ª classes para uma única classe com a designação de Auxiliar Tributário, cujo fundamento assenta na semelhança de tarefas, com a categoria de Guarda Aduaneiro que detém os mesmos índices salariais.

5.1.4 Enquadramento dos Funcionários sem Nomeação

Havendo necessidade de absorver os Agentes do Estado em situação regular e irregular, cujos salários são suportados pelo Orçamento do Estado, foi aprovado o Decreto nº 31/2013, de 12 de Julho, que estabelece o regime de regularização dos contratos em situação irregular dos Agentes do Estado. Com efeito, foi publicado no dia 28 de Abril de 2014, a circular nº 06/DRH/2014, na qual são descritas as etapas inerentes ao processo.

Deste processo, cujo término era 31 de Dezembro de 2014, resultou na emissão, pela Direcção Nacional de Contabilidade Pública, de 163 certificados de vencimento de todos funcionários com vínculo precários. Deste universo, cujos processos seguem seus trâmites, 70 já têm os processos visados pelo TA, enquanto 93 agentes do Estado ainda aguardam visto, parte dos quais 40, correm na Direcção de Recursos Humanos da AT, nomeadamente a assinatura dos contratos pelo PAT e pelos visados, para ulterior remissão junto ao Tribunal Administrativo, esperando-se a conclusão do processo todo até ao final do 1º trimestre de 2015.

Entretanto, existem 2 (dois) agentes abrangidos pelo Decreto, que até ao fim do período estipulado por lei, não entregaram os documentos ora exigidos. Entretanto, a DRH articulou com todos os chefes de Divisão de Serviços Comuns e de Repartição de Recursos Humanos, a nível nacional, no sentido de notificar os visados, com a urgência possível.

5.1.5 Aposentação de Funcionários

No que se refere ao processo de aposentações, foram tramitados os processos de aposentação dos 94 funcionários abrangidos no pretérito ano de 2012, ao abrigo do Decreto nº27/2010 de 12 de Agosto, tendo sido fixada a uma parte destes as respectivas pensões, no número de 62, e 8 deles foram convidados a prorrogar, os restantes 24 seguem os trâmites para a fixação da pensão de aposentação.

Importa referir ainda, que do outro levantamento de 2013, que culminou com identificação de mais 72 funcionários da Autoridade Tributária de Moçambique que atingiram os factores determinantes (Tempo de serviço e/ou idade) para efeitos de aposentação, foram emitidas comunicações (07/11/2013) a este grupo de funcionários, de forma a tomarem conhecimento prévio da sua situação e solicitarem a desligação voluntária dos serviços nos termos dos artigos 139 e 140 do EGFAE. (até 30 de Junho do ano em curso reagiram às comunicações 30 funcionários, submetendo voluntariamente os pedidos de desligação dos serviços, sendo que 24, já se encontram efectivamente desligados).

Paralelamente a este assunto foi submetida ao PAT, informação proposta de desligação imediata, dos restantes funcionários (42) que até então não se manifestaram voluntariamente.

Em relação ao ano 2014, foram identificados 61 funcionários que atingiram os factores determinantes para efeitos de aposentação. Neste âmbito, decorre o processo de entrega da documentação necessária para a emissão das respectivas certidões de efectividade e contagem de tempo. Deste número (61), solicitaram desligação dos serviços 13 funcionários, dos quais 11 receberam os despachos e encontram-se efectivamente desligados dos serviços e os restantes na fase de certificação do tempo de serviço prestado ao Estado.

5.2 Assuntos Sociais

Ao longo do exercício de 2014, foram registados 22 óbitos, dos quais 16 na região Sul, 4 da região Centro e 2 da região Norte, sendo a maior parte dos óbitos causados por doença, à excepção de um, que foi por baleamento e 3 por acidente de viação, registando-se um ligeiro decréscimo relativamente ao mesmo período de 2013, na ordem de 8,69%, com a ocorrência de 23 óbitos.

Visando incrementar nos funcionários da AT uma consciência e atitude preventiva perante as potenciais doenças, durante o período em apreço, foi promovido um conjunto de actividades de sensibilização e despiste de doenças, das quais se destacam:

- Campanha de rastreio oftalmológico, em parceria com o *Dr. Agarwal's Eye Hospital*, no qual foram abrangidos, a nível da Região Sul, acima de 600 funcionários de diversificadas unidades orgânicas;
- Campanha de rastreio do cancro do colo do útero, nos Hospitais Gerais de Chamanculo e José Macamo, cuja abrangência situou-se em um pouco mais de 550 funcionárias;
- Capacitação de 22 funcionários das estâncias aduaneiras da DRS em métodos e técnicas de formação em matéria de doenças crónicas e degenerativas, para actuarem como educadores de pares nas estâncias de Ressano Garcia, Namaacha e Goba;
- Palestras, em todas as Direcções Gerais da AT, subordinadas ao tema “prevenção e mitigação dos efeitos das doenças crónico-degenerativas, com enfoque o HIV-SIDA, diabetes, cancros do colo do útero, da mama e da Próstata”, cuja iniciativa estendeu-se igualmente às estâncias aduaneiras da Província de Maputo; e
- Campanhas de doação de sangue, cujo corolário foi a colecta de 142 unidades de bolsas de sangue, de igual número funcionários que aderiram à mesma.

Pensões de Sobrevivência e Subsídio por Morte

Segundo os Artigos 163 e 164 do EGFAE, conjugado com o Decreto nº 27/2010 de 12 de Agosto, cabe às pessoas da família a cargo do funcionário falecido o abono dum Subsídio por Morte e fixação de uma Pensão de Sobrevivência, nestes termos, durante o período em referencia foram concluídos (pagos) 35 processos de Subsídio por Morte, concluídos (fixados) 23 processos de Pensão de Sobrevivência e pagos 52 processos de Subsídio de Funeral.

Emissão de Cartões de Assistência Médica e Medicamentosa

Face à exortação que tem sido feita pela AT aos funcionários, sobre a necessidade de possuírem cartões de assistência médica emedicamentosa, que constitui um dos principais direitos dos funcionários, bem como uma garantia social, não só para assistência na doença mas também para que se possa prever a contribuição do Estado nos encargos com o funeral, tem vindo a registar-se uma maior adesão ao cartão de assistência médica, facto que resultou, no período em análise, na emissão de 109 cartões, perfazendo um global de 2.841 cartões, emitidos desde 2011 até esta parte.

5.3 Implementação e Avaliação do Plano de Formação

No âmbito do fortalecimento dos recursos humanos, que consiste em dotar os funcionários de conhecimentos, habilidades e ferramentas técnicas, com vista a elevar os níveis de eficácia e eficiência dos serviços da AT, para o período lectivo de 2014, segundo o Plano de Formação de 2014, foram projectadas 43 acções de formação, perspectivando abranger 3.389 beneficiários, entre funcionários da AT, bem como de outras instituições, tendo sido executadas 29 acções correspondentes a 67,44% da meta, com 34 réplicas sendo 16 acções na Região Centro e 18 na Região Norte. Este grau de realização foi influenciado por uma série de factores, com destaque para os constrangimentos inerentes ao défice no pagamento de honorários e ajudas de custos; barreiras das especificações técnicas e custos associados aos cursos de TICs.

No cômputo geral, as acções de formação beneficiaram 3.820 funcionários, dos quais 3.119 dentro do plano e 701 fora do plano, com maior representação de beneficiários foi registada na Região Norte com 1.909, a seguir a Região Sul com 981 e a Região Centro com 930 formados das réplicas realizadas, conforme ilustra a tabela 28. Deste número cerca de 2.404 são funcionários formados no âmbito de enquadramento nas carreiras profissionais da AT.

Em relação as acções da Área de Tecnologias de Informação e Comunicação, importa referir que, devido às especificações técnicas, estas transitaram para 2015, tendo, contudo, decorrido em 2014 o trabalho que antecede as acções de formação, nomeadamente o processo de Procurment e o processo contratual da empresa que vai prover os serviços de formação em algumas áreas específicas para esta área.

5.3.1 Pedidos de Continuação de Estudos e Estágios Académicos

Durante o período em análise, deram entrada 75 pedidos de continuação de estudos, dos quais 61 foram autorizados a continuar os estudos a expensas próprias, enquanto os restantes aguardam pelo despacho de autorização do Exmo. Senhor Presidente da AT.

Relativamente a estágio académico de estudantes finalistas de diversos cursos nas demais instituições de ensino público e privado do País, com destaque para os dos níveis médio técnico-profissional e superior, foram recebidos 958 pedidos, dos quais 411 foram autorizados e estiveram em estágio até 31 de Dezembro 118 na várias unidades orgânicas da AT, 92 pedidos foram autorizados a realizar estágio com início a partir de Janeiro de 2015, enquanto 241 aguardam despacho superior. No mesmo período foram emitidas, 37 declarações comprovativas do estágio para os que terminaram.

5.3.2 Criação do Instituto Superior de Finanças Públicas e Estudos Tributários

Relativamente à criação da Instituição de Ensino Superior (IES) para a AT, foi levado a cabo o processo de tramitação dos procedimentos administrativos com vista a implantação do Instituto em referência, no período em apreço, que culminaram com a realização de diversas sessões de trabalho para dar continuidade à apreciação da última versão do processo da instrução da IES para a AT. Foram também apreciados o Plano Económico e Financeiro relativo aos primeiros 6 anos de funcionamento da IES e o Sistema de Avaliação dos Estudantes.

VI. ACÇÕES NO ÂMBITO DA MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA

6.1. Projecto de Modernização dos Serviços do Contribuinte – Fase 1

A 1ª fase do projecto – Implementação de uma Central de Atendimento (CA), encontra-se finalizada, dado que a central de atendimento encontra-se em funcionamento, através do número curto 1266, acessível por todas as operadoras (fixas e móveis) e do email linhadocontribuinte@at.gov.mz, funcionando no regime de horário normal das 07h30 às 15h30, devidamente preparada para funcionar num regime de dois turnos, caso a demanda assim o justifique.

Em virtude da finalização da 1ª fase do projecto, foram concluídos os desembolsos de fundos pelo ICF, e uma vez que este organismo está a finalizar o seu mandato e não poderá efectuar compromissos de financiamentos para a 2ª fase do projecto relacionada com o Portal do Contribuinte, autorizou que o saldo existente na conta do projecto fosse aplicado em actividades de divulgação e comunicação por forma a impulsionar a utilização do serviço da Central de Atendimento.

Assim sendo, foi aplicado o valor de 1,53 milhões de MT para a produção de material publicitário e veiculação de *spots* nos mídias e foi desembolsado o valor de 3.02 milhões de MT pelo Governo de Moçambique para o pagamento de despesas com o pessoal (equipa do projecto) que se encontra a trabalhar na 2ª fase do projecto, tendo sido executado na totalidade. Foram ainda, no âmbito da comunicação e divulgação da Central de Atendimento e em coordenação com o GCIm, produzidos material publicitário (cartazes, autocolantes e autocolantes para manifesto), produzido e veiculado o *spot* televisivo na TVM no período de 23/07 a 09/08 nos 3 programas principais (Bom dia Moçambique, Antes do Telejornal e no Telejornal).

Houve ainda a participação do Projecto, na FACIM de 25 a 31 do mês de Agosto. No período de 13/11 á 01/12 a equipa participou na 3ª edição da Caravana de Educação fiscal para efeitos de divulgação da CA com recurso a arte e cultura, tendo sido escaladas as províncias de Gaza, Inhambane, Manica, Sofala, Zambézia, Nampula e Cabo Delgado.

No período foram também realizadas acções com vista ao refinamento e finalização das especificações técnicas para o portal do contribuinte, bem como a preparação de todos os documentos para o lançamento do concurso tendo em conta que este deverá assentar sobre dispositivos afins à plataforma ETPM.

Foi finalizado o processo de contratação com a escolha da empresa vencedora, cujo processo de análise das propostas do concurso lançado à 06 de Junho de 2014 para Aquisição, Concepção, Desenho e Implementação do Portal do Contribuinte, que culminou com a elaboração do Relatório Final de Avaliação pelo Júri, o qual foi entregue a DGSC para os devidos procedimentos administrativos, aguardando-se pela finalização dos procedimentos administrativos para dar início a execução do contrato no decurso do primeiro trimestre de 2015.

6.2. Projecto e-Tributação

6.2.1. Módulo do Registo do NUIT

Até ao final de 2014, o Módulo do Registo do NUIT do sistema e-Tributação foi instalado em 98 locais, contemplando todas as DAF e UGC, 43 postos de cobrança, de um total de 70, e em alguns sectores dos serviços centrais, para além de 14 BAU e 1 BAC. Neste período, e na sequência dos trabalhos de actualização dos NUIT na nova base de dados, foram actualizados na nova base de dados do NUIT do e-Tributação, 834.369 NUITs, dos quais: (i) 33.850 com actividade nas DAF e (ii) 704 grandes contribuintes, conforme a tabela 30.

Tabela 30. Número de Actualizações na Nova Base de Dados do NUIT em 2014

Região	UC	Pessoa Colectiva	Pessoa Singular	Com Actividade	Sucursal	Cessação
NORTE	DAF	2.802	181.416	7.202	118	63
	UGC	100	48	131	21	4
Total Norte		2.902	181.464	7.333	139	67
CENCTRO	DAF	4.529	196.936	8.778	105	71
	UGC	138	13	156	74	0
Total Centro		4.667	196.949	8.934	179	71
SUL	DAF	12.243	435.514	1.787	499	134
	UGC	463	167	417	252	1
Total Sul		12.706	435.681	2.204	751	135
Total Geral		20.275	814.094	18.471	1.069	273
Total de Actualizações Feitas (M01C + M01S + M02 + M02 Suc. + M03)						870.265
Total de Contribuintes/NUITs Actualizados (M01C + M01S)						834.369
Total de Grandes Contribuintes com Actividades (M02)						704
Total de Contribuintes com Actividade (M02)						34.554
Total de Sucursais (M02 Sucursal)						1.069

Fonte: DGI – Projecto e-Tributação

Dentre outras razões, os níveis de actualização verificados, tiveram como origem de entre outras, a fraca aderência dos contribuintes e não devolução dos formulários por parte dos contribuintes notificados; e o subaproveitamento dos Centros de Digitação (CDs) por parte das DAF durante o primeiro semestre, que não enviavam os formulários aos CDs, receando a perda de controlo dos seus contribuintes.

6.2.2. Módulo do IVA/ISPC e Processos Comuns

No que se refere a este incremento, foram desenvolvidas e finalizadas as funcionalidades (processos) correspondentes ao “Incremento de IVA/ISPC e Processos Comuns – Fase 1”, cujo piloto iniciou em Maio de 2014 na DAF da Manhica e no PC do Jardim. Dos objectivos inicialmente definidos, de acordo com os relatórios de feedback do piloto pode-se considerar como positivo na medida que os mesmos foram alcançados na sua plenitude, resumindo-se em: (i) Formação de quadros das duas Unidades de Cobrança, na componente de novos procedimentos do IVA e ISPC, assim como usabilidade (navegabilidade) do sistema; (ii) Submissão de declarações do IVA e ISPC no sistema e-Tributação; (iii) Pagamento de impostos no sistema e-Tributação; (iv) Conforto no uso do sistema pelos utilizadores finais; (v) Identificação de pontos de melhorias; e (vi) Assimilação dos procedimentos relativos aos novos processos.

Para a expansão do Piloto para as respectivas unidades de cobrança, foi realizada uma acção de formação, em Novembro de 2014, de 15 técnicos tributários, oriundos das DAFs de Xai-Xai, Massinga e Quissico, bem como, dos PC de Ponta D’ouro, Inhassoro e Xipamanine, tendo igualmente sido feito o

acompanhamento dos conteúdos assimilados na acção de formação com a realização do Rollout do IVA e ISPC nestas Unidades de Cobrança, com o objectivo de assegurar que a implementação deste módulo de receita do Estado no sistema e-Tributação ocorra sem sobressaltos.

Durante o período em análise procedeu-se a validação e aprovação dos Desenhos de Solução da fase 1 do IVA e ISPC: Contabilização da Receita, Manter Actividade e Sucursal, Gestão de Acessos, Mapas/Relatórios, Migração de Dados.

Foram, igualmente, no período, finalizados e aprovados os modelos de negócio de (i) Livros e Impressos de escrituração contabilística; (ii) Novos Procedimentos do IVA e ISPC (Fase 1); (iii) Gestão do Juízo de Execuções Fiscais; (iv) Gestão de Perfil de Risco; (v) Documentos Expedidos; (vi) Estratégia de Migração de Dados; (vii) Definição de Parâmetros; (viii) Gestão de Casos de Falência; (ix) Gestão de Auditoria e Fiscalização; e (x) Gestão de Contencioso (Transgressões fiscais e processo de automatização das multas) e, ainda, concluídos e submetidos ao Comité Técnico para aprovação, os seguintes modelos de negócio: (i) Interfaces entre o e-Tributação e os Bancos Comerciais; e (ii) Gestão da Conta Única da AT.

6.2.3. Módulo do IRPS e IRPC

Em relação ao incremento do IRPS e IRPC, foi concluída a análise da situação actual e iniciada a análise das propostas de melhorias/ inovações nos referidos impostos, prevendo-se devida harmonização com a DGI-Central e das DAF's em Janeiro de 2015.

6.2.4. Pagamento Via Banco

Inicialmente previsto para o 4º trimestre de 2014, não foi possível a introdução dos pagamentos via Banco, devido ao alargamento dos prazos previamente definidos, tendo-se optado pela implementação mecanismos práticos (solução e-Declaração) que permitam chegar a esses resultados de forma mais célere (*quickwin*), numa altura em que se fala de ocorrências de fraudes de vária ordem, incluindo desvio e falsificações de cheques nos pagamentos de impostos.

O *quickwin*, que até ao final do período encontrava-se em testes de validação, é um aplicativo designado e-Declaração que irá permitir ao sujeito passivo efectuar a declaração das suas obrigações fiscais (IVA MA, IVA MC, IRPS M19 e IRPC M39) e emitir a GARE, via internet, para posterior pagamento no banco ou DAF. Para a materialização deste *quickwin*, foi prontamente criada uma *task force*, constituída por um gestor, analistas, desenvolvedores e administradores de bases de dados.

6.2.5. Criação de Centros de Digitação

Neste período, estava prevista a criação de mais dois Centros de Digitação nas regiões Norte e Sul. No entanto, da análise feita em função da demanda dos formulários que foram sendo recebidos nos actuais Centros para tratamento, concluiu-se que, apenas seria necessário implementar um centro na região sul.

6.2.6. Grau de Realização do Fundo Comum, por Actividade e por Centro de Custo: AT e CEDSIF

Da análise feita em relação ao orçamento aprovado em 2011, constata-se que, comparativamente ao necessário para o ano de 2014, havia um défice global para a execução das actividades no valor de

86.663,76 milhões de MT, cuja colmatação foi feita durante o processo de inscrição orçamental no plano anual de actividades.

Dos 295.064,23 milhões de MT programados, repartidos em 30.000,00 milhões de MT de fundos internos e 265.064, 23 milhões de MT de externos, dos quais 174.279,02 milhões de MT referentes a AT e restantes 90.785,23 milhões de MT ao CEDSIF, foram executados 4.033,20 milhões de MT dos recursos internos pela AT, correspondentes a 13% e, no que tange ao Fundo Comum, foi executado o montante de 141.532, 11 milhões de MT, correspondente a 53% do global, sendo que 54.747,96 milhões de MT pela AT e 86.784,16 milhões de MT pelo CEDSIF, correspondente a 31% e 96%, respectivamente.

Este nível de execução deveu-se, entre outras, à não realização de grande parte das tarefas envolvendo custos, devido a concentração em tarefas de conclusão dos preparativos do Piloto do IVA/ISPC, ao ar o atraso do processo de contratação do fornecimento de equipamento informático na ordem de 17.930.000,00MT, a exclusão da aquisição de meios circulantes, no valor de 6.000.000,00 MT, via dotação do Projecto, o que por si perfaz 23.930.000,00MT, correspondentes a 80% do total, para além da introdução, na AT, de novos procedimentos para a execução financeira do Fundo Comum pelo Projecto e-Tributação.

O valor executado serviu para impulsionar as actividades deste projecto no geral, com destaque para: (i) a digitação e actualização de dados do NUIT; (ii) a criação de condições logísticas para início do Piloto do IVA e ISPC no Posto de Cobrança do Jardim, Manhiça, Xipamanine, Ponta D'Ouro, Xipamanine, Chibuto, Inhassoro, Massinha e DAF de Quissíco, bem como, a realização de acções de formação dos técnicos procedentes destes locais, incluindo também os técnicos do Projecto ligados à actividades de Suporte Funcional e Testes de aceitação do sistema; (iii) transferência de 53.264,47 milhões de MT para CEDSIF para pagamento de despesas inerentes ao Projecto, isto, no âmbito do MdE entre o CEDSIF e a AT; (iv) as actividades de Comunicação Interna e Externa do Projecto, por meio de palestras nas regiões Sul, Centro e Norte, Caravana de Popularização de impostos, produção e impressão de material de comunicação, como Revista de Mais-Valias, Revista do e-Tributação edição 03, panfletos acerca do NUIT e outros materiais; e (v) e na realização de outras actividades como a aquisição de uma viatura mini bus de 15 lugares com recursos internos, que irá apoiar na deslocação das equipas do Projecto a diversos locais numa só viatura e o pagamento dos serviços de Consultoria da HEC, para além de material de escritório e outras.

6.3. Janela Única Electrónica

6.3.1. Expansão

No âmbito da implementação da Janela Única Electrónica (JUE), em Janeiro deu-se início do piloto com vista ao lançamento da obrigatoriedade de submissão de declarações nos regimes de importação temporária, exportação temporária (PIET), reexportação, reimportação, importação de produtos petrolíferos, leilão e Instituições de controlo (MISAU), sendo que, até ao final do período, a JUE encontra-se instalada em 45 Estâncias Aduaneiras.

Relativamente a expansão, foram concluídas especificações para integrar os CFM na submissão de manifesto ferroviário, INATTER no que tange a inter-conectividade com vista a atribuição automática de matrículas de viaturas e módulo de submissão de certificados de inspecção pré-embarque pela Intertek.

Quanto a instalação do sistema nos novos pontos, foi apenas concluída a montagem da JUE no aeroporto internacional de Nacala, não tendo sido possível a sua instalação em Palma, Moçimboa da Praia, Negomano e Namoto, aliado a dificuldades na aquisição dos sistemas solares necessários para alimentar os edifícios onde a JUE iria funcionar.

Cadastro de Novas Empresas

No decurso do ano em apreço, foram cadastradas 35 novas empresas, das quais: 20 transitários, 6 importadores/exportadores, 1 banco e 1 agente de navegação. Importa também referir que no mesmo período foram registados 29 armazéns aduaneiros.

Bancarização

Depois dos testes com sucesso, o Banco Procredit iniciou a fase de arrecadação da receita no dia 21 de Março com lançamento oficial que teve lugar no edifício sede do banco e com réplicas nas direcções regionais, e o MCB (*The Mauritius Commercial Bank*) encontra-se em testes com vista a aderir a intermediação da colecta da receita.

6.3.2. Formação

Com a vista a acautelar uma introdução pacífica de novos módulos do sistema JUE, bem como garantir uma assimilação e redução de erro técnico que possa congelar os processos, foi realizada uma capacitação de técnicos utilizadores do mesmo. Dos técnicos formados contam-se, agentes de navegação, da autoridade marítima, dos bancos ligados ao controlo cambial e de pagamentos, despachantes aduaneiros, operadores de terminais, transitários e outros, num total de 2.356, dos quais, 1.611 no sistema MTN-Mozambique Tradenet e 745 no sistema MCMS- *Mozambique Customs Management System*.

6.3.3. Declarações e Requerimentos Processados Vs Receita Colectada por Regime

O volume de processos tramitados electronicamente na JUE tem estado a aumentar consideravelmente com a introdução de novos módulos, o que materializa cada vez mais o objectivo de bancarização dos impostos.

Neste âmbito, durante o período em análise foram processadas 325.918 declarações (DUs), sendo que a importação contribui com 235.873 declarações, o trânsito com 51.906 declarações e, para os restantes regimes, com 38.139 declarações, correspondentes a 72,37%, 15,93% e 11,70%, respectivamente. Comparado com igual período de 2013, os processos tramitados registaram um incremento na ordem de 24,36%, conforme a tabela 31.

Tabela 31. Declarações Processadas por Regime em 2014

Ano	Mês	Armazéns	Exportação	Exportação Temporária	Importação	Importação Temporária	Re-Exportação	Re-Importação	Trânsito	ZFI-ZEE e Lojas Francas	Total
2014	Janeiro	388	1.328		15.494				4.086	435	21.731
	Fevereiro	308	1.325		17.363				3.703	380	23.079
	Março	438	1.403	1	17.858	2	44		3.763	571	24.080
	Abril	376	1.426	30	18.284	7	42		4.239	598	25.002
	Maió	399	1.706	54	19.058	34	18	1	4.921	478	26.669
	Junho	350	1.823	76	18.753	27	30	6	4.498	281	25.844
	Julho	491	2.209	94	21.661	74	16	8	4.646	297	29.496
	Agosto	634	1.918	99	21.356	148	53	10	4.537	565	29.320
	Setembro	411	1.726	103	21.217	72	44	9	4.144	953	28.679
	Outubro	635	1.802	193	22.001	122	100	17	4.878	870	30.618
	Novembro	528	1.662	159	20.596	200	151	9	4.511	3.094	30.910
	Dezembro	354	1.586	147	22.232	70	40	12	3.980	2.069	30.490
Total	5.312	19.914	956	235.873	756	538	72	51.906	10.591	325.918	
Total de Declarações Processadas em 2013											262.066
Crescimento Nominal											24,36%

Fonte: DGA – Projecto da JUE

Em 2014 o Estado colectou por via da JUE o montante de 33.099,00 milhões de MT de imposições aduaneiras, que comparados com igual período de 2013 correspondem a um crescimento nominal de 23,45%, considerando que naquele período foi arrecadado o valor de 26.810,87 milhões de MT.

É de salientar que nos finais de Setembro, foi iniciada a cobrança da taxa de radiodifusão por esta via, tendo sido colectado o valor de 2,97 milhões de MT, cujo processo de transferência do valor para a RM encontra-se pendente no tesouro devido ao facto dessa taxa não estar prevista nas rubricas do orçamento do ano transacto, assim como pelo facto de a RM ser uma empresa pública.

6.3.4. Requerimentos Submetidos

Relativamente aos requerimentos electrónicos, tecnicamente designados por PIET, isto é, pedidos de importação e exportação temporárias das mercadorias constantes nos quadro VI e VII do Decreto nº 34/2009, de 6 de Junho, foram submetidos 2.749 requerimentos, dos quais 2.471 tiveram autorização e 275 foram indeferidos e, até 31 de Dezembro, 3 (2 da DRC e 1 da DRS), aguardavam apreciação.

6.3.5. Níveis De Execução Dos Novos Módulos

Importação/Exportação Temporária – até ao final do período e a continuar no início de 2015, esteve em curso a fase piloto deste módulo com uma operacionalização de 100%, o qual registou melhorias significativas na gestão desses regimes especiais.

Gestão de Leilões - em termos de funcionalidades foi concluído mas, devido as dificuldades apresentadas pela DP World, relacionadas com insuficiência de recursos humanos, atribuiu-se temporariamente o privilégio de operador de terminal de contentor aos funcionários do B6 para permitir que a fase piloto tivesse início, mas a movimentação constante dos funcionários do B6 adicionado ao facto dos processos de leilão estarem condicionados ao aval do tribunal, não foi possível implementar a fase piloto.

Gestão de Combustíveis - a implementação deste módulo ficou dependente basicamente da resolução do ponto colocado pela IMOPETRO em representação das gasolineiras, segundo a qual os custos relacionados com o pagamento da taxa de serviço da rede impõe prejuízo às gasolineiras, uma vez que a política de marcação de preço é determinado pelo Governo. Contudo, em termos técnicos o sistema já está preparado para a operacionalização do módulo.

Gestão de Armazéns de Trânsito - foram registados 10 armazéns e iniciou a fase piloto no final de 2014. Com o melhoramento do módulo de trânsito e disseminação das vantagens da aplicação da legislação e ainda dos mecanismos de controlo, verificou-se uma subida do registo dos armazéns de trânsito.

Isenções Electrónicas – foram iniciadas nos meados do mês Junho e, até o final de 2014 foram submetidas 3.764 pedidos, tendo sido autorizados 3.333 num valor (CIF) de 18.188,56 milhões de MT. Do total autorizado, 1.249 gozaram de benefícios fiscais no valor total de 2.365,82 milhões de MT.

6.3.6. Melhorias ao Sistema

Foram concluídos com êxito melhorias no processamento e submissão de declaração de entrada em armazéns de trânsito e no processamento e submissão de declaração de saída (separação de declaração) em armazéns de trânsito, contudo a que salientar que no mês de Outubro registou -se uma paralisação do sistema por 3 dias devido a problemas no armazenamento da informação submetida, o que obrigou a uma reengenharia da plataforma. Para além dessa melhoria, implementaram-se também melhorias no processamento e submissão de declaração de entrada em armazéns de trânsito; e no processamento e submissão de declaração de saída (separação de declaração) em armazéns de trânsito.

6.4. Funcionamento e Disponibilidade dos Sistemas Informáticos

6.4.1. Sistema de Controlo e Cobrança da Receita

Sistema TIMS

Este sistema encontra-se em franco processo de descontinuidade, sendo residual para poucos locais e regimes, com destaque para as Delegações Aduaneiras de Ressano Garcia e Matola, onde foi possível garantir o curso normal dos processos de cobrança e extracção de informação estatística, sem sobressaltos.

Sistema SICR

Foram reportadas algumas anomalias, contudo devido a pronta intervenção da equipa das TIC, foi garantida a prossecução dos objectivos para o qual foi instalado. As anomalias mais reportadas relacionam-se com aspectos de sincronização de dados de NUIT nas cobranças, pois, os mesmos após actualizados ou criados no e-Tributação, não eram actualizados na base de dados de NUIT, conseqüentemente não eram sincronizados para o SICR, originando a sua indisponibilidade para o pagamento, contudo, tal situação foi controlada.

Sistema NUIT

O sistema encontra-se em franco processo de descontinuidade. Sendo quase nulo o recurso ao mesmo para a atribuição de NUIT por via da sua substituição pelo novo sistema ETPM. Importa realçar que o mesmo ainda se encontra em produção para efeitos de consulta evitando, desse modo, a duplicação de NUIs. No entanto, o sistema está em uso efectivo para o processo de atribuição de NUIs através do Banco BCI.

Gestão Administrativa – PHC

Este sistema, nos seus diversos módulos, respondeu à demanda, tendo sido feitas as actividades rotineiras em ambas as bases de dados, destacando-se a manutenção correctiva e repostas em tempo oportuno as solicitações dos usuários. Foi feito o *upgrade* da versão do PHC 2009 para a versão 2015 com as respectivas licenças nos módulos de Recursos Humanos e Logística (transportes, aprovisionamento, imobilizado e contratos). Não se efectuou o *upgrade* previsto para o módulo de gestão documental de *workflow* que havia sido solicitado pela Direcção de Recursos Humanos, dado estar em curso a implementação do sistema de gestão de Biblioteca, Arquivo e Expediente (GED) que contempla as funcionalidades que seriam cobertas por aquele módulo.

6.4.2. Outros Sistemas

6.4.2.1. Sistema de Segurança de Redes

Este sistema constitui o nível de garantia em que o conjunto das máquinas da rede funciona de maneira óptima e em que os utilizadores das referidas máquinas possuem unicamente os direitos que lhes foram concedidos, o que pressupõe a protecção aplicada às informações armazenadas num sistema computacional. Isto garante que pessoas não autorizadas ajam sobre o sistema de maneira maliciosa, impede os utilizadores de efectuar operações involuntárias capazes de prejudicar ao sistema, proteger os dados prevendo as avarias e garante a não interrupção de um serviço.

Para tal, a AT adquiriu um Antivírus Corporativo versão Enterprise, com uma consola de gestão remota dos sistemas e computadores, licenciado para 2.000 máquinas e 2 anos de validade. Esta solução foi implementada por meio da configuração das máquinas que vão fazer a gestão remota do antivírus na DTIC, DGA, 33, 1008 e e-Tributação, a expansão foi feita remotamente para todos os computadores da RENA. A mesma instalação e configuração foram feitas nos computadores que se encontram na rede SICR e pela necessidade de dar suporte e fazer a manutenção desta solução, foram formados *on job* os técnicos da área de segurança.

6.4.2.2. Sistema de Vídeo–vigilância

Para garantir um monitoramento dos espaços e registo das movimentações registadas nos locais, incrementando desta forma a segurança de pessoas e bens, a nível da instituição foi montado um sistema de Vídeo vigilância ou CCTV, como é vulgarmente conhecido, constituído por um conjunto de câmaras fixas e/ou móveis colocadas estrategicamente, que captam e transmitem imagens para um sistema de gestão de vídeo que permite, entre outras coisas, a visualização e gravação dessas mesmas imagens, baseada no Comando Único, de onde se fará a monitoria de todo o sistema, permitindo a observação de todos os postos.

A visualização e a gravação das imagens pode ser efetuada no local ou remotamente no armazém de Leilões-B6, comportando as seguintes funcionalidades: (i) (CTV) - Subsistema de Circuito de TV de Vigilância Digital; (ii) (SCA) - Subsistema de Controlo de Acesso; (iii) (SA) - Subsistema de Alarmes; e (iv) (SI) - Subsistema de intrusão.

Foram também iniciadas as devidas demarches para a sua expansão para mais dois locais, nomeadamente, a Terminal Internacional Marítima (TIMAR) e a sala de reuniões Negomano. Para o manuseio deste sistema foram formados os funcionários das unidades orgânicas onde o sistema se encontra instalado em perfis de administração e de utilizadores.

6.4.2.3. Sistema de Vídeo-conferência

Este sistema que já se encontra instalado em Maputo, Beira e Nacala, foi expandido para a Delegação Provincial da AT de Tete, totalizando quatro locais com o sistema, tendo iniciado, no período, o processo da sua expansão para outros locais, sendo os imediatos, as Delegações Provinciais da AT de Pemba e Inhambane. Quanto aos sistemas instalados, os mesmos funcionam com normalidade, a excepção do de Nacala, onde foram reportadas algumas anomalias em virtude de o sinal por vezes oscilar. Estas oscilações são derivadas de anomalias resultantes dos serviços do provedor de serviços, as TDM, pois, trata-se de linhas telefónicas.

6.4.2.4. Sistema de Gestão de Biblioteca, Arquivo e Expediente

Para uma gestão de Biblioteca, Museus, Arquivos e de expediente mais cuidadosa a nível institucional, foi iniciada a implementação de um sistema informático por uma equipa externa com a assistência do sector das TIC da AT. Neste contexto, foram realizadas actividades de configuração e instalação do servidor para alojar a aplicação em causa, fez-se ainda a instalação do próprio sistema e a preparação dos ambientes de teste e de produção. Este exercício foi realizado em simultâneo com a preparação da equipa técnica que deverá garantir a manutenção do sistema. Como estratégia de implementação do sistema, o mesmo foi implementado em regime de piloto para obter reacções dos utilizadores sobre a conformidade dos processos implementados.

No módulo da Biblioteca foram realizados estudo dos actuais requisitos do sistema, análise de trabalhos de parametrização, limpeza e migração de dados e testes da solução implementada no processo de gestão da Biblioteca sede.

Em relação ao módulo de Arquivo foram realizados estudo dos actuais requisitos do sistema, análise e proposição de novos requisitos e criação de pastas segundo a codificação do Sistema nacional de arquivos do Estado (SNAE).

No módulo de Expediente foram realizadas acções de mapeamento dos actuais processos de expediente no Gabinete do Presidente da AT; na DGA, DGI, DGSC, GCI, GPECI e respectivas Direcções de serviços; na Direcção Regional Sul; na Delegação Provincial da Cidade de Maputo; no GCIm e no IFPFT.

6.4.2.5. Sistema de Criação de Memória Institucional para a AT

Na página Web da AT, o mecanismo de comunicação entre a AT e o seu público, é colocada informação diversa sobre a AT, com destaque para a legislação fiscal, pauta aduaneira, lista de concursos lançados, calendário da agenda fiscal, tabela de câmbios, boletins tributários, revistas da AT, perguntas frequentes, serviços *online* e links para outras páginas relacionadas com a AT.

Esta página sofreu uma intervenção no sentido de a tornar mais dinâmica e permitir a incorporação do *link* sobre o comércio internacional, onde é depositada informação diversa sobre o comércio externo, destacando-se neste ponto o simulador de cálculos de imposições aduaneiras, uma ferramenta bastante útil que vem responder à uma necessidade premente dos contribuintes, particularmente dos que lidam com a importação de viaturas.

6.4.3. Reengenharia da Rede

Na esteira da modernização tecnológica foi construído o Data Center, que é o local onde serão concentrados os equipamentos de processamento e armazenamento de dados da AT. Contempla uma sala protegida contra o acesso indevido; piso elevado para possibilitar a passagem de cabos eléctricos e de dados; armários metálicos (racks), onde são montados os equipamentos em ambiente totalmente controlado; sistemas para extinção de incêndios (sistema inteligente de detecção precoce de fumo e extinção de incêndio com gás inerte, para não afectar os equipamentos); acesso por via de cartões electrónicos ou biometria; ar-condicionado de precisão com monitorização constante, mantendo a temperatura constante com resfriamento dos equipamentos; abastecimento de energia eléctrica da rede pública com um gerador de energia de grande capacidade e fonte de alimentação ininterrupta (*UPS*) de grande porte, para manter os equipamentos ligados, mesmo em caso de falha no fornecimento de energia pública.

A montagem deste sistema vai garantir a disponibilização dos serviços das TIC's aos utilizadores de forma rápida e segura, a existência de um backup de informação em caso de avaria dos servidores principais, a redução do tempo de reposição dos sistemas utilizados na instituição, em caso de falha dos servidores, a melhoria do acesso ao e-mail por ligações mais rápidas e estáveis, a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação, quer esta esteja armazenada, a ser transmitida ou a ser manipulada.

6.4.4. Aquisição e Gestão do Equipamento

No período em análise foram desencadeadas acções tendentes a garantir o devido apetrechamento e criar condições ideais para o pleno funcionamento do equipamento informático nas unidades orgânicas da AT. Nesse sentido, para além de ter sido desencadeado um processo para a aquisição de diverso equipamento informático foram também levadas a cabo acções de manutenção profilática.

Para 2014, e com base no levantamento de necessidades em equipamento, constatou-se que seriam necessários 730 computadores, 5 servidores, 877 UPS, 45 laptops, 10 leitores de cheques, 6 certificadoras, 29 scanners, 6 projectores, 6 aparelhos de fax, 15 fotocopiadoras, 312 impressoras de papel e 33 de cartões de NUIT, tendo sido recebidos um total de 905 computadores de mesa, 1 servidor, 38 computadores portáteis, 406 UPS e 7 impressoras de papel, 10 impressoras de cartões de NUIT, dos quais 200 computadores completos, 306 UPS e 7 impressoras de papel fazem parte de processo de aquisição de 2013, no âmbito de execução do projecto de Operacionalização dos Postos de Cobrança, financiado pelo fundo comum da AT.

6.4.4.1. Manutenção Profilática do Equipamento e Sistemas

Com vista a garantir que os equipamentos e sistemas informáticos respondam cabalmente e de acordo com as suas capacidades às necessidades do local onde se encontram a operar, o sector das TIC levou a cabo acções de manutenção profilática do equipamento, configuração dos recursos da rede local, actualização dos antivírus, reinstalação do sistema operativo e aconselhamento em boas práticas para o uso das TIC, o que resultou num melhor funcionamento dos equipamentos informáticos, reposição do sinal de comunicações em alguns locais e operações de backup de e-mails.

6.4.4.2. Montagem e/ ou reabilitação de estruturas de cablagem em alguns locais

A cablagem estruturada é o mecanismo de integração de todos os sistemas de comunicação, integrando a transmissão de dados e os circuitos de voz (ligações telefónicas), devendo prolongar a sua vida útil para além da dos equipamentos activos, permitindo a evolução técnica destes sem necessidade de substituição das cablagens, sendo, por conseguinte, projectado para ver mais além, quer em termos tecnológicos quer em termos das nossas necessidades actuais.

Para o efeito foram realizadas obras de raiz nos postos de cobrança recentemente construídos e realizadas obras de reabilitação nos locais que já apresentavam danos na sua estrutura. Estas foram realizadas em alguns casos para acomodar a nova configuração do sector e noutros porque as estruturadas lá instaladas já se encontravam degradadas, em alguns casos por danos causados por roedores e noutros pelo uso indevido dos funcionários alí afectos.

VII. GESTÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA

7.1 Execução do Orçamento

Para a realização de despesas inerentes ao curso normal do exercício económico de 2014, foi fixada uma dotação orçamental inicial de 5.400,40 milhões de MT e disponível o montante de 4.784,35 milhões de MT posteriormente actualizado para 5.544,47 milhões de MT e distribuídos em: 5.014,96 milhões de MT de recursos internos e 507,00 milhões de MT de promessas dos parceiros de cooperação (recursos externos), tendo sido executado o valor total de 5.169,92 milhões de MT, correspondente a 93,24% da dotação disponível actualizada.

Do valor executado, 4.156,72 milhões de MT foram para custear as despesas de funcionamento, 772,48 milhões de MT em despesas de investimento com recursos internos, incluindo o Projecto de Fronteira de Paragem Única, e 240,71 milhões de MT para a reforma tributária com recurso ao Fundo Comum, sendo o saldo de 374,55 milhões de MT; conforme ilustra a tabela 32 e gráfico 11.

Comparativamente a igual período de 2013, a execução registou um incremento de 22,40%, tendo em conta o valor de 4.223,68 milhões de MT executados naquele período. Contribuíram significativamente para este crescimento as rubricas de Bens e Serviços, Despesas de Investimento e despesas dos Fundos Externos, ao situarem-se em 39,86%, 79,88% e 43,56%, respectivamente, segundo ilustra a tabela 32.

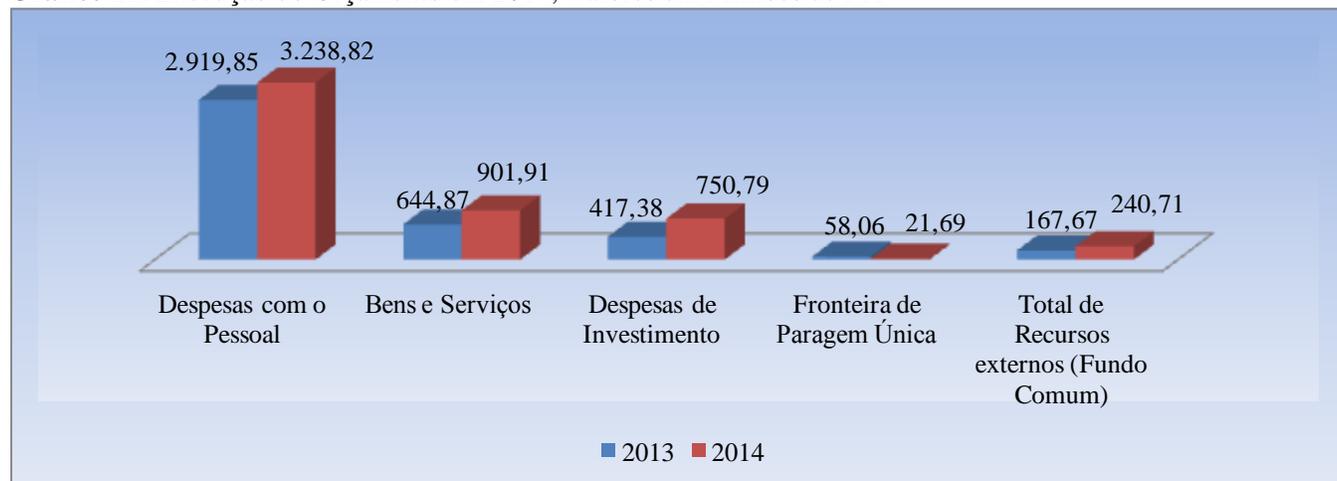
Tabela 32. Balancete de Execução do Orçamento em 2014

<i>Unidades 10⁶MT</i>								
Classif. Econ.	Descrição	Execução Anual de 2013	Dotação Disponível Actualizada	Execução Anual 2014	Saldo	Despesa em %	Crescimento Nominal	Extrutura da Execução dos Recursos Internos
110000	Despesas com o Pessoal	2.919,85	3.246,14	3.238,82	7,32	99,77%	10,92%	65,71%
120	Bens e Serviços	644,87	981,33	901,91	79,42	91,91%	39,86%	18,30%
14	Transferências Correntes	2,24	2,38	2,29	0,09	96,21%	2,05%	0,05%
16	Exercícios Findos	13,61	29,59	13,71	15,89	46,31%	0,70%	0,28%
21	Despesas de Investimento	417,38	755,52	750,79	4,73	99,37%	79,88%	15,23%
	Fronteira de Paragem Única	58,06	22,50	21,69	0,81	96,40%	-62,64%	0,44%
	Sub Total	4.056,01	5.037,46	4.929,20	108,26	97,85%	21,53%	100,00%
	Total de Recursos externos (Fundo Comum)*	167,67	560,26	240,71	319,55	42,96%	43,56%	
	Total Geral	4.223,68	5.597,72	5.169,91	427,81	92,36%	22,40%	

Fonte: DGSC – DF

*Dos 560,26 milhões de MT da dotação disponível actualizada de Fundos Externos foram transferidos 53,26 milhões de MT para o CEDSIF no âmbito da realização das acções do projecto e-Tributação.

Gráfico 11. Execução do Orçamento em 2014, Valores em Milhões de MT



7.1.1 Despesas com Pessoal

No que diz respeito à rubrica salários e remunerações, no período em análise foi executado o montante de 3.238,82 milhões de MT equivalentes a 99,77% em relação a dotação disponível actualizada fixada em 3.2246,14 milhões de MT. De referir que, durante o ano houve inclusão de salários dos funcionários recentemente admitidos em resultado de já possuírem Visto do TA e ainda o pagamento do 13º vencimento.

7.1.2 Bens e Serviços

Relativamente a rubrica Bens e serviços foi executado o montante de 901,91 milhões de MT, equivalente a 91,91% da dotação disponível actualizada fixada em 981,33 milhões de MT, ficando de saldo o valor de 79,42 milhões de MT, dos quais 42,93 milhões de MT de receitas consignadas, 12,44 milhões de MT de receitas próprias e os restantes 24,05 milhões de MT, de recursos do tesouro, o qual se encontra distribuído por todos centros de custos, nomeadamente: central, regionais e provinciais.

7.1.3 Despesas de Investimento

A execução nesta rubrica foi de 750,79 milhões de MT, o equivalente a 99,37% da dotação disponível actualizada fixada em 755,52 milhões de MT, tendo como remanescente o valor de 4,73 milhões de MT. O valor total executado inclui 535,30 milhões de MT em construções, 141,01 milhões de MT em outra maquinaria e equipamento e 74,48 milhões de MT na aquisição de meios de transporte.

7.1.4 Receitas Próprias e Consignadas

Foi recebido durante este período o montante total de 50,10 milhões de MT referente a cobrança de receitas consignadas (TSA) e 3,50 mil MT referente a cobrança de Imposto de Jogo, ao qual se adicionou o montante de 57,79 milhões de MT, transitado de 2013 totalizando assim o montante de 107,90 milhões de MT.

No que respeita a execução, no período em alusão, houve registo de execução, apenas com base nas receitas consignadas no montante de 52,33 milhões de MT relativo ao pagamento de despesas com meios de transporte cujo valor foi de 50,63 milhões de MT.

7.1.5 Recursos Externos – Orçamento e Execução

Para as acções de reforma Tributaria, maioritariamente suportada por fundos Externos, o PAOA 2014, apresentava para o ano em análise 507,00 milhões de MT, dos quais 240,94 milhões de MT transitados do ano anterior e 319,33 milhões de MT resultantes de promessas dos Parceiros de Cooperação, sendo que destas promessas, foi desembolsado o valor global de 246,11 milhões de MT, efectuados em momentos distintos, pelo Reino Unido, Reino da Noruega, KFW Alemã, Suécia e Suíça, respectivamente.

No que tange à execução, situou-se nos 240,71 milhões de MT, o equivalente a 47,48% da dotação disponível e actualizada, o qual foi gasto em diversas actividades ligadas ao Projecto e-Tributação; ao Projecto Reengenharia da Infra-estrutura Tecnológica da AT; à promoção da educação fiscal e popularização do imposto a nível nacional; às várias acções de formação; inspecções e auditorias, entre outras actividades.

7.1.6 Projecto de Fronteira de Paragem Única (PFPU) – Execução do Orçamento e Actividades Realizadas

No âmbito das acções executadas por este Projecto, foi executado o montante de 21,69 milhões de MT, correspondente a uma realização de 96,40%, relativamente a dotação actualizada fixada em 22,50 milhões de MT. O grau de execução mostra-se satisfatório, destacando-se que deste montante, 18,69 milhões de MT foram gastos com despesas de construções, 2,91 milhões de MT com despesas de funcionamento e o remanescente com despesas de maquinaria, equipamentos e mobiliário, cujas actividades a seguir se discriminam, as mais relevantes:

a) Fronteira Turística e Balcão de Atendimento ao Mineiro

Nesta área, destacam-se a construção de lombas ao longo do troço de cerca de 600 metros, que liga as duas cancelas (entrada e saída) com vista a evitar acidentes e melhoria do controlo de viaturas que atravessam a fronteira, resultantes do excesso de velocidade ou fuga ao fisco, a reabilitação de sanitários públicos, com vista a servir melhor ao transeunte que se faz àquela fronteira, e manutenção rotineira ao longo do Canal Pedestre, para garantir o uso adequado do canal pedestre, principalmente durante a Páscoa e o fim de ano foram executados trabalhos de manutenção de rotina ao longo do canal e áreas adjacentes, consistindo na pintura do edifício principal, corte de capim e recolha de resíduos sólidos.

b) Fronteira Comercial (Terminal Internacional Rodoviário – Km4)

Na sequência do Plano de Contigência e tendo em vista a necessidade de ampliar as instalações da área comercial, o Governo de Moçambique avançou para uma abordagem de concessão de 30 dos 409 hectares do Projecto Integrado. Dentro da área dos 30 hectares da concessão, 4 foram cedidos a Kudumba, onde foi instalado o maior e moderno sistema de inspeção não intrusiva do País.

Até ao final do período, construiu-se o novo Terminal Internacional Rodoviário de Ressano Garcia, cujas obras estão na fase conclusiva, contemplando um edifício de serviços com 1900 m², edifícios de apoio (cantina, guaritas de entrada e saída, armazém de 300 m² e WC públicos), área estacionamento com capacidade instalada para 178 camiões articulados.

c) Terminal Ferroviário

Com a adopção do plano contigencial, neste terminal (a ser erguido totalmente na actual estação ferroviária em Komatiport), deu início a definição e produção de procedimentos administrativos operacionais para este terminal, visto estar concluída a adaptação de um edifício para o atendimento conjunto (as duas partes naquele País). Este trabalho está sendo desenvolvido pelo grupo técnico dos caminhos de ferro de ambos os países.

d) Reassentamento

O processo de reinserção das famílias afectadas pela construção da estrada alternativa para camiões e de outras áreas adjacentes, ocupadas pelo projecto, acha-se num estágio satisfatório e quase conclusivo. Consta das benfeitorias prometidas e em carteira do Projecto, a construção de arruamento em camada tutevenal, valas de escoamento de águas pluviais e uma ponteca que ligue o bairro à Escola Secundária local, cujos projectos executivos já foram concluídos. Contudo, por exiguidade de recursos do Projecto, foram apenas iniciados e em fase final, a construção de muros de vedação para as 3 primeiras famílias,

identificadas como prioritárias no processo de reassentamento. Por razões acima referidas (insuficiência de recursos), os objectos em falta constam do plano operacional para o exercício económico de 2015.

Enquadrado ainda no plano de reassentamento, foi desembolçado um valor à uma família, correspondente a uma área de cerca de 60 hectares, cujo *dossier* teve estudo e análise da comissão técnica do Projecto e posteriormente apreciado e decidido em CST.

Para melhor protecção e aproveitamento do perímetro abrangido pelo Projecto, foi igualmente executada a demolição dos escombros que se achavam dentro da área, faltando apenas a limpeza, nivelamento e vedação da área.

Decorreu igualmente, no período, (estando em cerca de 95 % de execução) a transformação de uma casa em Posto de Cobrança de Impostos Internos na zona de Reassentamento, cujo processo foi confiado ao Gabinete do PFP. Foram objectos de execução nesta área (em fase conclusiva), a vedação do recinto, construção de sanitários públicos (exteriores) e de uma sala de reuniões em “*Matchessa*” que servirá igualmente para serviços auxiliares de utentes.

7.1.7 Análise do Crescimento da Despesa em Função da Receita

Conforme se pode verificar na tabela 33, de 2010 a 31 de Dezembro de 2014 o rácio médio, Despesa da AT/Receitas do Estado dos últimos 5 anos é de cerca de 3,43%, resulta de um crescimento nominal de uma taxa abaixo de um ponto percentual, o que pode ser explicado pelo sobrecumprimento na arrecadação da receita.

Tabela 33. Rácio Despesa/Receita de 2010-2014

Unidades 10⁶MT

2010			2011			2012			2013			2014		
Receita cobrada	Despesa Executada	Variação												
63.468,35	2.019,92	3,18%	81.119,18	2.924,01	3,60%	98.615,05	3.743,28	3,80%	127.379,37	4.180,72	3,28%	156.172,25	5.141,00	3,29%

Fonte: DGSC – DF

7.2 Património da AT

7.2.1 Concursos e Contratos

Durante o exercício económico findo, foram celebrados 310 Contratos (267 em Bens e Serviços e 43 de empreitadas) que incluem 116 por ajuste directo e 12 por prorrogação. No mesmo período, foram lançados 190 concursos públicos e foram enviados 281 contratos ao Tribunal Administrativo para efeitos de fiscalização prévia e sucessiva. De referir que dos contratos que foram tramitados 19 foram por adesão e 06 de arrendamento, onde pela natureza da instituição foi dispensada a formalidade de concurso público, como determina o n.º 2, do artigo 2 do Regulamento respectivo.

No mesmo período, foram realizadas acções de formação no âmbito da divulgação e melhoramento da performance das UGEAs a nível nacional, nas regiões centro e norte, orientadas por um funcionário da Unidade Funcional Supervisora das Aquisições (UFSA) central, coadjuvado por dois colegas (1 da DLI central e outro da área de finanças), beneficiando um total de 30 funcionários afectos aos serviços comuns, sendo 17 Norte e 13 na Região Centro.

Aprovisionamento

Em relação ao aprovisionamento, maior atenção foi prestada ao apuramento e aferimento de débitos de anos anteriores que datam desde 2009 a 2013, junto dos fornecedores, sendo importante destacar neste âmbito, as de reclamações de fornecedores devidos, cuja documentação é escassa devido ao desaparecimento nos arquivos. Nestes casos, foram sendo convidados os fornecedores nesta condição para junto da DLI apurar-se os elementos de prova que pudessem consubstanciar a existência ou não de valores a pagar pela AT.

A AT iniciou o ano de 2014 com uma dívida reclamada no valor de 230.670,24 milhões de MT tendo sido apurados e reconhecidos 115.905.31 milhões de MT cujos pagamentos encontram-se totalmente regularizados. No entanto, ao longo do último semestre do ano, deu-se continuidade ao processo de aferição de parte residual dos processos com na mesma situação. Da prossecução dos objectivos traçados para 2014, resultou uma dívida que transita para o exercício de 2015, no valor global de 20.742,57 milhões de MT.

7.2.2 Imóveis, Reabilitações e Construções

Imóveis

A AT até 31 de Dezembro possuía 506 imóveis entre complexos residenciais, residências, postos fronteiriços, terminais, escritórios, postos de cobrança fixos e Direcções de Áreas Fiscais. Ainda neste capítulo e em cumprimento dos objectivos estratégicos da AT para o período 2011 a 2014, foi iniciado o processo de implantação de três novas UGC, nomeadamente na Matola, em Tete e em Pemba.

- Em relação a UGC Matola foi concluído o processo de implantação provisória em instalações arrendadas onde foram realizados trabalhos de adequação e apetrechamento. No decurso do segundo semestre estiveram em curso actividades que visavam a implantação em instalação definitiva, cujo processo envolve a análise de alternativas de compra de residência para requalificação ou aquisição de espaço e construção;
- No que tange a UGC Tete foram identificadas as instalações pertencentes ao INSS em Tete, estando ainda em curso o processo de harmonização junto daquela entidade o processo que ditará a modalidade de ocupação destas instalações; e
- Em relação a UGC Pemba foi projectada a requalificação e adequação das instalações outrora destinadas ao Delegado da AT em Cabo Delgado para sua transformação em escritórios da UGC Pemba, tendo as obras sido concluídas.
- Concluiu-se também os arranjos administrativos para o início da reabilitação do complexo residencial de Machipanda na Província de Manica

Construções e Reabilitações

No que concerne as obras de construção e reabilitação importa referir que foram desencadeados diversas actividades tanto no que diz respeito aos processos administrativos na contratação de novas obras de infra-estruturas como na monitoria das obras já iniciadas. Neste contexto, das 15 obras de construção 8 foram concluídas, 2 encontram-se acima de 80% de nível de execução e 5 ainda estão abaixo de 50% de nível de execução. Importa referir que das 15 obras de construção ora referenciadas, 6 encontram-se na Região Sul, 6 na Região Centro e 3 na Região Norte. Destaque vai para as grandes obras de construção

do Edifício sede da AT, cujas obras já terminaram, aguardando a entrega formal e ocupação efectiva, prevista para o 1º Trimestre de 2015

Ainda no rol das grandes obras de 2014, destacam-se as obras do futuro Instituto Superior de Finanças Públicas e Estudos Tributários cujo cronograma está dentro dos prazos, tendo sido concluída a estrutura de todos os edifícios que constituem o complexo; a obra de construção do Terminal Rodoviário de Machipanda no qual decorreu a pavimentação e a construção do alpendre de verificação e guaritas e; não menos importante, foi a obra do Terraço Negomano cujo início e conclusão das obras ocorreu no período em análise.

Em relação as reabilitações, foi projectada a reabilitação de 10 obras, tendo os respectivos projectos iniciados, porém, apenas 07 foram concluídos e inaugurados, localizados na cidade de Maputo (3); na Província de Maputo (2); na Província de Sofala (1); e na Província de Nampula (1).

Transporte

Para a consumação dos objectivos estratégicos institucionais no decorrer do ano em análise a AT contou com um portfólio de 649 viaturas, das quais: 221 na sede, 142 na Região Sul, 170 na Região Centro e 116 na Região Norte. Destas Viaturas 109 são de tipo turismo, 519 mistos e 21 pesados. Destas viaturas 32 encontravam-se em oficinas para reparação de avarias graves.

No âmbito do reforço da capacidade institucional em meios de transportes, no mesmo período, foram adquiridas 63 viaturas e 17 motorizadas: sendo 39 viaturas Mahindra dupla cabine, 12 Ford Ranger, 4 Toyota, 3 Ford Mondeo, 3 Fiat Ducato e 1 Peugeot, afectas aos diversos órgãos da AT.

Foram emitidos 45 cartões de portagem e registados 26 sinistros. Das afectações destaca-se a entrega das 12 Ford Ranger às Delegações Provinciais.

Ainda no período findo, com o objectivo de retirada de viaturas 4x4 dos serviços centrais para as áreas operacionais, foi decretada a operação 4x4, que de um universo de 35 viaturas recolheu 12 viaturas, que de imediato foram realocadas às unidades operativas. De referir que a operação continuará em 2015, porém dependente da aquisição de mais viaturas ligeiras a medida que houver disponibilidade orçamental.

VIII. REFORMA DA LEGISLAÇÃO FISCAL E ADUANEIRA

No prosseguimento da reforma legislativa em curso, com vista a sua simplificação e actualização de acordo com as necessidades de desenvolvimento do País e as práticas internacionais, foram elaboradas e aprovadas as seguintes propostas:

- **Lei n.º 27/2014, de 23 de Setembro** – estabelece o Regime Específico de Tributação e de Benefícios Fiscais das Operações Petrolíferas, visando adequá-lo às práticas internacionais aplicáveis ao sector, garantir a melhoria do ambiente de negócios e assegurar uma acção tributária eficaz, através da mobilização de receitas adicionais; estabelecer, numa mesma Lei o regime específico de tributação e o regime de benefícios fiscais aplicáveis às operações petrolíferas; proceder à actualização da lista de bens que os empreendimentos petrolíferos podem importar com isenção de direitos aduaneiros e demais imposições devidas; e adoptar normas específicas em sede dos Impostos sobre o Rendimento para as operações petrolíferas.
- **Lei n.º 28/2014, de 23 de Setembro** – estabelece o Regime Específico de Tributação e de Benefícios Fiscais da Actividade Mineira, com o objectivo de adequá-lo às práticas internacionais aplicáveis ao Sector, garantir a melhoria do ambiente de negócios e actualizar as taxas do Imposto sobre a Superfície; estabelecer, numa mesma Lei o Regime Específico de Tributação e o Regime de Benefícios fiscais aplicáveis à actividade mineira e proceder à actualização da lista de bens que os empreendimentos mineiros podem importar com isenção de direitos aduaneiros e demais imposições devidas; e adoptar normas específicas em sede dos Imposto sobre o Rendimento para a actividade mineira.
- **Decreto n.º 92/2014, de 31 de Dezembro**, aprova o Regulamento de Máquina Fiscais, onde estabelece a obrigatoriedade do uso de máquinas fiscais, na transmissão de bens e serviços efectuadas pelos sujeitos passivos, bem como os procedimentos de sua utilização e comercialização; os mecanismos de controlo e fiscalização adequados e compatíveis com a modernidade tecnológica para os sujeitos passivos do IVA dispensados de emitir facturas, bem como dos sujeitos passivos do ISPC; e os mecanismos de fiscalização que permitam o controlo eficaz e eficiente por parte da Administração Tributária.

Decorreu ainda no período o processo de harmonização de propostas de revisão legislativa com os diversos sectores relevantes da AT, prevendo-se a sua aprovação em 2015, nomeadamente:

- i. **Proposta de alteração à Lei n.º 32/2007, de 31 de Dezembro**, que aprova o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, com os seguintes objectivos: (i) Permitir a dedução do IVA suportado pelos operadores agrícolas, mantendo-se, contudo, a isenção de que beneficiam na venda dos bens da sua produção e nos serviços que prestam; (ii) Isentar os serviços públicos de transporte rodoviário de passageiros, como forma de atenuar o seu custo; (iii) Alargar a isenção concedida na aquisição de bens por entidades Diplomáticas e Consulares e organismos internacionais reconhecidos por Moçambique, nos limites e com as condições fixadas em acordos e convénios internacionais celebrados em Moçambique, aos serviços por estes adquiridos; (iv) Conceder isenção na aquisição e importação de bens utilizados por deficientes visuais; (v) Reduzir a base tributável sobre a qual incide o IVA nas prestações de serviços de saneamento, hidráulica agrícola e fiscalização dos mesmos; e (vi) Reduzir a base tributável sobre a qual incide o IVA para a prestação de serviços de abastecimento de água potável, através da rede pública cujo preço é fixado por Autoridade Pública.

- ii. **Proposta de alteração à Lei n.º 6/2009, de 10 de Março**, que aprova as Instruções Preliminares e a Pauta Aduaneira, prevendo-se actualizar a Pauta Aduaneira, introduzindo nela as alterações suscitadas com o início de vigência da quinta edição da Nomenclatura do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias no ano de 2012, que introduziu novas posições pautais, e adicionalmente, fazer reflectir o desarmamento pautal no âmbito do Protocolo Comercial da SADC; responder às preocupações do sector agrícola, do sector de transportes e do sector de saúde, traduzidas na necessidade da aplicação da taxa zero na importação de reprodutores de raça pura, sementes, adubos entre certo equipamento agrícola, para reduzir os custos na sua aquisição; embarcações e aviões; cadeiras de rodas; material de leitura para deficientes visuais; próteses e outro material afim.
- iii. **Proposta de alteração da Lei n.º 2/2006, de 22 de Março**, que estabelece os Princípios e Normas Gerais do Ordenamento Jurídico Tributário Moçambicano, tendo em vista concentrar, clarificar e sintetizar em um único diploma legal, as regras fundamentais do sistema fiscal; uniformizar os critérios de aplicação do direito tributário; identificar, sistematizar e remeter para o Regime Geral de Infracções Tributárias, algumas normas, que tipificam os crimes tributários aduaneiros e não aduaneiros, entre outras normas relativas ao direito fiscal sancionatório; e transpor a estrutura do sistema tributário moçambicano, com as devidas alterações, para a presente proposta e revogar a Lei n.º 15/2002, de 26 de Junho.
- iv. **Proposta de Lei que altera o Decreto nº46/2002, de 26 de Dezembro**, que aprova o Regime Geral de Infracções Tributárias, com o objectivo de introduzir algumas normas, não qualificadas como princípio geral, que tipificam os crimes tributários aduaneiros e não aduaneiros, entre outras normas relativas ao direito fiscal sancionatório que não constam da Proposta.
- v. **Proposta de alteração ao Decreto n.º 34/2009 de 6 de Julho**, que aprova as Regras Gerais de Desembaraço Aduaneiro, que visa estabelecer procedimentos adequados para operacionalização da Pauta Aduaneira; harmonizar os princípios do Sistema Aduaneiro Moçambicano com as normas e práticas recomendadas pela Convenção revista de Quioto sobre a simplificação e harmonização dos regimes aduaneiros; ampliar o campo da facilitação e protecção ao comércio legítimo e proporcionar aos agentes económicos, mecanismos de simplificação que assegurem a rápida saída das mercadorias dos recintos aduaneiros para os armazéns dos operadores; e reduzir custos administrativos às operações aduaneiras.
- vi. **Proposta de alteração Lei n.º17/2009, de 10 de Setembro**, que aprova o Código do Imposto sobre o Consumo Específico, com objectivo de estabelecer taxas de tributação em ICE, para o triénio 2016-2018, tendo em atenção que as actualmente em vigor, produzem efeitos até 31 de Dezembro de 2015.
- vii. **Proposta de alteração do Decreto nº 7/2008, de 16 de Abril**, que aprova o Regulamento do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado – CIVA, com vista a estabelecer normas e procedimentos para uma efectiva e eficaz aplicação das disposições da Lei que aprova o CIVA.
- viii. **Proposta de alteração ao Decreto n.º 5/2008, de 9 de Abril**, que aprova o Regulamento do Regime Específico de Tributação da Actividade Mineira, com vista a estabelecer normas e procedimentos para uma efectiva e eficaz aplicação das disposições da Lei que aprova Regime Específico de Tributação da Actividade Mineira.

- ix. **Proposta de alteração ao Decreto n.º45/2008, de 9 de Abril**, aprova o Regulamento do Regime Especifico de Tributação das Operações Petrolíferas, com vista a estabelecer normas e procedimentos para uma efectiva e eficaz aplicação das disposições da Lei que aprova o Regime Especifico de Tributação das Operações Petrolíferas.
- x. **Proposta de Decreto que aprova o Conselho Técnico Aduaneiro**, com objectivo de criar o Conselho Técnico Aduaneiro, órgão especializado para análise e deliberação sobre as matérias que não cabem nas competências de outro órgão ou unidade orgânica da AT, no geral, e das Alfândegas em particular, permitindo o funcionamento do referido órgão onde poderão ser observadas e respeitadas as garantias dos contribuintes, constitucionalmente consagradas.
- xi. **Proposta de Decreto que aprova o Regime de Preços de Transferência**, tendo em vista dispôr sobre normas para mitigar os efeitos de preços de transferência enquanto prática fraudulenta e de evasão fiscal.
- xii. **Proposta de alteração ao Decreto n.º18/2001, de 26 de Maio**, que aprova o Regulamento para Exercício da Actividade de Despacho Aduaneiro e de Mercadorias, onde se pretende introduzir novas definições (assalariado e sociedade de despachante aduaneiro), lugar do registo da caução, retirada da empresa de despacho aduaneiro, clarificação da competência para abertura do concurso público exercício da actividade do despacho aduaneiro de mercadorias, alinhamento da candidatura.
- xiii. **Proposta de alteração Diploma Ministerial n.º27/2008, de 2 de Abril**, que aprova a Selagem de Bebidas Alcoólicas e Tabaco Manufacturado, estabelecendo normas e procedimentos relativos aos serviços de produção, distribuição e verificação do selo de controlo de bebidas alcoólicas e tabaco manufacturado sujeito a pagamento do imposto sobre consumo específicos.
- xiv. **Proposta de Alteração ao Diploma Ministerial n.º 26/2008, de 2 de Abril**, que aprova o Regime Especial de Cabotagem, em fase de harmonização, onde se pretende a optimização da matriz de transportes, consolidação de investimentos em infra-estrutura logística, estrutura de facilidades portuárias, harmonização e simplificação de procedimentos, entre outros aspectos.
- xv. **Proposta de alteração ao Diploma Ministerial n.º 13/2002, de 30 de Janeiro**, que aprova o Regulamento de Armazéns Aduaneiros para produtos petrolíferos, tendo como objectivo adequa-lo com o Decreto que aprova as Regras Gerais de Desembaraço Aduaneiro e ainda como procedimentos e mecanismos da JUE.
- xvi. **Proposta do Diploma Ministerial que crias taxas do Terminal Especial de Exportação de Nacala**, tendo em vista descongestionar o Terminal Internacional Marítimo de Nacala e tornar mais célere o processo de desembaraço aduaneiro de mercadorias em regime de exportação e legitimar as taxas estabelecidas pelo concessionário de forma a garantir a sua previsibilidade.

IX. DOCUMENTAÇÃO E TRATAMENTO DE INFORMAÇÃO

9.1 Área dos Arquivos

No período em análise foram realizadas diversas acções com destaque para a publicação do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade dos Documentos das Actividades fim da AT, no Boletim da República. No mesmo período foi iniciado o processo de divulgação do referido plano, pelas Delegações da AT das Província de Maputo, incluindo a Cidade, Províncias de Gaza, Inhambane, Sofala, Manica e Tete, ficando por se realizar em 2015 a região Norte e a Delegação Provincial da AT – Zambézia, que não se efectivou devido a instabilidade político-militar e pela insuficiência de recursos humanos.

A convite do MFP, a AT participou nas celebrações do dia Internacional dos Arquivos, no Distrito da Manhica, evento celebrado anualmente em Junho, de igual modo, participou na Conferência Nacional Sobre Gestão de Documentos, evento este que teve lugar em Maputo, no dia 01 de Agosto no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano, tendo exposto e divulgado as experiências da AT na gestão documental, tendo-se feito representar por funcionários de todas delegações provinciais.

No âmbito dos trabalhos de monitoria dos arquivos sectoriais, foram visitadas diversas unidades orgânicas centrais, tendo sido constatado no geral, a necessidade de melhorar o trabalho de classificação e avaliação de documentos, segundo recomenda o SNAE.

No âmbito da classificação e avaliação de documentos foi capacitado o Grupo Profissional das Secretárias de Direcção a nível central, em matérias de gestão documental, com vista ao aprimoramento das capacidades técnicas dos funcionários da AT em gestão de arquivos e expediente. Para o mesmo fim, o Arquivo Histórico de Moçambique realizou também uma acção de formação que contou com a presença de funcionários de todas as Direcções Regionais, que irão realizar as réplicas dos conhecimentos adquiridos nos seus locais de origem.

Com recurso ao Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade e o Regulamento Interno dos Arquivos da AT, procedeu-se a recolha e transferência de documentos das diversas Unidades Orgânicas, para as fases subsequentes.

Face a modernização tecnológica, foi iniciado e finalizado o processo de auscultação e parametrização dos locais previamente planeados, a nível central, dada a necessidade de migrar para a gestão electrónica de documentos de arquivo, biblioteca e expediente na AT.

9.2 Área dos Museus

Nesta área, a AT fez-se representar na Feira do Emprego, na Feira Internacional do Turismo, na 50ª Edição da Feira Internacional de Maputo (FACIM), esta última de 25 a 31 de Agosto em Ricatla-Marracuene, onde foram expostas relíquias, brindes, brochuras, fotografias que retratam a evolução da instituição e serviços relacionados com a Janela Única Electrónica (JUE), e-Tributação, Serviços de Informação ao Contribuinte, Procedimentos Aduaneiros, registo e atribuição de NUIT, Cooperação Internacional, *Call Center* e Gestão Documental, que contou com a honrosa visita de Sua. Excia. o Presidente da República.

9.3 Área das Bibliotecas

Durante o período em análise a AT contou com 9 bibliotecas, nomeadamente: DRS (biblioteca sede, IFPFT sede, Sala do CST e Inhambane); DRC (Sofala, Tete, Manica e Zambézia) e DRN (Nacala) com um total de 12.457 livros e 280 CD's com legislação, distribuídos segundo os dados da tabela 34, sendo de destacar o facto de a biblioteca da Delegação Provincial da AT - Manica ter sido instalada no período em alusão.

Tabela 34. Situação dos Livros nas Bibliotecas da AT em 2014

Descrição	Bibliotecas									Total
	Central	CST	IFPFT - SEDE	Inhambane	Beira	Manica	Tete	Quelimane	Nacala	
Livros Existentes	2.631	264	1.547	1.018	1.742	783	1.181	1.017	1.994	12.177
CD's com BR 1975 a 2012	35		35	35	35	35	35	35	35	280
Total Geral de Obras										12.457

Fonte: GPECI – DIDOTI

No âmbito da inventariação de obras, verificou-se o desaparecimento de 4 livros em Inhambane, tendo iniciado o processo para o esclarecimento deste facto, já reportado às entidades superiores.

Relativamente ao processo de empréstimo de livros é de referir que durante o ano de 2014 foram registados 4.439 empréstimos, conforme a tabela 35, onde se verifica um nível elevado de consulta das obras no domicílio, com destaque para as bibliotecas de Tete e de Inhambane.

Tabela 35. Empréstimos de Livros em 2014

Descrição	Central	CST	IFPFT SEDE	Inhambane	Beira	Manica	Tete	Quelimane	Nacala	Total
Empréstimos em 2013	1.956	4	204	49	355		2	135	242	2.947
Empréstimos em 2014	1.987	0	320	258	615	379	270	295	315	4.439
Crescimento Nominal	1,58%	-100,00%	56,86%	426,53%	73,24%		13400,00%	118,52%	30,17%	50,63%

Fonte: GPECI – DIDOTI

X. COOPERAÇÃO BILATERAL E MULTILATERAL

No âmbito do Plano de Acção 2013-2015, em coordenação com a Administração Tributária da Noruega (NTA), foi elaborado o Plano de Acção para a Cooperação Institucional entre a AT e NTA para o período de 2013 - 2015, que abrange a indústria pesqueira e extractiva, à luz do qual se deu continuidade aos trabalhos de auditoria à algumas empresas desses sectores pela delegação da NTA e a Direcção de Auditoria e Fiscalização Tributária.

Durante o ano de 2014, a AT recebeu visitas de quatro administrações tributárias, nomeadamente:

- i) **South African Revenue Services (SARS) no dia 24 de Abril**, que culminou com assinatura do Memorando de Cooperação entre as duas Administrações Tributárias, cuja incidência é a cooperação nas áreas de partilha de informação, assistência técnica em programas e projectos tributários, incluindo formação em matérias específica, tendo ficado a adopção do respectivo Plano de Acção para cooperação nos próximos anos uma vez não tendo sido concluída a harmonização interna na SARS;
- ii) **Direcção de Impostos de São Tomé e Príncipe (de 3 a 8 de Maio)**, na qual foi assinado o MdE para cooperação nas áreas de formação em modalidades diversificadas, incluindo troca de informação, visitas de estudos, seminários de trocas de experiência no domínio de políticas fiscais, projectos de modernização tecnológica e estágios em ambiente de trabalho das duas instituições;
- iii) **Agência Fiscal da Suécia (STA), de 9 a 13 de Junho de 2014**, com o objectivo de discutir as modalidades mais eficazes de assistência técnica e culminou com assinatura do Memorando de Entendimento que identifica três áreas fundamentais para assistência técnica nomeadamente auditoria fiscal, cobrança e Cumprimento Voluntário; e
- iv) **Autoridade Tributária da Suazilândia (5 de Dezembro de 2015)**, na qual foram abordados vários assuntos de interesse mútuo de cooperação, com destaque para Gestão Coordenada de Fronteiras, Impostos Internos, Janela Única Electrónica, entre outros, tendo sido acordado que AT deverá retribuir a visita a Suazilândia no ano de 2015, onde se vai assinar um MdE entre as partes.

Ainda no âmbito da cooperação bilateral com a Agência Fiscal da Suécia, quadros da AT afectos à DGI deslocaram-se à Estocolmo, em Setembro de 2014, numa missão de troca de experiências relacionadas com as matérias ligadas aos aspectos da cooperação nomeadamente, os procedimentos de colecta de receitas, auditorias e o cumprimento das obrigações fiscais, assim como o conteúdo do programa de cooperação para os próximos anos.

Relativamente a cooperação com São Tomé e Príncipe, importa destacar que após assinatura do Memorando de Entendimento, quadros da Direcção Geral de Impostos daquele país deslocaram-se a Maputo, a fim de participarem numa acção de formação sobre Fiscalidade e Planeamento, Contencioso Tributário, Produção Legislativa, Informática Tributária, Contabilidade, entre outros, no ambiente de trabalho da AT.

Por forma a garantir a participação da equipa de Voleibol da AT no Campeonato Africano de Clubes de Voleibol que teve lugar de 18 a 30 de Março de 2014 em Túnis–Tunísia, em conformidade com o Despacho de Sua Excelência o Ministro das Finanças, foram realizados os contactos junto dos diversos organismos nacionais e internacionais com vista a assegurar a participação da equipa na referida competição, realizada em Tunis.

Ainda no âmbito da cooperação bilateral e multilateral, no mesmo período, a AT coordenou e participou em várias visitas, sendo de destacar:

- A visita do S. Excia. Embaixador da Holanda acompanhado pelo Exmo. Senhor Raymond Baker Director Geral da Global Financial Integrity, no âmbito do lançamento do estudo sobre Esconderijo a Vista, que contou com o financiamento da DANIDA, realizado em Maio do corrente ano;
- A Visita de S. Excia. Adelino Luís da Silva, recém-nomeado Alto-comissário de Moçambique no Reino da Suazilândia, que vinha apresentar-se ao Presidente e inteirar-se de prováveis áreas de cooperação entre os dois países, tendo sido informado que o Posto de Fronteira de Paragem Única entre os dois países e a cooperação aduaneira, constituem as prioridades do momento;
- A visita de uma missão da Agencia Japonesa de Cooperação Internacional–JICA, que vinha inteirar-se do ponto de situação macro-economica do país, bem como do ponto de situação e perspectivas da colecta de receitas na AT, cuja informação foi providenciada;
- Visita de S. Excia. Senhor Douglas Griffin, Embaixador dos Estados Unidos da América, que vinha-se inteirar do ponto de situação dos aspectos de cooperação entre AT e os Estados Unidos da América, mormente aos projectos financiados pela USAID-SPEED, bem como a proposta de Memorando de Cooperação a ser assinado entre os Governos da República de Moçambique e dos Estados Unidos da América, cujo *draft* está sendo harmonizado pela Direcção de Política Tributária;
- Visita do Senhor Dimitri Medvedev–Director Geral da Ernst Young, que apresentou uma proposta de parceria com a AT na área de auditoria, formação e preços de transferências, sendo que foi criada uma comissão chefiado pelo Director Geral de Impostos, composta pelos Directores de Formação, Auditoria, e Controlo da Receita, para elaborar os Termos de Referências para o efeito;
- Visita de uma delegação da República de Madagáscar, enquadrada no âmbito de apreensão de Madeira rosa, proveniente daquele país do Oceano Indico;
- Visita de uma comitiva do Ministério da Função Pública da República da Guiné-Bissau, em Dezembro de 2014, com o propósito de se inteirar da implementação da reforma tributária em Moçambique, com destaque para a componente de educação fiscal e popularização de impostos; e
- Visita de uma delegação de alto nível da Autoridade Tributária e Aduaneira da Etiópia, também em Dezembro de 2014, chefiada pelo respectivo Vice-Ministro responsável pela Autoridade Tributária, que vinham inteirar-se da implementação do projecto da Janela Única Electrónica em Moçambique.

XI. FINANCIAMENTOS AOS PROJECTOS DE REFORMA DA AT

11.1. Fundo Comum da AT

Relativamente à mobilização do Fundo Comum (FC) da AT durante o período em análise foram realizados contactos com: (i) o Governo do Reino dos Países Baixos que apenas assegura a provisão de assistência técnica através do *Bureau of Documentation* da Holanda, tendo inclusive a AT remetido o pedido de assistência para a missão do Grupo de Garantia e Qualidade do Fundo Comum da AT; (ii) o Reino da Espanha que se mostra não disponível para aderir o Fundo Comum no entanto, está a avaliar a possibilidade de assinar um MdE para a área de assistência técnica; e (iii) o Reino da Dinamarca que culminaram com a colaboração no lançamento dos resultados do estudo intitulado “*Esconderijo à Vista - Adulteração de Facturas Comerciais e seu Impacto na Perda de Receitas Fiscais no Gana, Quênia, Moçambique, Tanzânia e Uganda: 2002-2011*”, desenvolvido pela *Global Financial Integrity* com financiamento da Dinamarca.

O Reino da Dinamarca apresentou a sua disponibilidade em aderir ao FC da AT ainda para o presente ano de 2014, tendo apresentado o seu primeiro compromisso de desembolso para o ano de 2015 no valor 10 milhões de coroas dinamarquesas correspondentes a USD 1.8 milhões.

Fez-se ainda o acompanhamento do processo de Auditoria Externa às Contas do FC referente ao ano de 2013, realizado pela firma KPMG, em cumprimento dos pressupostos estabelecidos pelo MdE assinado em 25 de Abril de 2012 entre a AT e os Parceiros de Cooperação e o acompanhamento dos compromissos de desembolsos dos parceiros de cooperação para o ano de 2014, tendo sido desembolsado no total 246,11 milhões de MT, correspondente a 78,01% do valor prometido, onde, em termos gerais, dos cinco parceiros comprometidos com as reformas da AT, três realizaram na totalidade, conforme a tabela 36.

Tabela 36. Compromissos dos Parceiros e respectivo Desembolso em 2014

País	Moeda de Origem	Câmbio em MT	Valor em Milhões de MT	Valor Desembolsado em Milhões de MT
Alemanha KFW	Euro 2.500.000,00	40,357	100,89	97,95
Noruega	Kr 12.000.000,00	5,35021	64,20	61,5
Suíça (SECO)	CHF 500.000	32,42131	16,21	16,35
Suécia	SEK 11.300.000,00	4,69833	53,09	24,91
Reino Unido (DFID)	Libra 1.800.000,00	47,18265	84,93	45,4
Total			319,33	246,11

Fonte: GEPCI – DCI

Com vista a avaliar o grau de desempenho das reformas levadas à cabo pela AT e o nível de execução dos fundos desembolsados pelos parceiros, realizaram-se as XVII, XVIII e XIX Reuniões da Comissão de Parceria do Fundo Comum da AT, que homologou os instrumentos de gestão referentes ao ano de 2014, o relatório de execução financeira do ano de 2013, bem como outros documentos relevantes.

Por forma a mostrar as realizações da AT com o apoio dos recursos externos desembolsados pelos parceiros de cooperação, foi elaborada a Brochura sobre as principais acções realizadas através do Fundo Comum da AT no período de 2007 a 2013.

11.2. Outros Financiamentos

Financiamento da USAID

No âmbito do Projecto Partnership for Trade Facilitation (PTF), a AT beneficia do financiamento da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), aprovado em 2012, no valor de USD 500.000,00, sob gestão do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Económico Empresarial (SPEED), para implementação de três actividades elegíveis no âmbito de PTF, nomeadamente:

- a) **Publicação de Informação Via Internet, no montante de USD360.000,00:** pela empresa *Mz Business* que melhorou o website da AT, permitindo a criação de um link com outras instituições que lidam com o comércio internacional, como é o caso do MIC, CTA, CPI, IPEX, DASP e o Banco de Moçambique;
- b) **Avaliação do Impacto da Inspeção Pré-Embarque (IPE), no valor USD40.000,00:** que após as necessárias harmonizações dos Termos de Referência, o estudo foi realizado pela firma Sal & Caldeira.

Fundo Monetário Internacional (FMI)

No âmbito da Avaliação e Assistência Técnica do FMI, através do Departamento de Assuntos Fiscais (FMI-FAD), a AT coordenou as seguintes missões:

- ✓ **Missão sobre Questões Gerais da Administração Tributária**, liderada pelo Senhor Décio Pialarissi, que tinha por objectivo a avaliação do processo de implementação de reformas em diversas áreas de AT, cujo relatório recomenda, entre outros aspectos: (i) Reorientar e intensificar o programa de informatização; (ii) Descentralizar as actividades de auditoria, especialmente em relação às UGCs; (iii) Replanificar o projecto e-Tributação, com base num esquema de “decomposição de entregáveis”; (iv) Desenhar os manuais de procedimentos; e (v) Fazer a divulgação a todos os funcionários da AT, de todas as conclusões e decisões emanadas do GCI
- ✓ **Missão sobre Administração Tributária dos Recursos Minerais**, liderada pelo Consultor do FMI, Senhor Havard Holterud, que tinha por objectivo apurar o ponto de situação da criação de uma Unidade de Grandes Contribuintes especializada em Recursos Naturais, cujo relatório recomenda, entre outros aspectos que: (i) No futuro, a unidade poderia ser transferida para o nível operacional (UGC-Maputo); (ii) A nova unidade seria responsável pelas funções de gestão de risco, auditorias internas e externas, serviço de orientação; e (iii) Numa primeira fase, a do início dos trabalhos, a unidade deverá ser composta por um mínimo de 6 a 8 pessoas, incluindo as posições de chefia e sua substituição, sendo 12 a 15 pessoas no final com o nível mínimo de licenciatura.

XII. INTEGRAÇÃO REGIONAL

12.1. Importações

Relativamente às importações globais, durante o ano de 2014, Moçambique importou mercadorias diversas no valor total de 235.088,69 milhões de MT, das quais 84.825,04 milhões de MT provêm dos países da SADC e o remanescente do resto do mundo, conforme ilustra a tabela 36.

12.1.1. Importações Provenientes da SADC

A nível das importações provenientes dos países da SADC os resultados apurados indicam que, para o ano de 2014, Moçambique importou mercadorias no valor total de 84.825,04 milhões de MT, com pico no mês de Outubro ao atingir o valor de 8.360,85 milhões de MT e o valor mais baixo nos meses de Janeiro e Fevereiro com montantes de 5.986,83 milhões de MT e 5.719,92 milhões de MT, respectivamente. A média geral das importações para Moçambique provenientes dos Estados Membros da SADC é de 7.068,75 milhões de MT.

As importações moçambicanas provêm na sua maioria da África do Sul, sendo que em 2014 atingiram o valor de 77.629,81 milhões de MT CIF, cujo impacto na região é de cerca de 91,52% das importações de Moçambique. Importa salientar que a par da RSA, os outros Estados Membros da SADC tiveram os meses de Julho, Outubro e Dezembro como meses de maior afluxo de mercadorias exportadas para Moçambique.

Do valor de 84.825,04 milhões de MT que é, em termos absolutos, o total de importações provenientes da região da SADC, de Janeiro a Dezembro de 2014, 12.858,71 milhões de MT, que corresponde a 15,16%, é que se beneficiaram do tratamento preferencial da SADC, que revelam uma redução do peso do volume de importações que beneficiaram do Sistema Preferencial em relação ao ano transacto, no qual o uso deste sistema situou-se em 40,99%, sendo de destacar as causas seguintes:³

- a. Aumento em quase o dobro do valor CIF das importações no período de 2013 a 2014, de cerca de 128.663,22 milhões de MT para cerca de 235.088,69 milhões de MT;
- b. Diminuição do valor CIF Preferencial de cerca de 17.954,96 milhões de MT para os actuais 12.858,71 milhões de MT, dada a substituição de importações provenientes do investimento privado para as importações direccionadas a fornecer materiais para a campanha eleitoral que decorreu em 2014; e
- c. Aumento da fiscalização para inibir a transacção e circulação de mercadoria de origem duvidosa, sem a correspondente documentação, incluindo a existência de certificados de origem irregulares, factores que levaram ao aumento de apreensões, sendo o importador obrigado a pagar direitos aduaneiros.

O aumento das importações da SADC para Moçambique, em comparação com o Resto do Mundo, demonstra ser um resultado bastante positivo para o comércio intra-regional, pois as reservas são mantidas nos países da região. No entanto, conforme nos referimos anteriormente, houve uma redução do peso do volume de importações que beneficiaram do Sistema Preferencial face as importações totais da SADC, com apenas 15,16% do total, em relação a 40,99% do ano transacto, segundo ilustra a tabela 37.

³ Tudo isto significa que houve emissão de Certificados de Origem na Importação que podem ter sido falsos, logo não contabilizados, facto que preocupa a Direcção Geral das Alfândegas.

Tabela 37. Total das Importações Realizadas em 2014*Unidades 10⁶MT*

Mês	RSA			Outros Membros SADC			Total SADC				Resto do Mundo		Total
	CIF	% Região	% Total	CIF	% Região	% Total	CIF	% Total	CIF Pref.	% CIF Pref/SADC	CIF	% Total	CIF
Janeiro	5.338,46	89,17%	33,21%	648,36	10,83%	4,03%	5.986,83	37,25%	697,99	11,66%	10.085,68	62,75%	16.072,50
Fevereiro	5.196,48	90,85%	35,13%	523,43	9,15%	3,54%	5.719,92	38,66%	839,38	14,67%	9.073,77	61,34%	14.793,68
Março	6.375,47	91,75%	38,14%	573,35	8,25%	3,43%	6.948,81	41,57%	1.039,87	14,96%	9.768,77	58,43%	16.717,58
Abril	6.801,49	93,69%	37,34%	458,30	6,31%	2,52%	7.259,79	39,86%	1.020,64	14,06%	10.952,91	60,14%	18.212,70
Mai	5.705,12	92,54%	29,74%	460,05	7,46%	2,40%	6.165,17	32,14%	1.047,73	16,99%	13.016,32	67,86%	19.181,50
Junho	6.798,43	93,39%	36,86%	481,53	6,61%	2,61%	7.279,97	39,47%	1.037,75	14,25%	11.165,55	60,53%	18.445,51
Julho	7.009,35	90,63%	31,28%	724,88	9,37%	3,23%	7.734,23	34,52%	1.167,03	15,09%	14.673,62	65,48%	22.407,86
Agosto	6.522,53	90,76%	35,18%	664,39	9,24%	3,58%	7.186,92	38,77%	1.259,49	17,52%	11.351,08	61,23%	18.538,00
Setembro	6.881,11	91,49%	27,20%	640,00	8,51%	2,53%	7.521,11	29,73%	1.131,68	15,05%	17.774,44	70,27%	25.295,55
Outubro	7.649,08	91,49%	33,81%	711,77	8,51%	3,15%	8.360,85	36,95%	1.325,16	15,85%	14.265,90	63,05%	22.626,75
Novembro	6.513,31	91,63%	31,75%	595,29	8,37%	2,90%	7.108,60	34,65%	1.109,47	15,61%	13.408,14	65,35%	20.516,74
Dezembro	6.838,97	90,55%	30,70%	713,86	9,45%	3,20%	7.552,84	33,90%	1.182,53	15,66%	14.727,48	66,10%	22.280,31
Total	77.629,81	91,52%	33,02%	7.195,23	8,48%	3,06%	84.825,04	36,08%	12.858,71	15,16%	150.263,65	63,92%	235.088,69

Fonte: GPECI – DCI

Mercadorias Mais Importadas Com Certificado De Origem

Constituem mercadorias mais importadas no âmbito do Protocolo Comercial da SADC, produtos como arroz, óleos de petróleo, medicamentos, trigo, veículos automóveis, cimento, aparelhos telefónicos, cervejas, carapau e pneus para viaturas.

À nível desagregado por países, relativamente ao uso do Certificado de Origem, o destaque vai para o Lesotho com 55,08%, seguido pela Suazilândia (46,96%) e em terceiro lugar o Malawi (41,16%), sendo que, não obstante a África do Sul ser o país que mais exporta para Moçambique, é um dos que menos usam o Certificado de Origem, juntamente com a Namíbia, o Botswana e Maurícias, conforme a tabela 38.

Tabela 38. Importações Provenientes da SADC, Janeiro a Dezembro de 2014*Unidades 10⁶MT*

Proveniência das Importações	Valor CIF (a)	CIF Preferencial (b)	Peso CIF Preferencial	b/a
África do Sul	77.629,81	11.575,67	90,02%	14,91%
Angola	257,74	-	0,00%	0,00%
Botswana	83,80	4,77	0,04%	5,70%
Lesotho	2,13	1,17	0,01%	55,08%
Madagáscar	1.541,27	-	0,00%	0,00%
Malawi	443,51	182,53	1,42%	41,16%
Maurícias	891,64	8,83	0,07%	0,99%
Namíbia	1.406,45	106,48	0,83%	7,57%
República do Congo	18,36	-	0,00%	0,00%
Seychelles	13,70	-	0,00%	0,00%
Suazilândia	1.080,83	507,59	3,95%	46,96%
Zambia	713,16	224,20	1,74%	31,44%
Zimbabwe	742,65	247,46	1,92%	33,32%
Total	84.825,04	12.858,71	100,00%	15,16%

Fonte: GPECI – DCI

12.2. Exportações

12.2.1. Exportações de Âmbito Geral

Relativamente ao volume de exportações de mercadorias de Janeiro a Dezembro foi realizado o montante de 97.290,55 milhões de MT, dos quais 77,84% das exportações de Moçambique foram para países fora da região da SADC, conforme a tabela 38.

Exportação para a SADC

Em termos absolutos, o valor das exportações de Moçambique para os países da SADC, foi de 21.563,38 milhões de MT, dos quais, 5,06% desse valor foram tramitados usando o Certificado de Origem. Comparado o valor das exportações de Moçambique para os Estados Membros da SADC, podemos concluir que se registou um aumento do comércio intrarregional entre Moçambique e outros membros da SADC. Das exportações com destino a SADC 99,42% foram para RSA e 0,58% para os restantes Estados Membros. De referir que o pico das exportações ocorreram nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro, conforme a tabela 39.

Tabela 39. Total das Exportações de Moçambique, de Janeiro a Dezembro de 2014

Unidades 10⁶MT

Mês	RSA			Outros Membros SADC			Total SADC				Resto do Mundo		Total
	FOB	% Região	% Total	FOB	% Região	% Total	FOB	% Total	FOB Pref.	% FOB Pref/SADC	FOB	% Total	FOB
Janeiro	226,26	96,99%	7,05%	7,03	3,01%	0,22%	233,29	7,27%	55,91	23,97%	2.976,64	92,73%	3.209,93
Fevereiro	568,72	98,52%	21,89%	8,54	1,48%	0,33%	577,26	22,21%	91,26	15,81%	2.021,38	77,79%	2.598,64
Março	3.236,09	99,76%	47,27%	7,74	0,24%	0,11%	3.243,83	47,38%	76,58	2,36%	3.601,98	52,62%	6.845,81
Abril	1.824,14	99,66%	33,36%	6,15	0,34%	0,11%	1.830,29	33,48%	67,05	3,66%	3.636,94	66,52%	5.467,22
Mai	1.483,81	99,29%	29,20%	10,67	0,71%	0,21%	1.494,48	29,41%	57,83	3,87%	3.587,07	70,59%	5.081,55
Junho	398,45	96,87%	5,75%	12,88	3,13%	0,19%	411,33	5,94%	74,59	18,13%	6.518,99	94,06%	6.930,32
Julho	1.725,46	98,57%	18,81%	25,08	1,43%	0,27%	1.750,53	19,08%	113,28	6,47%	7.424,62	80,92%	9.175,15
Agosto	987,05	98,28%	12,20%	17,28	1,72%	0,21%	1.004,34	12,41%	89,68	8,93%	7.087,57	87,59%	8.091,91
Setembro	1.140,99	99,26%	18,33%	8,52	0,74%	0,14%	1.149,52	18,46%	76,57	6,66%	5.076,47	81,54%	6.225,99
Outubro	1.602,16	99,49%	14,03%	8,26	0,51%	0,07%	1.610,43	14,10%	89,05	5,53%	9.811,29	85,90%	11.421,72
Novembro	6.042,09	99,92%	37,22%	4,66	0,08%	0,03%	6.046,76	37,25%	158,60	2,62%	10.184,62	62,75%	16.231,38
Dezembro	2.203,34	99,64%	13,76%	7,99	0,36%	0,05%	2.211,33	13,81%	140,84	6,37%	13.799,59	86,19%	16.010,93
Total	21.438,56	99,42%	22,04%	124,82	0,58%	0,13%	21.563,38	22,16%	1.091,24	5,06%	75.727,17	77,84%	97.290,55

Fonte: GPECI-DCI

Mercadorias mais exportadas com Certificado de Origem na SADC

Das mercadorias mais exportadas ao abrigo do Protocolo Comercial da SADC constam produtos como Alumínio não ligado, Gás natural, Tabaco total ou parcialmente destalado, Energia eléctrica, açúcares de cana, Minérios de titânio e seus concentrados, Camarão, Banana, incluindo os plátanos, Algodão não cardado nem penteado, Minérios de zircónio e seus concentrados, desperdícios, resíduos e sucata de cobre e farinhas de trigo ou de mistura de trigo.

12.3. Impacto Fiscal Versus Despesa Fiscal

Como resultado da aplicação do regime preferencial no âmbito da implementação da Zona de Comércio Livre da SADC, de que resulta a não cobrança de direitos aduaneiros, o País deixou de cobrar no período entre Janeiro a Dezembro de 2014 o valor total de 1.039,19 milhões de MT, sendo 1.011,94 milhões de MT em direitos aduaneiros, 10,01 milhões de MT em ICE e 17,24 milhões de MT em IVA. Estas perdas constituem uma despesa fiscal na medida em que se regista uma redução do apuramento da matéria colectável a pagar. Destas, o IVA na importação é a rubrica que mostra um crescimento mais acentuado ao longo do ano, conforme a tabela 39.

Assim, o impacto fiscal total resultante das importações feitas ao abrigo do regime preferencial na SADC em relação à cobrança total em direitos aduaneiros, ICE e IVA corresponde a cerca de 2,63%, uma diminuição em 1,34 pp, em relação à importação no ano transacto que se situou em 3,97%. Por outro lado, o impacto da despesa fiscal sobre a receita total foi de 0,67%, conforme a tabela 40.

Tabela 40. Despesa Fiscal no período de Janeiro a Dezembro de 2014

Unidades 10⁶MT

Mês	Direitos Aduaneiros		ICE na Importação		IVA na Importação		Imposto Total (g) = a+c+e	Despesa Fiscal (h) = b+d+f	(i) = h/g	Receita Total (j)	(k) = h/j
	Cobrança (a)	Preferencial (b)	Cobrança (c)	Preferencial (d)	Cobrança (e)	Preferencial (f)					
Janeiro	1.758,16	70,33	218,74	-	821,43	-	2.798,33	70,33	2,51%	9.973,12	0,71%
Fevereiro	1.827,31	80,27	212,44	-	772,23	-	2.811,98	80,27	2,85%	10.760,63	0,75%
Março	1.794,41	102,56	253,02	-	840,89	-	2.888,32	102,56	3,55%	11.104,73	0,92%
Abril	160,90	99,62	367,19	10,01	783,62	17,24	1.311,71	126,86	9,67%	12.865,02	0,99%
Maió	2.885,82	102,07	424,35	-	1.264,79	-	4.574,96	102,07	2,23%	19.835,50	0,51%
Junho	2.113,71	103,75	234,72	-	929,93	-	3.278,37	103,75	3,16%	10.245,80	1,01%
Julho	2.370,50	116,52	282,21	-	1.036,16	-	3.688,87	116,52	3,16%	14.670,41	0,79%
Agosto	2.301,06	123,12	286,41	-	996,75	-	3.584,23	123,12	3,44%	11.501,40	1,07%
Setembro	2.106,76	25,49	252,00	-	954,91	-	3.313,67	25,49	0,77%	15.208,47	0,17%
Outubro	2.815,98	40,73	388,73	-	1.203,62	-	4.408,33	40,73	0,92%	13.226,97	0,31%
Novembro	2.367,18	111,93	289,03	-	1.050,15	-	3.706,36	111,93	3,02%	12.854,69	0,87%
Dezembro	2.043,27	35,56	291,64	-	792,69	-	3.127,61	35,56	1,14%	12.271,67	0,29%
Total	24.545,09	1.011,94	3.500,48	10,01	11.447,18	17,24	39.492,74	1.039,19	2,63%	154.518,41	0,67%

Fonte: GPECI-DCI

XIII. CONTROLO INTERNO

13.1. Inspeções Administrativas

Durante o período foram realizadas 13 inspeções e fiscalizações administrativas ordinárias, nas unidades orgânicas de nível central (9 no GCI e 4 na DGA) e 3 nos órgãos regionais nas unidades orgânicas não abrangidas pela fase piloto do projecto dos ACI e SCI, nomeadamente nas províncias de Maputo (DRS), Sofala (DRC) e Nampula (DRN), visando a verificação do cumprimento das Normas de funcionamento dos Serviços da Administração Pública, aprovadas pelo Decreto nº 30/2001, de 15 de Outubro e outros dispositivos legais relacionados.

Além das acções ordinárias, foram realizadas 2 inspeções administrativas extraordinárias na região centro, concretamente nas Repartições dos Serviços Comuns das Delegações Provinciais de Sofala e Manica, visando aferir o ponto de situação sobre os recursos humanos, e materiais, face à preocupação apresentada pelas respectivas Delegações.

13.2. Inspeções Técnicas e Auditorias Internas

De um total de 50 acções de auditorias internas programadas, das quais: 12 para os órgãos centrais, 18 para a DRS, 10 para a DRC e 10 para a DRN, foram realizadas 33, correspondendo a 66,00% do total, contudo, paralelamente a estas, foram também realizadas 20 acções fora do plano, perfazendo um global de 53 actividades, consideradas prioritárias, não obstante não constarem no plano anual. Comparando com o período homólogo anterior, esta realização corresponde a um incremento de 39,47%, tendo em conta que naquele período foram realizadas 38 auditorias.

No âmbito do controlo das auditorias e fiscalização tributárias, foram seleccionados 11 relatórios de de um total de 24 recebidos, especificamente solicitados à DAFT, para controlo e análise da situação da cobrança dos impostos apurados, com particular destaque para as DAF do 1º e 2º Bairro Fiscal de Maputo da DAF da Matola. Por via disso, foi realizado um trabalho de campo nas DAFs do 1º e 2º Bairros Fiscais de Maputo, onde foram apurados impostos no valor global de 23,72 milhões de MT, cujos contribuintes devedores foram notificados por via das respectivas DAFs para o devido pagamento, bem como a extração de relações de impostos pendentes, registados e não regularizados no montante de 10,79 milhões de MT. Refira-se que estes impostos se encontram pendentes por terem sido regularizados através de pagamento por via de Guia M/ B Geral, de forma indevida.

Controlo dos Reembolsos e Contencioso Tributário

No âmbito do processo de controlo de reembolsos de impostos foi enviada à DTIC uma relação de pedidos de reembolsos com vista a proceder-se ao seu cruzamento com os conteúdos das declarações dos contribuintes de forma a conhecer o ponto de situação das dívidas tributárias para posterior emissão de parecer sobre a matéria. Como corolário do cruzamento da informação, constatou-se a existência de empresas que solicitaram reembolsos, sendo devedoras de impostos em sede do IVA, IRPC e respectivas multas, tendo por conseguinte, sido orientado para o indeferimento dos pedidos.

Constatou-se igualmente a existência de dívidas tributárias referentes aos exercícios de 2009 a 2013, cujo prazo para cobrança foi fixado em 30 dias, findo o qual devem ser virtualizadas para o Juízo das Execuções Fiscais para cobrança coerciva caso não se mostre realizada. Adicionalmente foi recomendado às DAFs no sentido de acelerarem o processo de cobrança da receita e multas devidas em situação de fora do prazo.

Controlo de Benefícios Fiscais

Com vista ao controlo dos benefícios fiscais, durante o ano de 2014, foram recebidos mapas com dados sobre Projectos de Investimentos aprovados em 2013, particularmente das DAF do 1º e 2º Bairros de Maputo e, decorrente da análise feita, recomendou-se que estas (i) procedessem ao controlo rigoroso dos projectos autorizados, tanto na sua inscrição nas áreas de jurisdição, obedecendo os prazos estabelecidos, bem como no acompanhamento do início da actividade e, em caso de inobservância desta obrigação, as DAFs devem informar à Repartição de Benefícios Fiscais, da DGI, para o integral cumprimento da al. b) do artigo 19º do Decreto nº 43/2009, de 21 de Agosto; e (ii) em relação aos contribuintes faltosos, foi-lhes orientado para o levantamento dos competentes *Auto de Notícias*, à luz da al. b) do nº 2 do artigo 49º do Código de Benefícios Fiscais, aprovado pela Lei nº4/2009, de 12 de Janeiro, conjugado com o nº 2 do artigo 79º da Lei nº 2/2006, de 22 de Março.

Controlo de Auditorias Pós-desembaraço

Ao longo do período foram analisados e produzidas as respectivas recomendações de 54 relatórios de auditorias pós-desembaraço realizadas nos anos de 2013 e 2014, de um total de 105 recebidos. No que tange às constatações da análise efectuada, importa referenciar a inobservância da aplicação correcta da legislação para o tratamento de algumas irregularidades, como é o caso de falsas declarações, que consubstanciam o crime fiscal aduaneiro de descaminho, cuja competência cabe aos Tribunais Aduaneiros dirimir, com destaque para: i) subfacturação; ii) determinação incorrecta do valor aduaneiro; iii) classificação pautal incorrecta das mercadorias; e iv) falsas declarações, entre outras.

Referir que os restantes 51 relatórios não foram analisados devido a exiguidade do pessoal técnico, tendo transitado para o ano 2015. Em comparação com o ano de 2013, verifica-se um ligeiro incremento, tanto no número de relatórios recebidos em 2013 de 97 processos, para 105 de 2014, bem como dos 40 analisados em 2013, para os 54 de 2014, cuja realização situou-se 41,2% e 51,4%, respectivamente.

Foram igualmente recebidos os planos de auditorias de 2013 e 2014, tendo sido analisados e produzida a respectiva informação, donde foi constatado o seguinte:

- A redução substancial do número de auditorias de 450, em 2013, para 280, em 2014, ou seja, cerca de 38%;
- A selecção de empresas sem exercer actividades, sem endereço certo ou conhecido, contribuindo para que houvesse alterações do plano ao longo da sua execução; e
- Para a Região Norte, a selecção de empresas apenas abrangeu a Cidade de Nampula, ou seja, não foram contempladas neste processo outras empresas dentro da província bem como das províncias de Niassa e Cabo Delgado.

Ainda neste contexto, destaca-se a participação de três técnicos do GCI no *workshop*, organizado pela Direcção de Auditoria, Investigação e Inteligência (DAII), cujo objectivo se prendia com a necessidade de “Reflexão sobre a auditoria pós-desembaraço e a JUE” com destaque para as seguintes matérias: (i) definição e importância da Auditoria Pós-desembaraço; (ii) relação entre auditoria pós-desembaraço e inteligência, risco e investigação; (iii) ganhos trazidos pela Janela Única Electrónica para uma auditoria pós-desembaraço de sucesso; e (iv) procedimentos de selecção de alvos e de condução da Auditoria Pós-desembaraço.

13.3. Promoção da Ética e Integridade

Durante o ano de 2014, foram realizadas 88 sessões de sensibilização sobre matérias de Ética e Integridade, cujas equipas integravam o Director Geral do GCI e as respectivas Directoras Gerais Adjuntas, em todas as unidades orgânicas de 10 delegações provinciais da AT, nomeadamente: 13 em Cabo Delgado, 6 em Niassa, 8 em Nampula, 6 em Tete, 8 em Manica, 9 em Sofala, 10 na Zambézia, 12 em Inhambane, 10 em Gaza e 6 em Maputo Província, com uma abrangência de cerca de 80% dos funcionários dos locais visitados, visto alguns se encontrarem de férias, outros de folga e, outro, que por imperativos de serviço, se encontravam a efectuar trabalhos de cobranças nos distritos. Foi ainda, neste âmbito, ministrada uma sessão de sensibilização na DAFT, na qual participaram 30 funcionários.

13.4. Análise de Risco

Implementação e Operacionalização do Modelo de Análise e Gestão Sistemática do Risco na AT

Como resultado da implementações e operacionalização do modelo de análise e gestão sistemática do risco na AT, foram recolhidas informações sobre irregularidades diversas na AT e produzidos 42 pacotes de inteligência que, na sua grande maioria, foram enviados às diferentes áreas operacionais competentes da DGA e DGI, para tratamento e recuperação da receita e ainda, PGR e Divisão de Anti Corrupção, para os devidos efeitos. Das irregularidades detectadas, mais de metade provêm de sonegações ou desvios verificados na área dos Impostos Internos, com maior relevância para as seguintes infracções:

- Falsas declarações de vendas para dedução do imposto;
- Falta de declaração ou declaração enganosa de grande parte das empresas adjudicadas no processo de concurso para contratação de obras e de prestação de serviços ao Estado, em particular na AT;
- Fragilidades nos processos de contratação e adjudicação das empresas que prestam serviços a AT, aliada ao fenómeno da falsificação de documentos, subfacturação, entrega de serviços de baixa qualidade, bem como sonegação do imposto;
- Apresentação abusiva de certidões de quitação falsas;
- Uso inadequado e abusivo (fora do prazo) das isenções para fins comerciais, normalmente atribuídas aos partidos políticos;
- Vistoria e aceitação de contra marcas por funcionários não autorizados e nem afectos as fronteiras conforme o previsto; e
- Falsificação de DU.

Como resultado dos casos apurados e tratados, prevê-se a recuperação de cerca de 200,00 milhões de MT de impostos sonegados, resultante das fiscalizações e auditorias desencadeadas em colaboração com a DAII, DAFT e os sectores de fiscalização das DAF's.

Foram ainda, no mesmo contexto, realizadas visitas de trabalho às Províncias de Inhambane, Sofala, Tete e Nampula, com o objectivo de: i) recolher informação sobre os riscos na AT; ii) avaliar a fiabilidade dos sistemas de informação e de controlo interno; iii) avaliar as acções de combate a fraude e evasão fiscal; iv) propor medidas para a redução dos níveis de fraude fiscal, irregularidades de pessoal e o aumento dos níveis de arrecadação da receita; e v) fortalecer os pontos focais do GCI.

Afectação dos Agentes e dos Supervisores do Controlo Interno (ACI E/SCI)

Em 2014, foram afectos no total 76 Figuras de Agentes e Supervisores do Controlo Interno (ACI e SCI) nas unidades orgânicas abrangidas pela fase piloto da implementação destas figuras, criadas em 2013, com o objectivo de garantir a prevenção de infracções e de outras irregularidades na AT, nas três regiões dos Países (sul, centro e norte), nomeadamente: (i) 37 ACI (15 nas DAF e 22 nas Terminais/Fronteiras); (ii) 11 SCI (5 nas DAF e 6 nas Terminais/Fronteiras); e (iii) 28 ACI e SCI nas unidades orgânicas da DGA e da DGI, sendo 14 em cada uma delas.

De salientar que, das unidades orgânicas abrangidas, apenas a DAF do 1º Bairro de Maputo, as figuras de ACI e SCI não se apresentaram pelo facto de não estarem disponíveis devido a não indicação de substitutos nos seus sectores de origem. Durante a implementação deste projecto foi também determinante a fraca afectação dos ACI e SCI, dado o facto de durante o ano de 2014, terem sido nomeados para cargos de Direcção e Chefia da AT um total de 05 funcionários, que vinham exercendo as suas actividades como ACI e SCI, o que criou um défice na implementação do projecto em algumas unidades orgânicas. Para o caso da Região Sul, a substituição dos funcionários que foram nomeados para novas funções foi imediata, pois havia ACI e SCI na lista de espera, o que não aconteceu nas regiões centro e norte que ainda se encontram com défice.

No que tange à monitoria e supervisão das actividades dos ACI e SCI, foram visitadas as unidades orgânicas da DRS, nas Delegações da Cidade e Província de Maputo, a fim de aferir as condições de trabalho destes após a afectação e os constrangimentos decorrentes da sua integração. Este trabalho foi extensivo à DRC e DRN, concretamente nas unidades orgânicas das Delegações Provinciais de Sofala e de Tete na DRC e Nampula na DRN, onde foram deixadas orientações no sentido de se promover encontros regulares com os supervisores e a Direcção que supervisiona este equipa, numa periodicidade mensal e trimestral, bem como proceder ao envio de relatórios mensais por parte dos supervisores em formato físico até ao dia 05 de cada mês, como procedimento imprescindível para suprir os constrangimentos que se têm deparado ao longo do trabalho que vêm realizando. Das constatações levantadas nas visitas acima efectuadas foram elaborados relatórios de supervisão e submetidos ao CST para efeitos de análise e discussão das constatações e recomendações pelos respectivos membros.

13.5. Das Irregularidades do Pessoal e Controlo de Processos Disciplinares

Durante o ano de 2014, foi feita análise e controlo de diferentes processos disciplinares, de inquérito e outras petições e reclamações, ilustrados na tabela 41, em que, para os Processos de Inquérito, foram registados, a nível nacional, 34, transitados 14 e concluídos 15 e, para os Processos Disciplinares, foram registados, também a nível nacional, 33, transitados 28 e concluídos 25.

Tabela 41. Processos Disciplinares e de Inquérito Transitados, Registados e Concluídos em 2014

Processos		Nível Central	DRS	DRC	DRN	Total
Processos de Inquérito (PInq)	Transitados	6	7		1	14
	Registados	16	15	1	2	34
	Concluídos	7	8			15
Processos Disciplinares (PD's)	Transitados	7	8	1	12	28
	Registados	5	14	6	8	33
	Concluídos	9	6	6	4	25

Fonte: GCI

13.6. Monitoria dos Procedimentos de Recolha, Contabilização, Controlo e Transferência da Receita das Estâncias Aduaneiras para a CUT no Âmbito da JUE

Neste âmbito, realizadas 18 acções de monitoria, de um total de 20 planificadas, correspondente a 90,00% e ainda mais 7 acções extraordinárias não programadas. Comparando com o período transacto, não obstante o decréscimo de acções em termos de planificação (30 em 2013 e 20 em 2014) a realização registou um incremento na ordem 56,25% resultando da melhoria nos aspectos de organização logística.

13.7. Monitoria da Concepção, Aprovação e Disseminação dos Procedimentos no Âmbito da JUE e do e-Tributação

No que diz respeito a implementação desta acção, no período em análise, foram realizadas 30 visitas às unidades orgânicas, sendo 17 dos impostos sobre o comércio externo e 13 dos impostos internos. Particularmente na área de impostos internos, foi feita: (i) a verificação do estágio da concepção, a aprovação e disseminação dos procedimentos no âmbito do e-Tributação e; (ii) o estágio da organização dos arquivos. Por razões óbvias, as actividades contemplaram também a verificação dos níveis de arrecadação de receitas à data das visitas.

Das visitas efectuadas, constatou-se que as actividades do e-Tributação iniciaram no primeiro trimestre de 2013 com a formação em Maputo dos utilizadores. Como consequência das acções de divulgação interna do sistema, dos treinamentos “*on job*”, esclarecimentos de procedimentos do funcionamento do módulo NUIT, foram efectuadas novas inscrições e actualizações de dados de contribuintes através do tratamento dos modelos M/01C, M/01S, M/02C, M/02S e M/03 de alteração de dados, entre outras acções complementares.

E em relação à JUE, sobretudo a sua implantação e funcionamento, constatou-se, nas unidades visitadas um cenário diferente nas três regiões. Na Região Sul, o sistema está implantado e em funcionamento nos diversos regimes e nas Regiões Centro e Norte, nem todas as estâncias possuem o sistema e, naquelas onde está implantado, funciona para os regimes gerais (importação e exportação definitivas), trânsito e emissão de memorandos. Constatou-se igualmente a falta de instrumentos orientadores, nomeadamente o Perfil de Gestão, o Manual de Procedimentos e Notas Sectoriais.

XIV. ÓRGÃOS COLEGIAIS

14.1. Seminário Nacional sobre a Execução da Política Fiscal e Aduaneira

Foi realizado o VII Seminário Nacional sobre a Execução da Política Fiscal e Aduaneira na Cidade da Matola, no Salão de Eventos do Ministério das Finanças, no dia 28 de Março de 2014, sob o lema “Por uma Política Fiscal e Aduaneira, cada vez mais inclusiva, em prol do Desenvolvimento Económico do País”, onde se fez o balanço do desempenho das actividades de 2013 e se perspectivaram as acções para 2014 apreciando-se paralelamente a execução orçamental e a política fiscal e aduaneira.

Foram ainda apreciados a situação dos reembolsos e dívidas tributárias, as principais incidências da Reforma Legislativa de 2006 a 2014, para além dos pontos de situação seguintes: (i) Recursos Humanos; (ii) Processos de Modernização Tecnológica: E-Tributação, JUE, Máquinas Fiscais e Central de atendimento; (iii) Campanhas de Educação Fiscal e Aduaneira e Popularização de Impostos; (vi) Cadastração Fiscal; (viii) Implementação dos MdE sobre a Educação Fiscal e Aduaneira e Popularização de Impostos; e (ix) Arquivos da Instituição.

14.2. Conselho da Fiscalidade

No período realizou-se a XI Sessão do Conselho da Fiscalidade (CF), a 15 de Agosto na cidade de Nampula, na Sala de Conferências do New Hotel, sob o lema “*Por um Conselho de Fiscalidade Protagonista de Políticas Tributárias de Justiça Social*”. Os trabalhos da XI Sessão do Conselho da Fiscalidade foram orientados pelo Presidente da AT. Nesta sessão, entre outros assuntos, foram apresentados: (i) o balanço das Áreas Especializadas do Conselho da Fiscalidade (Áreas de Tributação Interna, de Tributação Aduaneira e de Acompanhamento da Reforma Tributária); (ii) as principais incidências da Reforma Legislativa desde 2006 e Perspectivas para o ano de 2015; e (iii) o IRPS 1ª categoria - impactos sobre a carteira fiscal.

Foram ainda apresentados, na sessão, os pontos de situação do desempenho da receita, da tributação de mais-valias, da execução da Política Fiscal e Aduaneira, dos Reembolsos e da Dívida Tributária, e dos projectos de modernização e expansão dos serviços da AT, destacando-se: (i) o e-Tributação; (ii) as Máquinas Fiscais Electrónicas; (iii) a Central de Atendimento; (iv) a Janela Única Electrónica; (v) o Posto de Fronteira de Paragem única Lebombo-Ressano Garcia; (vi) novas UGC's; (vii) a Criação do futuro Instituto Superior de Finanças e Estudos Tributários (ISFET); e (viii) a Implementação dos Memorandos e Protocolos de Entendimento da AT, a nível nacional.

Fez-se ainda o acompanhamento e balanço das actividades realizadas pelas Comissões das Áreas Especializadas do Conselho da Fiscalidade e monitoria do progresso das recomendações deixadas na X Sessão deste órgão, para além da preparação das acções para a divulgação do Conselho da Fiscalidade e do respectivo Secretariado Executivo (SECF) a nível nacional, incluindo a respectiva Estratégia de Divulgação.

No âmbito do seguimento da reforma tributária, realizou-se um encontro entre os Peritos de Reconhecido Mérito e os membros do CD da AT e foram efectuados contactos com a CTA e suas antenas regionais, para a realização de sessões de divulgação do CF e do SECF, cuja cerimónia inicial foi na Província de Nampula, Cidade de Nacala, no dia 30 de Junho com a presença do governo local, agentes económicos, academias, sociedade civil, autoridades tradicionais, autarquias, administrações locais, parceiros de cooperação e funcionários da AT. No total em 2014, foram realizadas 18 acções de divulgação do CF e seu respectivo Secretariado, em coordenação com as Delegações Provinciais da AT e o GCIm.

14.3. Conselho Superior Tributário e Conselho Directivo

O Conselho Superior Tributário, num número de 40 sessões (4 ordinária e 36 extraordinárias), apreciou e deliberou sobre vários assuntos, com destaque para: (i) Estratégia de Recursos Humanos; (ii) Matriz de actividades a submeter ao Conselho de Ministros para 2014; (iii) Plano de classificação e tabela de temporalidade de documentos das actividades -fim; (iv) Relatório da vistoria ao Terminal Internacional Rodoviária de Tete; (v) Priorização da Fronteira Mwanza/Zobué como Posto Fronteiriço de Paragem Única; (vi) Brochura sobre perguntas e respostas mais frequentes relativas ao Imposto de Rendimento sobre pessoas Singulares (CIRPS); e (vii) para além de demais relatórios, propostas de Memorandos de Entendimento e informações diversas.

O Conselho Directivo realizou 12 sessões ordinárias previstas para o ano, tendo apreciado diversas informações, relatórios, pedidos de variada ordem e documentos, partilhados atempadamente com os respectivos membros, para conhecimento e apreciação.

14.4. Outros

No período em destaque foram realizadas cinco palestras, nomeadamente:

- “*O Papel da Sociedade na Edificação da Unidade Nacional*”, proferida pela Senhora Marina Manguede Pachinuapa, Antiga Combatente da Luta de Libertação Nacional, no dia 21 de Fevereiro 2014.
- “*Os Perigos do Tráfico de Influências e o Conflito de Interesses na Fiscalidade: o que diz a Lei de Probidade Pública - Algumas Reflexões*”, proferida pelo Senhor Taíbo Mucobora, Digníssimo Procurador-geral Adjunto da República, dia 28 de Março de 2014, no âmbito da realização do Seminário Nacional sobre a Execução da Política Fiscal e Aduaneira.
- “*As Finanças Autárquicas Descentralizadas: O Caso do Conselho Municipal da Cidade de Nampula*”, proferida pelo Senhor Mahamudo Amurane, Presidente do CMC Nampula, dia 15 de Agosto de 2014.
- “*Fuga de Capitais: Que Desafios para a Administração Fiscal*”, proferida pelo Senhor Joaquim de Carvalho, Perito de Reconhecido Mérito do Conselho de Fiscalidade, no dia 15 de Agosto de 2014, no âmbito da realização do Conselho de Fiscalidade; e
- “*O Papel das Universidades e a Fiscalidade*” proferida pelo Senhor Ângelo Macuacua, Perito de Reconhecido Mérito do Conselho de Fiscalidade, no dia 15 de Agosto de 2014, também no âmbito da realização do Conselho de Fiscalidade.

XV. PERSPECTIVAS DE ACÇÕES PARA 2015

15.1. No âmbito da Cobrança de Receitas

- Arrecadar em tributos, o valor de 160.707,82 milhões de MT;
- Registrar 660.000 contribuintes, dos quais 50.000 em sede de ISPC;
- Produzir a proposta das especificações técnicas das máquinas fiscais (aparelhos) a serem introduzidas em Moçambique e do sistema central de monitorização das máquinas fiscais.
- Realizar 1.200 auditorias e analisar pelo menos 2.500 processos de contabilidade;
- Incrementar a receita dos Grandes Contribuintes em 25% relativamente a receita cobrada no ano de 2014;
- Uniformizar e flexibilizar o mecanismo de cobrança de dívidas tributárias; e
- Construir 7 postos de cobrança: (i) 03 na DRN (Ribaué, Nacala-a-Velha e Mueda); (ii) 03 na DRC (Nhamatanda, Catandica e Changara); e (iii) 01 na DRS (Marracuene).

15.2. No âmbito da Modernização e Fortalecimento da Administração Tributária

- Elaborar e concluir a proposta de concurso de promoção de funcionários;
- Fortalecer a capacidade de Recursos Humanos em matérias de fiscalidade, tributação de recursos naturais e operações em bolsa;
- Prosseguir com a divulgação do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade e documentos das Actividades fim da AT e tratamento dos livros e informação da AT, de acordo com a área de conhecimento;
- Garantir a execução e controlo das actividades relativas a gestão orçamental e contabilização da despesa;
- Proceder à programação e execução financeira, através do plano de tesouraria mensal e seu monitoramento e realizar visitas de coordenação da execução orçamental entre os centros de custos; e
- Implementar acções de sensibilização dos funcionários com vista à sua adesão voluntária aos princípios éticos-deontológicos da AT.

15.3. No âmbito de Desenvolvimento das Tecnologias de Informação

- Operacionalizar o centro de dados da AT;
- Consolidar o Módulo do Registo do NUIT, através da melhoria das funcionalidades, expansão do sistema para mais Unidades de Cobrança e sua instalação nos locais onde existe e-SISTAFE;
- Implementar o incremento do IVA/ISPC, Processos Comuns e do IRPS e IRPC;
- Iniciar o desenvolvimento do Portal do Contribuinte; e
- Iniciar o Pagamento via Banco; e
- Instalar Sites de Inspeção não Intrusiva (INI) em: Machipanda; Cuchamano; Calomué; Namialo (Site Ferroviário); Ressano Garcia (Fronteira Turística); Porto de Pemba, Chicualacuala (Site Ferroviário), Namaacha (Scanner Móvel), e operacionalizar a leitura das imagens nos *sites* ferroviários.

XVI. ANEXOS

Anexo I – Desempenho Anual da AT, por Área Operativa em 2014

Descrição	Realização de 2013	2014										Cresc. Nominal
		Impostos Internos			Impostos sobre o Comércio Externo			Total da Receita cobrada pela AT				
		Meta	Cobrança	Grau Realiz.	Meta	Cobrança	Grau realiz.	Meta	Cobrança	Grau Realiz.	Peso no PIB	
Cidade de Maputo	84.610,20	85.807,06	86.602,63	100,93%	32.365,73	32.385,96	100,06%	118.172,79	118.988,59	100,69%	22,24%	40,63%
UGC Maputo	34.459,70	52.351,92	53.127,42	100,48%				52.351,92	53.127,42	101,48%	9,93%	54,17%
Maputo - 1	43.478,22	30.607,45	30.618,27	100,04%	32.365,73	32.385,96	100,06%	62.973,18	63.004,22	100,05%	11,78%	44,91%
Maputo - 2	6.599,72	2.761,34	2.770,02	100,31%				2.761,34	2.770,02	100,31%	0,52%	-58,03%
Juizo Maputo	72,55	86,34	86,93	100,68%				86,34	86,93	100,68%	0,02%	19,81%
Provincia de Maputo	17.206,40	5.173,51	5.035,90	97,34%				5.173,51	5.035,90	97,34%	0,94%	-70,73%
Matola	17.092,54	5.040,57	4.899,50	97,20%				5.040,57	4.899,50	97,20%	0,92%	-71,34%
Manhiça	113,86	132,94	136,40	102,60%				132,94	136,40	102,60%	0,03%	19,80%
Provincia de Gaza	509,42	577,62	629,09	108,91%	27,30	31,82	116,55%	604,92	660,91	109,25%	0,12%	29,74%
Xai - Xai	412,06	472,71	515,01	108,95%	27,30	31,82	116,55%	500,01	546,83	109,36%	0,10%	32,71%
Chibuto	22,66	28,01	30,51	108,94%				28,01	30,51	108,94%	0,01%	34,62%
Chokwe	74,70	76,90	83,56	108,65%				76,90	83,56	108,65%	0,02%	11,86%
Provincia de Inhambane	605,53	646,20	677,84	104,90%	64,69	10,73	16,58%	710,89	688,57	96,86%	0,13%	13,71%
Inhambane	445,77	476,33	516,59	108,45%	44,44	7,03	15,83%	520,77	523,62	100,55%	0,10%	17,46%
Vilanculos	143,42	150,92	143,33	94,97%	20,26	3,70	18,25%	171,18	147,02	85,89%	0,03%	2,51%
Quissico	16,34	18,94	17,92	94,62%				18,94	17,92	94,62%	0,00%	9,71%
Região Sul	102.931,54	92.204,39	92.945,47	100,80%	32.457,72	32.428,51	99,91%	124.662,12	125.373,97	100,57%	23,43%	21,80%
Provincia de Sofala	8.747,17	3.775,76	3.578,04	94,76%	6.274,60	6.584,17	104,93%	10.050,37	10.162,21	101,11%	1,90%	16,18%
UGC Beira	1.717,74	1.802,12	1.670,49	92,70%				1.802,12	1.670,49	92,70%	0,31%	-2,75%
Beira	6.754,48	1.695,11	1.620,99	95,63%	6.274,60	6.584,17	104,93%	7.969,71	8.205,16	102,95%	1,53%	21,48%
Manga	261,13	260,28	275,24	105,75%				260,28	275,24	105,75%	0,05%	5,40%
Juizo Beira	13,82	18,26	11,32	62,02%				18,26	11,32	62,02%	0,00%	-18,09%
Provincia de Manica	1.254,38	855,15	881,20	103,05%	563,87	701,05	124,33%	1.419,03	1.582,26	111,50%	0,30%	26,14%
DAF Chimoio	1.254,38	855,15	881,20	103,05%	563,87	701,05	124,33%	1.419,03	1.582,26	111,50%	0,30%	26,14%
Provincia de Tete	4.243,71	3.896,69	4.407,94	113,12%	1.323,48	1.600,35	120,92%	5.220,17	6.008,29	115,10%	1,12%	41,58%
DAF Tete	4.243,71	3.896,69	4.407,94	113,12%	1.323,48	1.600,35	120,92%	5.220,17	6.008,29	115,10%	1,12%	41,58%
Provincia da Zambézia	1.060,41	877,15	936,26	106,74%	327,57	366,89	112,00%	1.204,72	1.303,15	108,17%	0,24%	22,89%
Quelimane	922,92	742,40	798,30	107,53%	327,57	366,89	112,00%	1.069,97	1.165,19	108,90%	0,22%	26,25%
Mocuba	82,01	75,82	76,53	100,93%				75,82	76,53	100,93%	0,01%	-6,69%
Gurue	55,48	58,93	61,44	104,25%				58,93	61,44	104,25%	0,01%	10,73%
Região Centro	15.305,67	9.404,76	9.803,45	104,24%	8.489,52	9.252,46	108,99%	17.894,28	19.055,91	106,49%	3,56%	24,50%
Provincia de Nampula	7.349,94	3.605,07	4.073,07	112,98%	5.320,90	5.596,84	105,19%	8.925,97	9.669,92	108,33%	1,81%	31,56%
UGC Nampula	670,94	871,56	945,46	108,48%				871,56	945,46	108,48%	0,18%	40,92%
Nampula	1.422,95	868,01	972,68	112,06%	713,46	598,06	83,83%	1.581,46	1.570,74	99,32%	0,29%	10,39%
Nacala	5.204,43	1.810,56	2.100,53	116,02%	4.607,44	4.998,78	108,49%	6.418,00	7.099,30	110,62%	1,33%	36,41%
Angoche	51,62	54,94	54,40	99,02%				54,94	54,40	99,02%	0,01%	5,39%
Provincia de Cabo Delgado	925,80	791,36	1.108,22	140,04%	324,34	507,78	156,56%	1.115,70	1.616,00	144,84%	0,30%	74,55%
Pemba	851,32	712,47	746,90	104,83%	312,91	496,63	158,71%	1.025,38	1.243,53	121,28%	0,23%	46,07%
Montepuez	44,00	53,74	341,84	636,08%				53,74	341,84	636,08%	0,06%	676,94%
Moc. Praia	30,49	25,15	19,48	77,46%	11,43	11,15	97,55%	36,58	30,63	83,74%	0,01%	0,48%
Provincia de Niassa	394,75	428,12	449,86	105,08%	48,90	77,94	159,39%	477,02	527,80	110,64%	0,10%	33,71%
Lichinga	354,55	393,37	413,93	105,22%	39,90	49,90	125,07%	433,27	463,83	107,05%	0,09%	30,82%
Cuamba	40,20	34,75	35,93	103,40%	9,00	28,04	311,56%	43,75	63,97	146,22%	0,01%	59,15%
Região Norte	8.670,49	4.824,56	5.631,15	116,72%	5.694,13	6.182,57	108,58%	10.518,69	11.813,71	112,31%	2,21%	36,25%
TOTAL	126.907,71	106.433,71	108.380,06	101,83%	46.641,38	47.863,54	102,62%	153.075,09	156.243,60	102,07%	29,20%	23,12%

Anexo II – Registo de NUIT's Durante o ano de 2014 e Acumulado

DAFs	Registos em 2013			Programa Anual 2014			Registos em 2014			Grau de Realização			Acumulados-1999 a Dez de 2014		
	Singulares	Colectivos	Total	Singulares	Colectivos	Total	Singulares	Colectivos	Total	Singulares	Colectivos	Total	Singulares	Colectivos	Total
Lichinga	18.908	46	15.890	16.500	330	16.830	20.479	172	20.651	124,12%	52,12%	122,70%	93.320	767	94.087
Cuamba	5.829	18	5.327	6.100	122	6.222	9.944	37	9.981	163,02%	30,33%	160,41%	32.717	177	32.894
Provincia de Niassa	24.737	64	21.217	22.600	452	23.052	30.423	209	30.632	134,62%	46,24%	132,88%	126.037	944	126.981
Pemba	22.071	265	20.954	22.500	450	22.950	32.557	429	32.986	144,70%	95,33%	143,73%	120.241	2.007	122.248
Montepuez	6.075	29	5.173	6.800	136	6.936	6.760	129	6.889	99,41%	94,85%	99,32%	27.940	302	28.242
Mocimboa da Praia	10.781	21	18.925	9.750	195	9.945	14.734	124	14.858	151,12%	63,59%	149,40%	67.410	263	67.673
Provincia de Cabo Delgado	38.927	315	45.052	39.050	781	39.831	54.051	682	54.733	138,41%	87,32%	137,41%	215.591	2.572	218.163
Nampula	41.072	41.072	41.072	40.300	806	41.072	36.709	424	37.133	91,09%	52,61%	90,41%	205.309	2.707	208.016
Angoche	6.458	6.458	6.458	2.454	49	6.458	5.616	131	5.747	228,85%	267,35%	88,99%	24.195	288	24.483
Nacala	22.190	22.190	22.190	25.500	510	22.190	21.071	259	21.330	82,63%	50,78%	96,12%	102.793	1.319	104.112
UGC de Nampula							3	0	3				75	129	204
Provincia de Nampula	69.720	69.720	69.720	68.254	1.365	69.619	63.399	814	64.213	92,89%	59,63%	92,23%	332.372	4.443	336.815
Total DRN	133.384	70.099	135.989	129.904	2.598	132.502	147.873	1.705	149.578	113,83%	65,63%	112,89%	674.000	7.959	681.959
Quelimane	21.723	164	30.095	33.541	671	34.212	19.042	468	19.510	56,77%	69,75%	57,03%	144.747	2.848	147.595
Gurúé	5.791	47	2.466	5.254	105	5.359	6.491	93	6.584	123,54%	88,57%	122,86%	30.505	401	30.906
Mocuba	10.456	40	8.194	9.300	186	9.486	10.037	235	10.272	107,92%	126,34%	108,29%	50.513	617	51.130
Provincia da Zambézia	37.970	251	40.755	48.095	962	49.057	35.570	796	36.366	73,96%	82,74%	74,13%	225.765	3.866	229.631
Provincia de Tete (DAF Tete)	32.530	521	35.581	39.780	796	40.576	35.115	453	35.568	88,27%	56,91%	87,66%	198.294	3.759	202.053
Provincia de Manica (DAF Chimoió)	33.066	290	26.859	33.235	665	33.900	31.813	503	32.316	95,72%	75,64%	95,33%	175.262	2.692	177.954
1º Bairro da Beira	29.352	376	18.756	24.900	500	25.400	35.261	739	36.000	141,61%	147,80%	141,73%	183.661	3.266	186.927
Manga	23.513	127	26.536	35.800	716	36.516	14.149	319	14.468	39,52%	44,55%	39,62%	134.196	1.423	135.619
UGC da Beira						0	1	3	4				35	187	222
Provincia de Sofala	52.865	503	45.292	60.700	1.216	61.916	49.411	1.061	50.472	81,40%	87,25%	81,52%	317.892	4.876	322.768
Total DRC	156.431	1.565	148.487	181.810	3.639	185.449	151.909	2.813	154.722	83,55%	77,30%	83,43%	917.213	15.193	932.406
Inhambane	10.274	152	8.740	9.200	184	9.384	9.315	211	9.526	101,25%	114,67%	101,51%	60.240	1.612	61.852
Quissico	4.620	24	3.006	3.801	76	3.877	4.156	173	4.329	109,34%	227,63%	111,66%	19.619	373	19.992
Vilanculos	7.105	88	4.847	4.077	82	4.159	6.902	212	7.114	169,29%	258,54%	171,05%	33.838	1.068	34.906
Maxixe	10.670	27	7.746	8.500	170	8.670	8.450	152	8.602	99,41%	89,41%	99,22%	43.878	564	44.442
Provincia de Inhambane	32.669	291	24.339	25.578	512	26.090	28.823	748	29.571	112,69%	146,09%	113,34%	157.575	3.617	161.192
Xai-xai	21.807	88	12.652	13.200	264	13.464	30.770	120	30.890	233,11%	45,45%	229,43%	108.262	1.264	109.526
Chibuto	3.730	22	1.444	2.700	54	2.754	4.273	21	4.294	158,26%	38,89%	155,92%	16.123	141	16.264
Chokwé	6.268	66	7.153	7.500	150	7.650	8.703	83	8.786	116,04%	55,33%	114,85%	43.920	596	44.516
Provincia de Gaza	31.805	176	21.249	23.400	468	23.868	43.746	224	43.970	186,95%	47,86%	184,22%	168.305	2.001	170.306
Matola	45.338	737	54.221	58.167	1.163	59.330	48.172	814	48.986	82,82%	69,99%	82,57%	280.915	5.268	286.183
Magude	2.077	13	2.404	3.276	66	3.342	1.431	14	1.445	43,68%	21,21%	43,24%	11.749	81	11.830
Manhiça	9.618	14	8.767	9.200	184	9.384	7.157	38	7.195	77,79%	20,65%	76,67%	44.565	323	44.888
Machava	34.889	174	23.248	23.248	465	23.713	24.863	231	25.094	106,95%	49,68%	105,82%	136.134	1.152	137.286
Provincia de Maputo	91.922	938	88.640	93.891	1.878	95.769	81.623	1.097	82.720	86,93%	58,41%	86,37%	473.363	6.824	480.187
Ponta de Ouro	3.601	11	863	1.514	30	1.544	2.364	39	2.403	156,14%	130,00%	155,63%	12.359	282	12.641
1º Bairro de Maputo	12.711	2.094	12.170	22.601	596	23.197	10.603	1.951	12.554	46,91%	327,35%	54,12%	111.107	16.823	127.930
2º Bairro de Maputo	68.625	965	60.956	64.104	1.219	65.323	80.077	1.169	81.246	124,92%	95,90%	124,38%	436.106	7.841	443.947
3º Bairro de Maputo	2.231	731	2.774	3.400	68	3.468	3.383	924	4.307	99,50%	1358,82%	124,19%	20.638	4.505	25.143
Posto do Jardim	21.273	199	18.230	26.700	534	27.234	52.106	376	52.482	195,15%	70,41%	192,71%	170.654	1.481	172.135
Posto de Xipamanine	11.681	85	11.279	15.252	305	15.557	11.689	165	11.854	76,64%	54,10%	76,20%	43.323	568	43.891
UGC de Maputo				0	0	0	115	7	122				176	641	817
Cidade de Maputo	120.122	4.085	106.272	133.571	2.752	136.323	160.337	4.631	164.968	120,04%	168,28%	121,01%	794.363	32.141	826.504
Total DRS	276.518	5.490	240.500	276.440	5.610	282.050	314.529	6.700	321.229	113,78%	119,43%	113,89%	1.593.606	44.583	1.638.189
Total Geral	566.333	77.154	524.976	588.154	11.847	600.001	614.311	11.218	625.529	104,45%	94,69%	104,25%	3.184.819	67.735	3.252.554

Anexo III – Pontos com a JUE instalada até 31 de Dezembro de 2014

Ord	Região	Província	Código Estância	Nome da Estância	
1	DRN	NIASSA	01DA1	Lichinga - Delegação Aduaneira, Sede	
2			01DA2	Entrelagos - Delegação Aduaneira, Niassa	
3			01DA3	Cuamba - Niassa, Sub-Delegação Aduaneira	
4		CABO DELGADO	02SE1	Pemba - Sede da Alfândega, C. Delgado	
5			02TI1	TIAR - Pemba, Terminal Internacional Aéreo, C. Delgado	
6		NAMPULA	03DA1	Nampula - Delegação Aduaneira	
7			03PF1	Posto Fiscal de Moma	
8			03SE1	Nacala - Sede da Alfândega, Nampula	
9			03TI1	TIMAR - Nacala, Terminal Internacional Marítima, Nampula	
10			03TI3	TIAR - Nampula-Terminal Internacional Aérea	
11	DRC	ZAMBÉZIA	04PA3	Milange - Posto Fronteiriço, Zambezia	
12			04SE1	Quelimane - Sede da Alfândega, Zambezia	
13		TETE	05DA1	Cassacatiza - Delegação Aduaneira, Tete	
14			05DA2	Zobwé - Delegação Aduaneira, Tete	
15			05DA3	Cuchamano - Delegação Aduaneira, Tete	
16			05PF4	Calomue - Posto Fiscal, Tete	
17			05SE1	Tete - Sede da Alfândega	
18			05SE2	Alfândega de Tete-Regularizações	
19			05TI1	TIAR - Tete, Terminal Internacional Aéreo	
20		MANICA	06DA1	Manica - Sede Delegação Aduaneira	
21			06DA2	Machipanda - Estrada, Sub-Delegação Aduaneira, Manica	
22		SOFALA	07SE1	Alfândega de Beira - Sede, Sofala	
23			07TI1	TIAR - Beira, Terminal Internacional Aeréa, Sofala	
24			07TI2	TIMAR - Beira, Terminal Internacional Marítima, Sofala	
25		DRS	INHAMBANE	08DA1	Inhambane - Delegação Aduaneira
26				08PF1	Vilanculos (Airporto)- Posto Fiscal, Inhambane
27			GAZA	09DA1	Xai-Xai - Delegação Aduaneira, Gaza
28				09PF1	Chicualacuala - Posto Fiscal, Gaza
29			MAPUTO PROVÍNCIA	10DA1	Ressano Garcia - Delegação Aduaneira, Maputo
30				10DA2	Namaacha - Delegação Aduaneira, Maputo
31	10DA3			Matola - Delegação Aduaneira, Maputo	
32	10DA4			Beluluane - Zona Franca, Maputo	
33	10PF2			Goba - Posto Fiscal, Maputo	
34	10TI3			TIRO - FRIGO, Terminal Internacional Rodoviária, Maputo	
35	10TI7			TIAUTO 1 - Machava, Terminal Internacional de Automóveis 1, Maputo	
36	10TI9			TIAUTO 3 - FRIGO, Terminal Internacional de Automoveis 3, Maputo	
37	MOZAL			MOZAL - MOZAL	
38	MAPUTO CIDADE			11SE1	Alfândega de Maputo
39			11TI1	TIMAR - Maputo, Terminal Internacional Marítima	
40			11TI2	TIAR - Maputo, Terminal Internacional Aeréa	
41			11TI4	TIMAR MAPUTO- SECTOR AUTOMOVEL	
42			11TI6	TIEPO-Terminal Internacional das Encomendas Postais, Maputo	
43			11TI8	TIAUTO 2 - Multimodal, Terminal Internacional de Automóveis 2, Maputo	
44			11TI9	TIRO MULTIMODAL-Terminal de Carga, Maputo	
45		DGA	Direcção Geral das Alfândegas		

Anexo IV – Parque de Viaturas em 31/12/2014

Resumo do Património de Viaturas da AT em 2014

Descrição dos Bens	2013		2014		
	Existência	Entradas	Saídas		Existência em 31/12
			Abates	Outros	
Viaturas	490	63			553
Motorizadas	79	17			96
Total	569	80			649

Distribuição de Viaturas por Classe e por Direcções

Tipo	Central	DRS	DRC	DRN	Total por Classe
Motorizadas	0	26	50	20	96
Turismo	61	9	14	1	85
Station Wagon	15	1	4	4	24
Cabine Simples	23	41	40	25	129
Cabine Dupla	114	61	56	63	294
Mini bus 15 Lugares	4	0	2	1	7
Mini bus 30 Lugares	1	0	1	1	3
Autocarro	1	0	0	0	1
Camionetas	1	1	2	0	4
Camião	1	3	1	1	6
Total por Região	221	142	170	116	649

Anexo V – Parque Informático Operacional em 2014

Existência em 31.12.2013

LOCAL	Mon	PC	Serv	Tecl	Mou	UPS	Impr Pret Branc	Impr Cartões	Swi	Hub	Rout	Certif	Laptop	L.Che	Scan	HD Ex	Fax	Fot
Região Norte	383	208	4	205	194	181	79	0	16	0	5	1	2	0	1	3	12	14
Região Centro	313	312	22	312	312	208	107	0	18	6	14	11	3	3	4	1	14	5
Região Sul	762	749	43	758	745	641	243	0	30	5	19	44	7	10	1	2	2	3
Serviços Centrais	1.256	1.200	35	1.243	1.185	780	337	11	71	5	21	2	86	0	19	18	7	3
Total	2.714	2.469	104	2.518	2.436	1.810	766	11	135	16	59	58	98	13	25	24	35	25

Existência em 31.12.2014

LOCAL	Mon	PC	Serv	Tecl	Mou	UPS	Impr Pret Branc	Impr Cartões	Swi	Hub	Rout	Certif	Laptop	L.Che	Scan	HD Ex	Fax	Fot
Região Norte	530	355	4	430	341	259	79	0	16	0	5	1	7	0	1	3	12	14
Região Centro	434	433	22	537	433	288	107	1	18	6	14	11	5	3	4	1	14	5
Região Sul	869	856	43	865	852	743	244	0	30	5	19	44	8	10	1	2	2	3
Serviços Centrais	1.481	1.425	36	1.468	1.410	907	351	11	71	5	21	2	155	0	19	18	7	3
Total	3.314	3.069	105	3.300	3.036	2.197	781	12	135	16	59	58	175	13	25	24	35	25

Anexo VI - Mapa de Execução do Fundo Comum da AT de Janeiro a Dezembro de 2014

Ref. no Plano Tático	Descrição	Responsável	Valor Transitado de 2013 (1)	Promessas Desembolsos para 2014 (2)	Total de Recursos Orçamentados no PAOA de 2014 (3) = (1)+(2)	Desembolsos efectuados até 31-12-2014 (4)	Total de Recursos disponíveis até 31-12-2014 (5) = (1)+(4)	Valor Executado até 31-12-2014 (6)	Saldo da programação orçamental (7) = (3)-(6)	Saldo Financeiro a 31-12-2014 (8) = (5)-(6)	Grau de Execução face a Dot Orç (%)	Grau de Execução face ao disponível (%)
			240.938.450,00	319.325.570,00	560.264.020,00	246.109.051,26	487.047.501,26	10.381.189,65	450.882.812,35	476.666.311,61	1,85	2,13
1.1.1	Assegurar a cobrança da receita proveniente dos impostos internos e do comércio externo, em conformidade com as metas fixadas	DGI/ DGA			72.117.477,99			-	72.117.477,99		-	
1.2.1.	Realizar estudos tendentes a sustentação da reforma fiscal e aduaneira e actualização da legislação	GPECI			2.950.000,00			0,00	2.950.000,00		-	
1.2.2.	Inspeções, fiscalizações e auditorias	DGI/ DGA			22.182.522,01			0,00	22.182.522,01		-	
1.2.4	Estender as unidades de cobranças de receitas fiscais e aduaneiras a todo o território nacional	DGSC/ DGI/ DGA			30.000.000,00			-	30.000.000,00		-	
1.3.1.	Promover a assinatura, implementação e monitoria de acordos comerciais, internacionais e regionais, bem como de acordos para evitar a dupla tributação internacional e evasão fiscal tendo em vista a melhoria do ambiente de negócios em Moçambique	GCI/ GPECI			450.000,00			-	450.000,00		-	
1.3.2.	Fortalecer a realização de acções tendentes a definição do melhor quadro legal, institucional e de procedimentos, no processo de integração regional a nível da SADC, OMA e da União Africana	GPECI			6.810.000,00			-	6.810.000,00		-	
1.3.3.	Dar continuidade a mobilização dos parceiros de cooperação internacional para o apoio financeiro e técnico à reforma tributária e à consolidação do funcionamento da Autoridade Tributária, garantindo a transparência na utilização de recursos e no sistema de prestação de contas	GPECI			2.100.000,00			-	2.100.000,00		-	
1.4.1.	Promover a educação fiscal de modo a facilitar e motivar o cumprimento voluntário das obrigações	GCI m			57.000.000,00			0,00	57.000.000,00		-	
1.5.1.	Implementar o aplicativo que permita a gestão dos Grandes Contribuintes e Mega projectos	DGI			1.500.000,00			-	1.500.000,00		-	
1.5.2	Incluir todas as grandes empresas no sistema de controlo das Unidades de Grandes Contribuintes	DGI			1.500.000,00			-	1.500.000,00		-	
2.1.3.	Capacitação em áreas específicas e especializadas	DGSC			64.000.000,00			0,00	64.000.000,00		-	
2.2.1.	Gestão da mudança e avaliação do grau de cumprimento das tarefas	GPECI			16.150.000,00			0,00	16.150.000,00		-	
2.4.1.	Promoção da ética e integridade	GCI			2.225.000,00			0,00	2.225.000,00		-	
2.4.2.	Prestação de contas e cumprimento da legislação e dos procedimentos	GCI			8.000.000,00			-	8.000.000,00		-	
3.1.1. *	Desenhar e conceber sistema informático moderno (e-Tributação), para a gestão Tributária	Projecto e-Tributação			174.279.002,00			10.381.189,65	163.897.812,35		5,96	
3.1.3	Realizar a Manutenção correctiva e evolutiva dos sistemas correntes, enquanto se desenvolvem os sistemas modernos	DGSC			99.000.000,00			-	99.000.000,00		-	
Total			240.938.450,00	319.325.570,00	560.264.002,00	246.109.051,26	487.047.501,26	10.381.189,65	450.882.812,35	476.666.311,61	1,85	2,13

*Do montante total dos recursos Orçamentados para o Projecto e_Tributação foram alocados ao Cedsif 53.264.460,00Mt, tendo sido executado naquela unidade 10.381.189,65Mt, elevando a execução nesta linha de Acção para 68.997.960,22Mt.